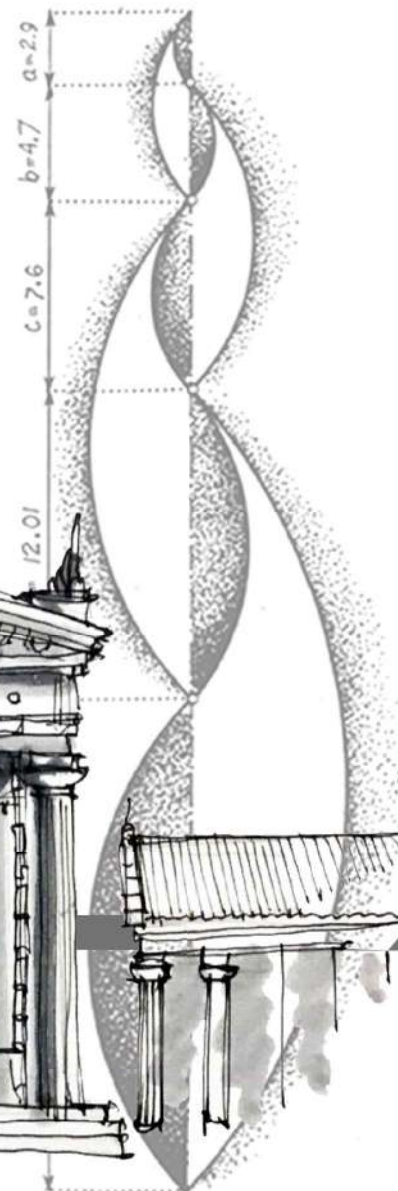
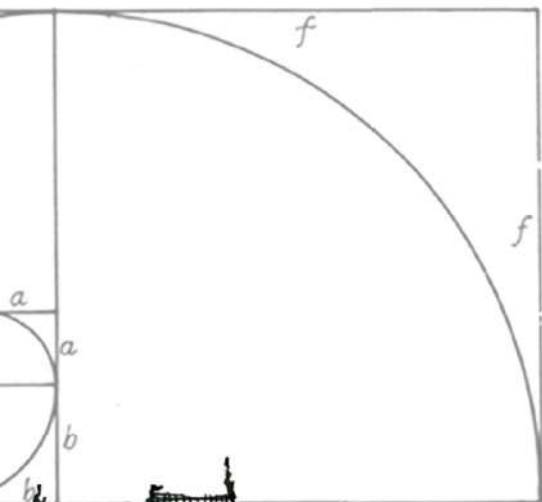


TULHA

PET ARQUITETURA E URBANISMO



V.P.

it elevation:
 10 15 20 25 m

numbers in ().

CONSELHO EXECUTIVO

EDITORA Isabelle Gonçalves de Oliveira

NÚCLEO DE REVISÃO

DIRETORA Beatriz Engholm
Ingrid Sanches
Isadora Queiroz
Maria Antonia Mondelli
Nadia Lopes
Vitória Capeli

NÚCLEO DE DIAGRAMAÇÃO

DIRETORA Ingrid Sanches
Beatriz Engholm
Isabelle Gonçalves de Oliveira
Isadora Queiroz
Maria Antonia Mondelli
Matheus Moura
Nádia Lopes
Vitória Capeli

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Isadora Queiroz
Maria Antonia Mondelli

PROJETO GRÁFICO

Matheus Moura

Periodicidade: Anual

Edição 6 out/2019

A TULHA é uma publicação digital produzida pelo PET Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, que desde 1992, desenvolve atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Tutor: Professor Dr. Luiz Augusto Maia Costa



revistatulha@gmail.com
@petarquitekturapucc

EDITORIAL

É com imenso prazer que apresentamos a 6ª edição da REVISTA TULHA - produzida pelo PET Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas. A troca de experiências, e conhecimentos é o que enriquece a formação pessoal de cada um. A presente edição busca trazer aos leitores trabalhos multidisciplinares a fim de aproxima-los da diversidade de assuntos que podem estar relacionados a Arquitetura e Urbanismo.

A cada fim de ciclo, outro se inicia. Para mim, ser indicada para estar à frente da revista foi um desafio e grande honra. Todo o trabalho e envolvimento resultou na conclusão de um importante ciclo, com amadurecimento acadêmico e pessoal.

Agradecemos a todos, autores, colaboradores e leitores, que participaram e contribuíram, fazendo tudo ser muito especial. Em particular, ao autor das ilustrações da 6ª edição, Vinicius Pellegrino, que prontamente aceitou compartilhar conosco sua visão e sensibilidade através da arte e representação gráfica.

Finalizo mais um ciclo com muita gratidão e afeto por todos que influenciaram e participaram dessa trajetória. Agradeço ao PET Arquitetura e Urbanismo, por todo o aprendizado, possibilidades e companheirismo ao longo da graduação; agradeço e parablenizo toda a equipe editorial da Revista Tulha por realizar a cada ano, um trabalho excepcional.

Por fim, o PET Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas e a Equipe Editorial da Revista Tulha, dedicam esta edição em homenagem ao professor Joaquim Caetano de Lima, um grande mestre que deixará muita saudade.

Isabelle G Oliveira
Isabelle Gonçalves de Oliveira



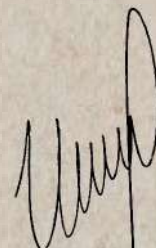
No Ocidente, principalmente até o século XIX, a imagem está atrelada ao seu caráter utilitário e narrativo, sendo um meio eficaz de transmitir ensinamentos ou recriar versões do passado.

Encantei-me desde cedo pelo caráter histórico da imagem. A figuração, presente nas enciclopédias, livros didáticos e coleções de museus sempre geraram em mim a sensação de revivência da narrativa e, inspirado pela gravura histórica, iniciei meus trabalhos primeiramente como uma mimese dos desenhistas antigos, depois como criador autônomo das minhas próprias narrativas, quase sempre atreladas à linha evolutiva da arquitetura, fruto de minha formação como arquiteto.

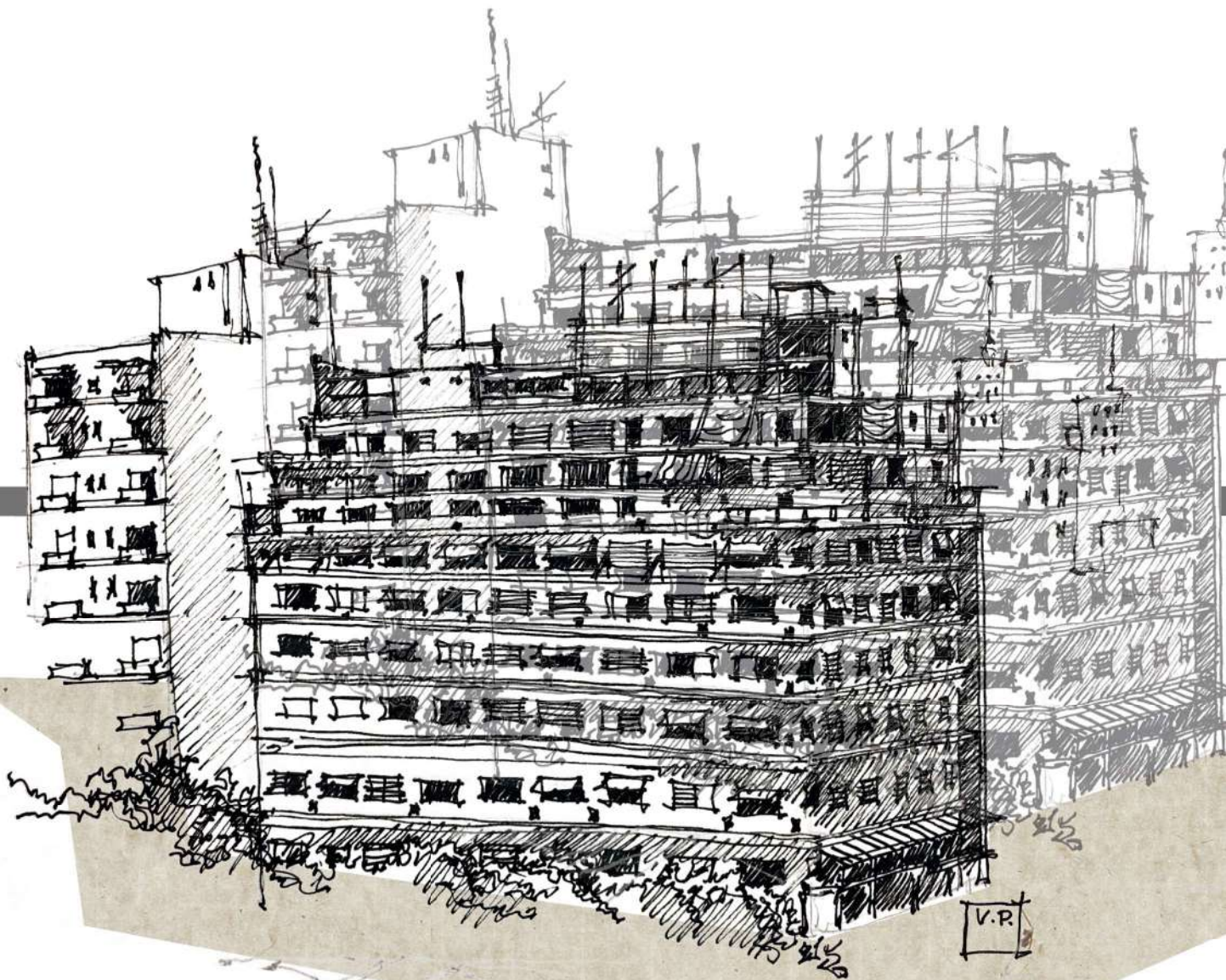
Após quase duas décadas acumulei centenas de desenhos sobre as mais variadas descrições históricas. Muitos anos se passaram até que eu, como artista, percebesse que o que mais me encantava na arte figurativa era na verdade o que representava sua maior falha. A figuração é um relato particular de um indivíduo deslocado da realidade que ele representa. Os nus clássicos que ornamentam as paredes do Louvre, as pinturas romantizadas de combates da Galerie des Batailles, as obras de Victor Meirelles e Pedro Américo são todos discursos inventados, criados ao longo dos séculos seguintes aos fatos que narram, são uma visão inventada do passado.

Não sobrou em mim opção além de aceitar o fato de que a figuração é sempre ilusória e que por mais verossímeis que pareçam as imagens, elas são fruto de uma criação contemporânea a mim. É a minha reconstrução sobre a Idade Média ou sobre o Renascimento, pois a realidade já se encontra desfigurada por séculos de alterações culturais.

Deste contexto mesclado de presente e passado surgem meus desenhos, uma variante atemporal da história das culturas e suas arquiteturas.

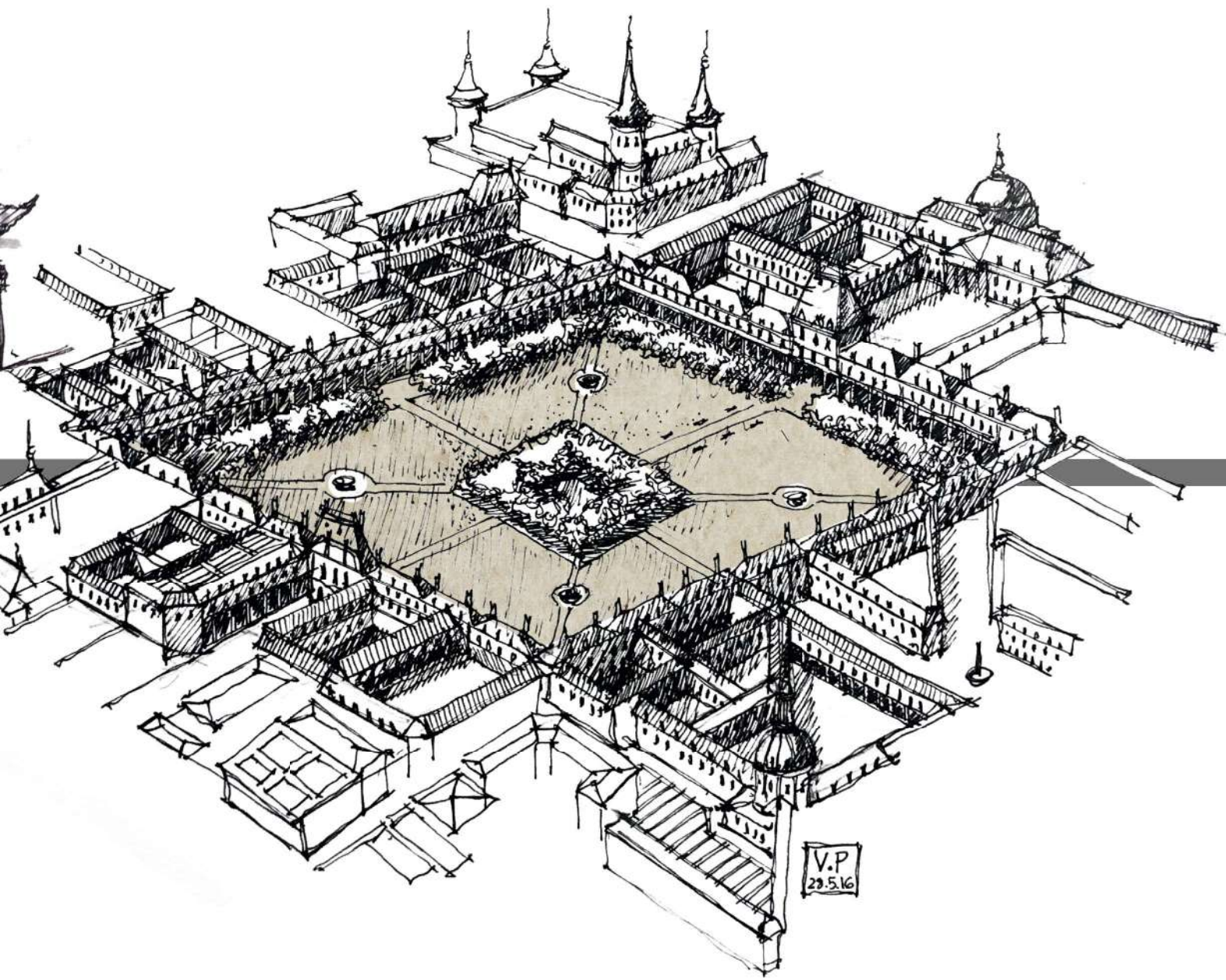


Vinicius Pellegrino
Maio de 2019

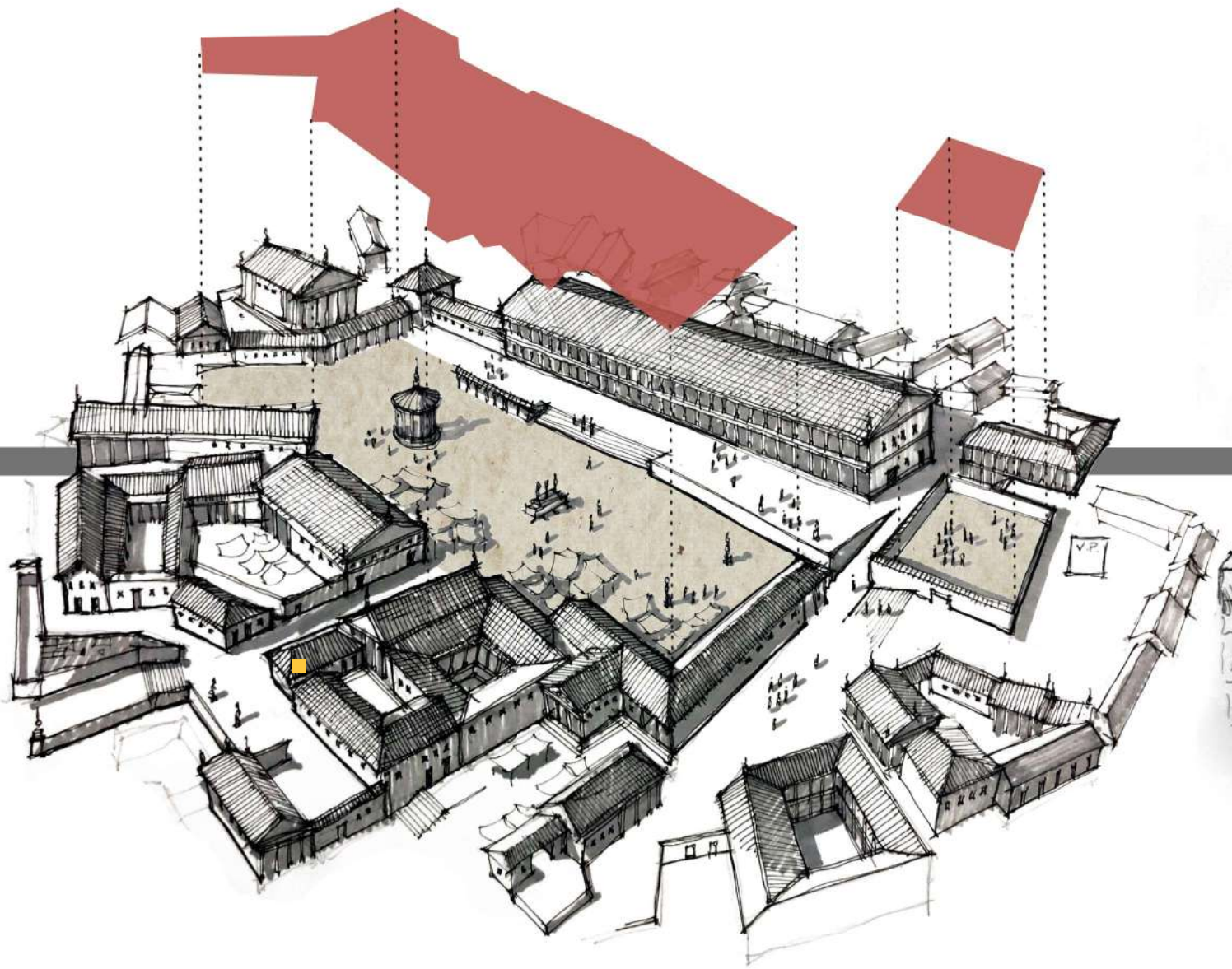


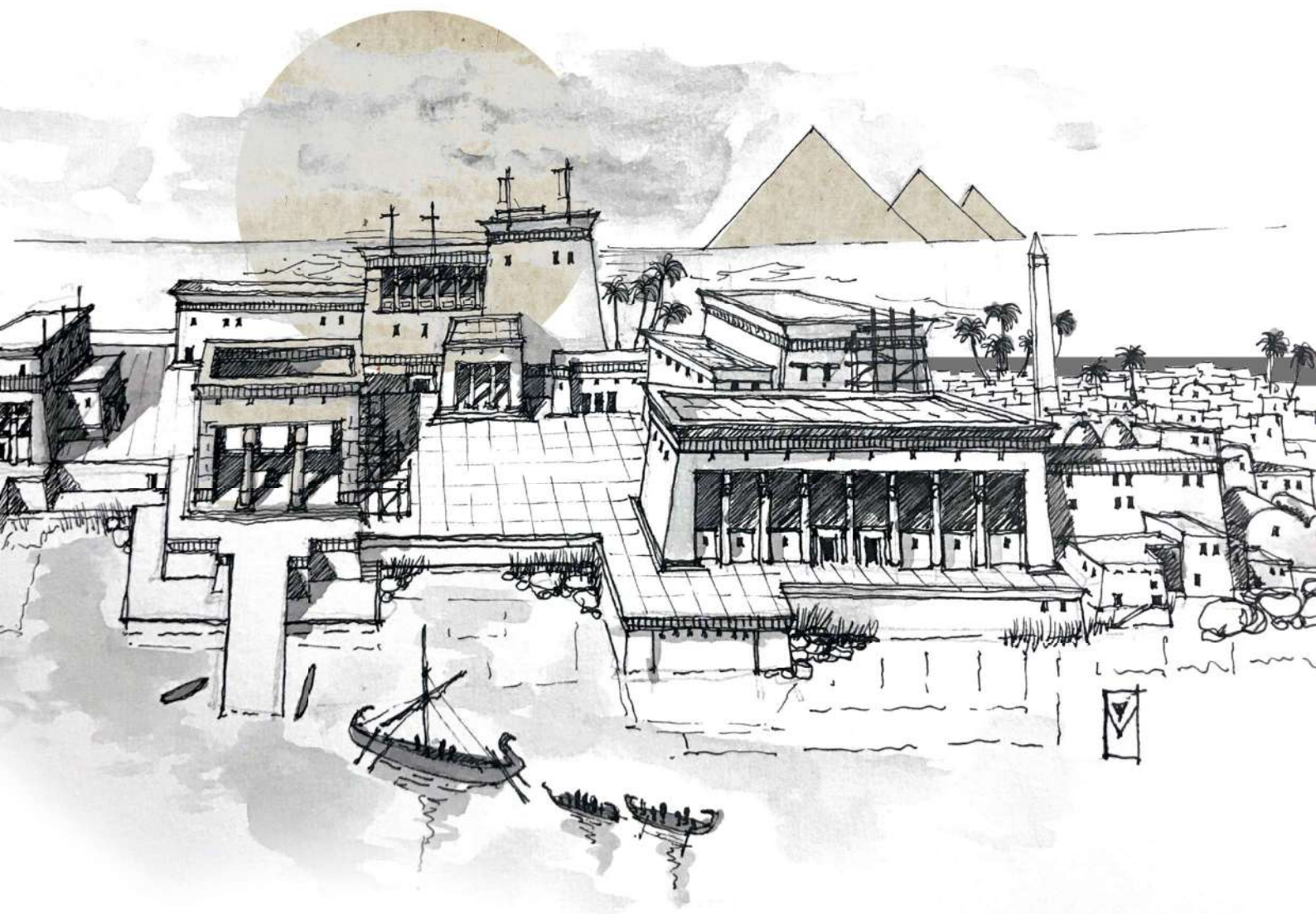






V.P.
29.5.16





SUMÁRIO

16 ENSAIOS CIENTÍFICOS

- 18.....**SISTEMAS DE BIO-REMEDIÇÃO DE EFLUENTES EM SITUAÇÕES DE PRECARIIDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL COMO POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO REAL**
Vera Santana Luz, Wesley Alves da Silva
- 26.....**A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS VERDES NA PAISAGEM URBANA LITORÂNEA**
Isadora Gavioli Merotto, Dr. Marlos Hardt
- 32.....**PEQUENO DISCURSO SOBRE UM MÉTODO**
Vera Santana Luz, Claudia Maria Lima Ribeiro, Wilson Barbosa Neto

40 ENSAIOS ACADÊMICOS

- 42.....**ESTUDO DO JARDIM GEOLÓGICO PARA O CENTRO DE GEOLOGIA DA UNESP RIO CLARO**
PET Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas, PET Geologia UNESP Rio Claro
- 46.....**MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS**
Fábio Boretti Netto de Araújo, Maxim Bucarechi
- 52.....**INTERNATIONAL ARCHITECTURE COMPETITION - ROME COLLECTIVE LIVING CHALLENGE**
Beatriz Cressoni, Carolina Mescollotto Moretti, Gabriel Grothge Faria, Henry Farkas
- 56.....**UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PROJETO G**
Ana Laura Cubateli Targa, Guilherme Yukio Yoshihara, Luiz Felipe Sedenho, Nayara Gracinao Alves Ferreira, Nicole Beatriz
Gonzalez Mannis
- 68.....**CIDADE PARA O PEDESTRE**
Amanda Macarini, Bruna Terreri, Gabriel Beneduci, Giovanna Degasperí, Luiza Yuri Oi
- 74.....**BOSQUE DA CONQUISTA**
Breno Pilot, Antonio Fabiano Jr
- 78.....**CENOGRAFIA E ARQUITETURA**
Beatriz Cressoni, Carolina M. Moretti

86 ENSAIOS GRÁFICOS

88.....	PROFº ME. PEDRO PAULO MAINIERI
94.....	MARINA BARDI
100.....	HENRY FARKAS
106.....	ISABELLE GONÇALVES DE OLIVEIRA
110.....	INGRID SANCHES
112.....	VICTOR DOS SANTOS SOUZA, GABRIELA CÁLLIPO GOMES
116.....	BEATRIZ ROCHA FERREIRA SATO

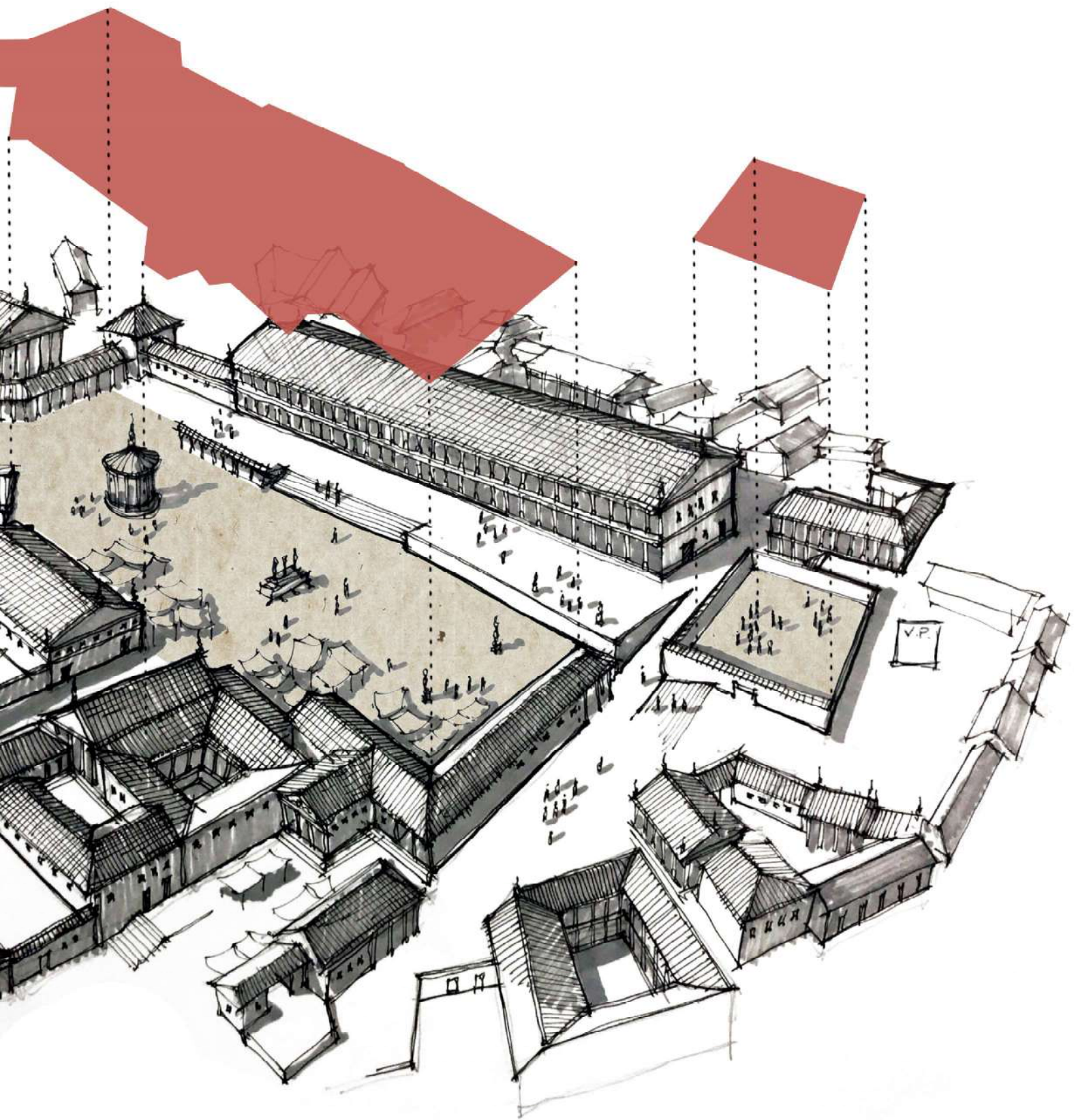
122 ENSAIOS TEXTUAIS

124.....	O JARDIM BRASILEIRO: DO ÉDEM PRIMITIVO A ORDEM E PROGRESSO Vinicius Galvani Pellegrino, Profº Dr. Ronaldo A. Mathias
130.....	A IMAGEM VIVA NUM ÁRIDO ESTÉTICO: A BANALIZAÇÃO DO MAL FRENTE A IMAGÉTICA EM NOSSO TEMPO Murilo Braga
136.....	RESITÊNCIA E CONFLITO: REFLEXÃO DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA Daniella Theodoro Souza e Souza, Julhia Bernardo Araujo, Vitória Quitério Capeli
146.....	BIOCONSTRUÇÃO - ENTREVISTA COM O ENGENHEIRO AGRONOMO EDSON HIROSHI Edson Hiroshi, Beatriz Engholm, Isabelle Oliveira
150.....	ENTREVISTA COM O ARQUITETO JOAQUIM CAETANO DE LIMA Daniel Henrique Ribeiro, Joaquim Caetano de Lima

ENSAIOS

CIENTÍFICOS





SISTEMAS DE BIO-REMEDIAÇÃO DE EFLUENTES EM SITUAÇÕES DE PRECARIEDADE SOCIOESPACIAL E AMBIENTAL COMO POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO REAL

Vera Santana Luz

Arquiteta e Urbanista

Professora e Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da PUC de Campinas.

Wesley Alves da Silva

5º Semestre de Arquitetura e Urbanismo

IC referente ao presente texto orientado pela co-autora

1. A EMEI Chácara Sonho Azul como exemplaridade para ação de urgência em saneamento, geração de autonomia comunitária e educação ambiental

Apresentamos, neste artigo, resultados de investigação sistematizada de técnicas de saneamento de efluentes por bio-remediação, de aplicabilidade concreta e baixo custo, com a finalidade de promover alternativas de autonomia imediata para edificações sem coleta ou tratamento de efluentes, tendo como estudo de caso a EMEI Chácara Sonho Azul, localizada no Jardim Ângela, distrito situado na zona sul do município de São Paulo, importante região de mananciais contributivos da represa Guarapiranga. O território conhecido como “Fundão do Jardim Ângela”, na porção extrema sul deste distrito, se caracteriza por estratos de população de baixa renda, com extrema fragilidade socioespacial, precariedade construtiva e ausência de provimento de infraestrutura básica, onde conflitos entre as relações urbana, rural e ambiental aparecem acentuados, dada sua inserção em área de mananciais da Represa Guarapiranga, ocupação por assentamentos em grande medida informais, às franjas dos limites urbanizados o que, por esta mesma razão, paradoxalmente pode apontar para a busca de paradigmas alternativos.

A Escola Municipal de Ensino Infantil EMEI Chácara Sonho Azul, situada no bairro Vila Calu, foi elencada como estudo de caso, por sua qualidade pedagógica, implementação de sistemas de arte-

educação, pautada por compromissos éticos e ambientais, de fortalecimento de cidadania e pertencimento, se constituindo em importante referência local, dada sua ampla participação e reconhecimento comunitário, com parcerias institucionais com entidades promotoras do conceito de cidade educadora e escola-comunidade, para o que contribuíram laços e envolvimento acadêmico de dois TFGs- Trabalhos Finais de Graduação, realizados nesse território¹. Prevê-se que esta Pesquisa, da mesma forma que os trabalhos já realizados acima citados, possa constituir uma contribuição, no âmbito investigativo acadêmico, para futuras ações educativas desta entidade.

2. A precariedade sistêmica do território metropolitano periférico da RMSP

A condição constante de fragilidade socioespacial e ambiental das áreas periféricas da RMSP, em especial às franjas extremas do tecido urbano, em sua maioria próximas a estruturas rurais ou potencialmente rurais e áreas de proteção

¹ Estamos nos referindo aos PRÉ-TFGs e TFGS orientados pelos professores Vera Santana Luz e Antonio Fabiano Junior, nos anos de 2016 e 2017, no Fundão do Jardim Ângela, onde a relação e compromisso com as comunidades são considerados primordiais. Para mais informações ver: Luz, V.; Fabiano Jr., A. Mundos e Fundos: Projetos e Atos no Fundão do Jardim Ângela. Disponível em: <<http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/18.208/6741>>. Acesso em: 03 mar. 2019.

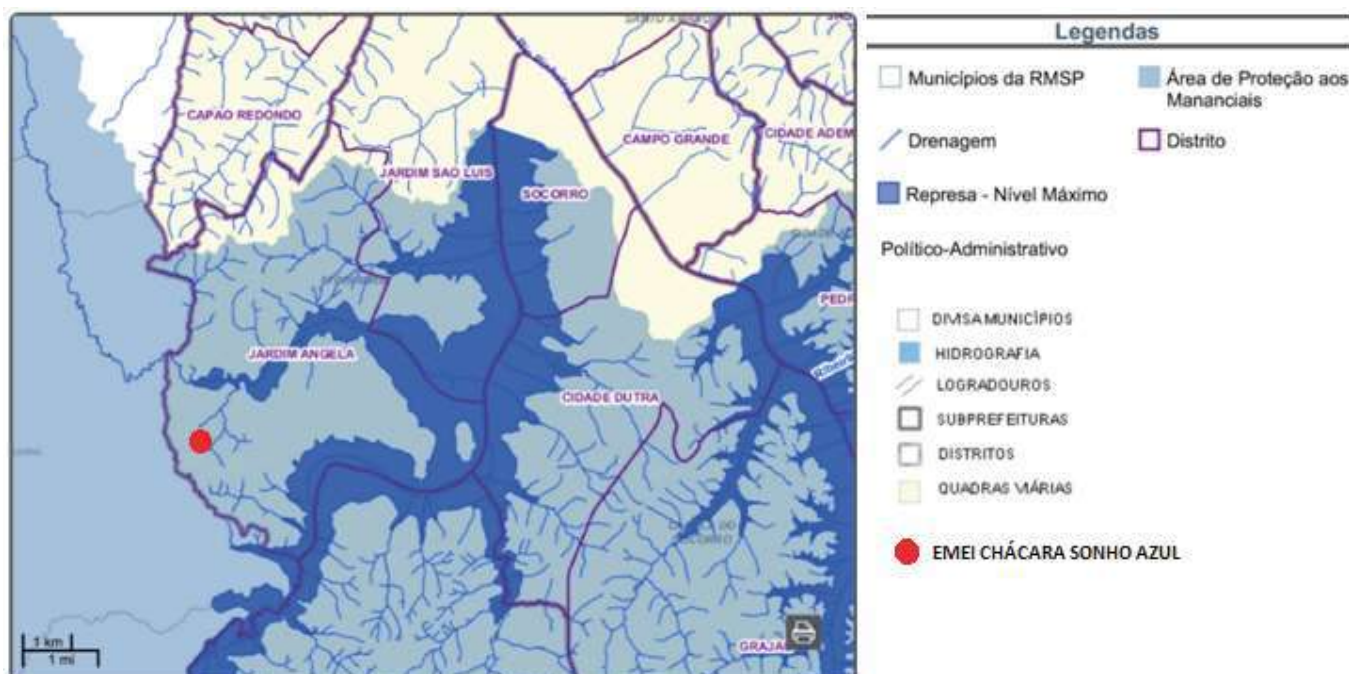


Figura 01 – Localização da EMEI Chácara Sonho Azul na área de proteção de mananciais em porção envoltória da Represa Guarapiranga

Fonte: Geosampa PMSP trabalhada pelos autores. Acervo coletivo da Equipe de TFG 4ª. feira FAUPUC Campinas.
Disponível em: <http://geosampa.prefeitura.sp.gov.br/PaginasPublicas/_SBC.aspx>. Acesso em: 06 mai. 2019.

ambiental, se revela por ocupações informais e sem garantia de regularidade fundiária, resultado da urbanização estratificada, cuja situação de espoliação (KOWARICK, 1979) se explicita na urgência por moradia e na carência de equipamentos e espaços públicos de qualidade bem como de infraestrutura, em que as condições de saneamento básico de coleta e tratamento de esgotos se revelam sistêmicas, em territórios cujo problema se anuncia de longa data.

Os processos de urbanização no Brasil e a pobreza urbana têm sido estudados desde a década de 70, em que situações de vulnerabilidade são caracterizadas pela segregação espacial e social, onde a “ausência” do Estado possui um papel determinante. Espaços urbanos reconhecidos como periferias, são caracterizados por certa homogeneidade social, instalados à margem dos tecidos urbanos consolidados, esquecidos pelas políticas públicas, cujo tecido é formado majoritariamente por loteamentos irregulares,

com casas autoconstruídas (KOWARICK, 1979) (BONDUKI; ROLNIK, 1982) (ROLNIK, 1997) (DEÁK; SCHIFFER, 1999) (MARICATO, 1982) (MARICATO, 2000).

Mais recentemente, determinados autores têm retratado a homogeneidade da pobreza urbana a partir de parâmetros que contribuem para a heterogeneidade do território, tais como: o surgimento de enclaves por empreendimentos urbanos fechados, especialmente na zona leste da RMSP; a disseminação da pobreza por toda a cidade que resulta em invasões de pequenos espaços intersticiais, como linhas férreas, pontes e margens de rio; a presença maior do Estado nas periferias, alterando indicadores de acesso a serviços públicos, embora esses investimentos não tenham sido capazes de elevar a qualidade de vida da população de baixa renda ao padrão das demais porções da cidade, devido ao déficit dos serviços e infraestruturas, e da má qualidade dos equipamentos e obras (TORRES; MARQUES; FERREIRA; BITAR, 2003, p. 100-101).

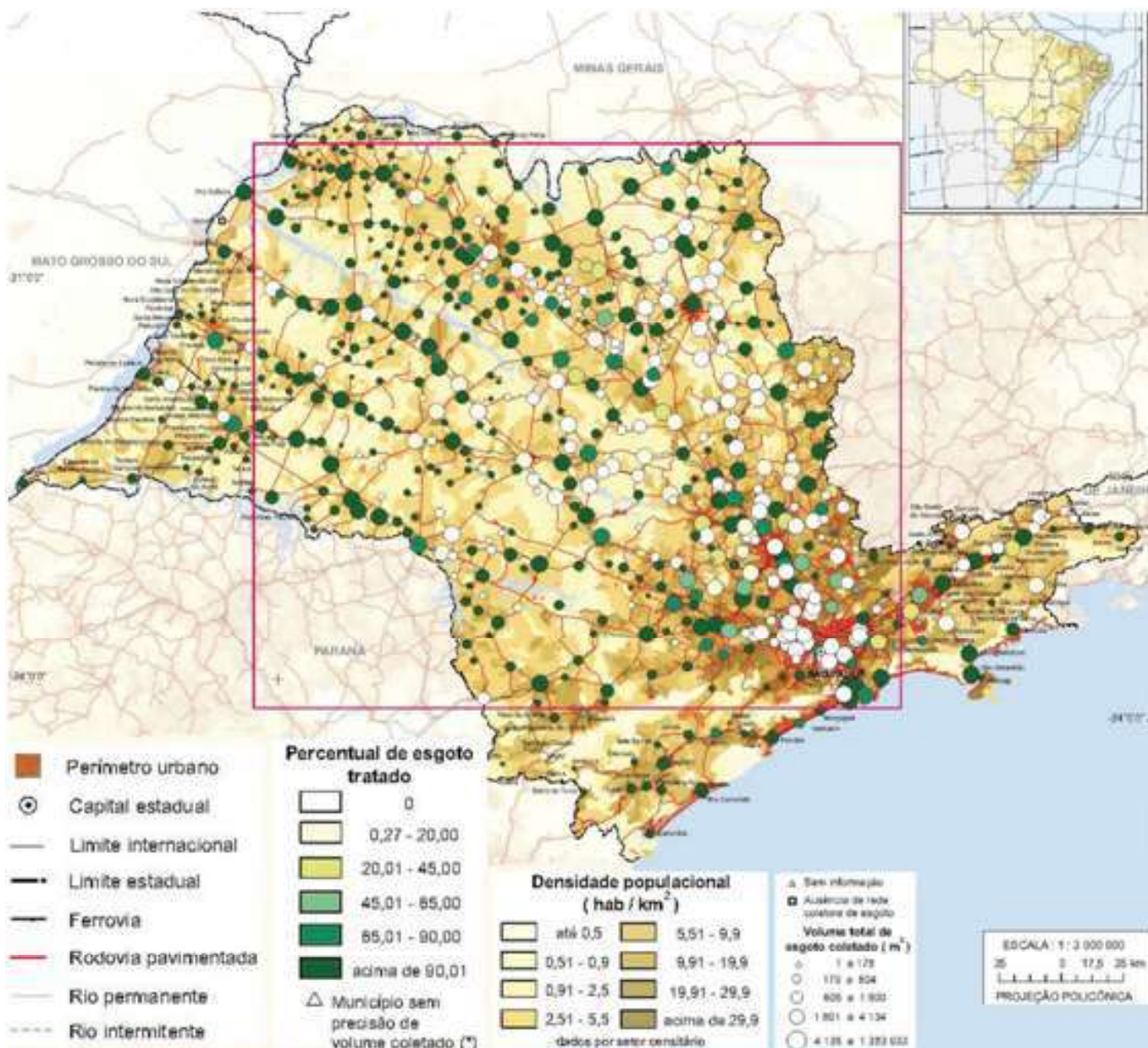


Figura 02 – Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2008 e contagem da população 2007. Fonte: IBGE.

Sobre as causas do padrão e urbanização com concentração espacial de populações pobres e sua segregação em periferias e favelas, estes autores resumem, considerando literatura pertinente, três fatores: consequência do mercado de trabalho e da estrutura social, de modo que “a pobreza urbana no Brasil não seria um mero problema de integração na sociedade industrial moderna, mas um traço estrutural da economia capitalista dos países em desenvolvimento”; a dinâmica do mercado imobiliário e da produção de moradias e seu poder de controle e especulação da terra urbana incluindo até mecanismos microeconômicos de valorização da terra e competição pelo seu uso pelos mais pobres; políticas estatais, destacado o zoneamento como mecanismo, setorizando benefícios de urbanização

em determinadas porções da cidade para os mais ricos ou aumento de valor da terra por ações diretas resultantes de investimentos ou obras públicas como fator de expulsão, gentrificação ou deslocamento compulsório de populações de baixa renda (Idem, ibidem, p. 101-110).

3. Habitação e Ambiente: Dois Direitos em Conflito

As áreas de proteção dos mananciais, importante para o sistema de abastecimento sul da Região Metropolitana de São Paulo se caracteriza pela ocupação em moldes informais, conformando um conjunto extenso de bairros nas imediações das Represas Billings e Guarapiranga, cuja população

atualmente se estima em aproximadamente 2 milhões de habitantes.

A contradição entre duas urgências legítimas – a necessidade de habitação e a preservação do meio ambiente – se dá, neste território, de forma evidente, cuja gravidade se constitui como um dos maiores problemas metropolitanos atuais em São Paulo (SANTORO; FERRARA; WHATELY, 2009). A notícia não é de hoje. Estudos remontam à década de 80 (SÓCRATES, GROSTEIN, TANAKA, 1985), onde estão expostas as pressões por demanda da terra urbana, o avanço para moradia emergencial na área dos mananciais e a carência de infraestrutura de água, energia, saneamento de esgotos, limpeza pública e instrumentos urbanísticos efetivos perante a cidade real, por parte da legislação e gestão. Se nos pautarmos, de modo introdutório, pelos arcabouços legais e planos governamentais relacionados à habitação, ao meio ambiente e leis específicas dos mananciais da RMSP temos, em suas diferentes escalas de responsabilidade - nacional, estadual e municipal -, regência consistente. Para o aspecto nevrálgico desta Pesquisa, buscou-se evidenciar o que por lei é direito da população, compreendendo a responsabilidade do estado e, de modo oposto, a ausência de efetividade concreta da gestão, para justificar a implantação da técnica de tratamento na Escola EMEI Chácara Sonho Azul, como parâmetro de urgência e exemplaridade.

A Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), lei suprema do país, postula o direito à moradia, no Título II – Dos Direitos e Garantias Fundamentais, Capítulo II – Dos Direitos Sociais, artigo 6º em que “todo cidadão brasileiro tem direitos inalienáveis à moradia, ao transporte e ao lazer”. Compete à União o planejamento para a ordenação do território e seu desenvolvimento econômico e social, o gerenciamento dos recursos hídricos e a instituição de diretrizes de desenvolvimento urbano e de habitação e suas infraestruturas fundamentais de saneamento básico e transportes. Como competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios incluem-se a proteção do meio ambiente e o combate à poluição, a preservação das florestas, da fauna e da flora, a promoção de programas de moradias e melhora das condições habitacionais e das condições do saneamento básico, bem como o combate às causas da pobreza e marginalização, promovendo a integração social². As águas são

definidas como bens dos Estados³. As competências da constituição com respeito ao meio ambiente direcionam-se à preservação da fauna e da flora, definindo áreas de preservação permanente em todas as unidades da Federação em comum com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de modo a combater a poluição em qualquer de suas formas, aplicando meios de fiscalização e educação ambiental. Esses princípios se estendem à Política Nacional do Meio Ambiente, (BRASIL, 1981) que objetiva a preservação ambiental definindo o ambiente como patrimônio público de uso coletivo. Esta política visa à conciliação do desenvolvimento econômico-social, de modo a constituir equilíbrio ecológico por meio de normas e critérios que buscam a manutenção do meio ambiente e o uso racional de seus recursos.

A legislação específica da Guarapiranga “declara a Bacia Hidrográfica do Guarapiranga como manancial de interesse regional para abastecimento público e cria a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga – APRM-G, situada na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos – UGRHI do Alto Tietê”. (GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2006).

Consideramos objetivos a serem ressaltados, conforme os propósitos da presente Pesquisa: a gestão participativa e descentralizada; a integração de programas e políticas especialmente os referentes “à habitação, transporte, saneamento ambiental, infraestrutura e manejo de recursos naturais e geração de renda, necessários à preservação do meio ambiente; promover ações de preservação, recuperação e conservação dos mananciais da Bacia para assegurar e ampliar a produção de água para o abastecimento da população; garantir condições para atingir a Meta de Qualidade da Água do Reservatório; disciplinar o uso e ocupação do solo adequados aos limites de cargas poluidoras; compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico para proteção e recuperação do manancial; disciplinar e reorientar a expansão urbana para fora das áreas de produção hídrica e preservar os recursos naturais; promover ações de Educação Ambiental. (Idem, ibidem, 2006). A definição de áreas de preservação sem o suporte de políticas regionais, urbanas e locais participativas e eficientes, não impede o avanço da malha urbana da cidade sobre as zonas ambientais. No caso do Fundão do Jardim Ângela, o dever compartilhado da preservação ambiental tem sido impraticável

perante a urgência de um teto por grande parte da população.

No embate de direitos, aparentemente em contradição, onde a habitação com qualidade tem urgência consubstancial à de preservação ambiental, não têm sido efetivadas ações que garantam a essa população habitações dotadas de infraestrutura, especialmente no que se refere a saneamento básico e transportes de qualidade; entretanto a degradação do meio ambiente se aproxima, de modo preocupante, das franjas oeste da represa Guarapiranga, a despeito do que é preconizado no Plano Diretor Estratégico, ao qual nos referiremos a seguir.

4. O Plano Diretor de São Paulo: instrumento para ações reais?

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PMSP, 2014) estabelece a inserção da região estudada na Macrozona de Proteção e Recuperação Ambiental- classificada como território ambientalmente frágil, cuja presença de mananciais de abastecimento hídrico e biodiversidade significativa demandam cuidados especiais para sua conservação, critérios especiais de uso e ocupação do solo, contenção da expansão urbana, melhoria das condições urbanas e ambientais nos assentamentos, promovendo garantia de moradias e sua regularização e eliminação de situações de vulnerabilidade, bem como cumprimento de diversas determinações ambientais. O Plano Diretor prevê também sua inclusão na Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana e Recuperação Ambiental, no extremo sul da área urbanizada – caracterizada pelos altos índices de vulnerabilidade socioambiental, que tem dentre os objetivos urbanização e regularização fundiária, acesso às políticas públicas, compatibilização entre o uso do solo e tipologias em acordo com a legislação ambiental e universalização do saneamento ambiental. Inclusive para os assentamentos isolados.

5. A Técnica de Urgência: Ação Real No Aqui E Agora?

A análise do território e estudos realizados de diferentes técnicas de tratamento natural de efluentes conduziram à escolha de modelo de tratamento por Tanque de Evapotranspiração, como sistema mais adequado para implantação no terreno da EMEI Chácara Sonho Azul, por suas características de simplicidade construtiva, necessidade de espaço, segurança e custo, tratando-se de um exemplo educativo facilmente incorporável à dinâmica pedagógica da escola, que possui um terreno onde realiza atividades de educação ambiental. Na etapa final desta Pesquisa realizar-se-ão cálculos de dimensionamento técnico do sistema e seu projeto executivo passível de realização real mediante participação da comunidade envolvida.

O Tanque de Evapotranspiração (TEVAP) consiste em uma técnica de tratamento de águas negras difundida pela permacultura, passível de ser instalada tanto em zonas urbanas como periurbanas (PAMPLONA; VENTURI, 2004). A utilização deste método de saneamento ecológico busca primordialmente o aumento da disponibilidade hídrica através de seu racionamento, a qualidade da água que está sendo devolvida para o meio ambiente e a reutilização dos nutrientes encontrados tanto nas águas cinzas quanto nas águas negras (WINBLAD; SIMPSON-HÉRBERT, 2004). O TEVAP recebe os esgotos provenientes de bacias sanitárias que é tratado por meio de degradações microbianas que ocorrem nos substratos granulosos e na câmara de recepção, onde o processo de digestão anaeróbia do material orgânico acontece (PAMPLONA; VENTURI, 2004) (GALBIATI, 2009). Em decorrência do aumento do volume de efluente no tanque, a água se eleva para camadas superiores com menor granulosidade, até alcançar as raízes de plantas que buscam os nutrientes e minerais decorrentes da decomposição da matéria orgânica. O processo é finalizado pela evapotranspiração

²O art. 23, que rege as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreende: (...) “VI–proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas; VII–preservar as florestas, a fauna e a flora; (...) IX–promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico; X–combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.” Grifo nosso. (BRASIL, 1988)

³ No Capítulo III – Dos Estados Federados, art. 26, incluem-se entre os bens dos Estados: “I–as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União.” Grifo nosso. (BRASIL, 1988)

pelas folhagens das plantas, que retiram a água do sistema e absorvem os nutrientes compondo sua biomassa. A escolha do local onde o tanque deve ser instalado levou em consideração o tipo de solo, a profundidade do lençol freático e a incidência solar direta, visto que a retirada da água do sistema acontece apenas pela evapotranspiração. Observou-se a recomendação de sua implantação voltada para a face norte, evitando a possível presença de obstáculos em relação à incidência solar. (GALBIATI, 2009); (PAMPLONA; VENTURI, 2004); (VIEIRA, 2010).

A manutenção do Tanque de Evapotranspiração consiste no cuidado das mudas utilizadas no processo de plantio, a colheita dos frutos, a poda e a retirada das folhagens secas, manter as plantas em seu estágio de crescimento mais acelerado, fazendo com que a demanda de nutrientes e de água permaneça com altos índices de absorção (GALBIATI, 2009).



Figura 04 – Corte esquemático de um Tanque de Evapotranspiração. Fonte: <<http://permaculturailimitada.com.br/fossa-bacia-de-evapotranspiracao/>>. Acesso em: 10 jun. 2019.

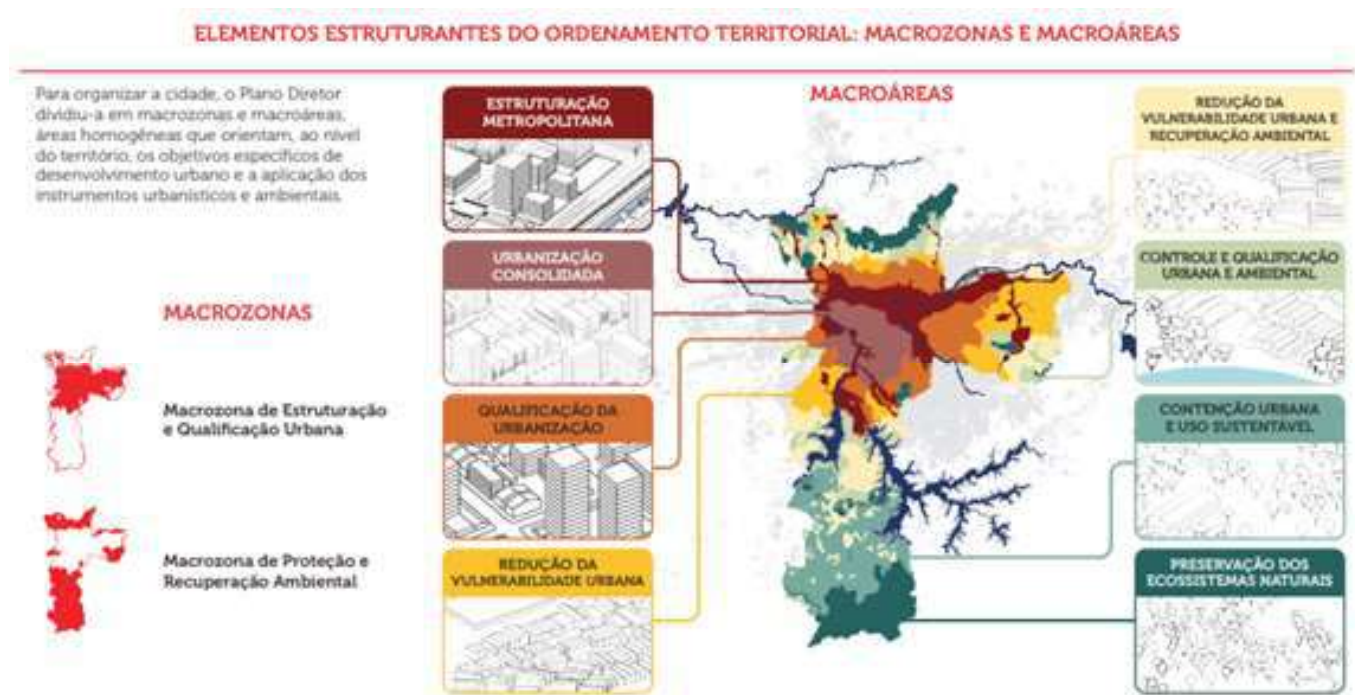


Figura 03 – Macrozonas e Macroáreas. Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. Fonte: PMS, 2014. Gestão Urbana SP.

Disponível em: <<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2015/01/Plano-Diretor-Estrat%C3%A9gico-Lei-n%C2%BA-16.050-de-31-de-julho-de-2014-Texto-da-lei-ilustrado.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

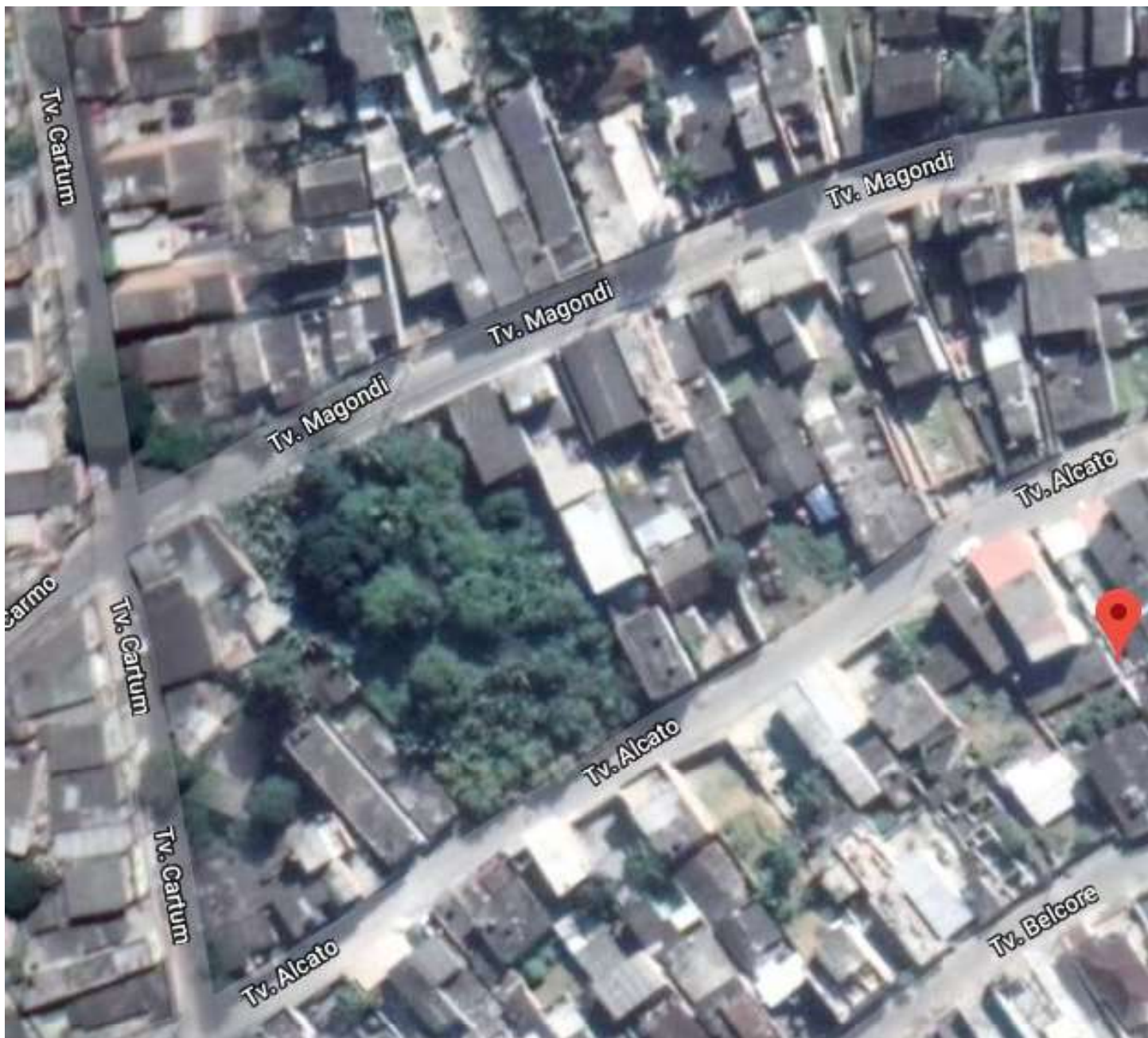


Figura 05 – Foto aérea apresentando os setores da EMEI Chácara Sonho Azul e a posição do Tanque de Evapotranspiração proposto no terreno para atividades de educação ambiental.
Fonte: Googlemaps trabalhada pelos autores.

Figura 06 – Imagens do terreno para atividades de Educação Ambiental da EMEI Chácara Sonho Azul. Fonte: Foto realizada por Vera Luz



A IMPORTÂNCIA DA VALORIZAÇÃO DAS ÁREAS VERDES NA PAISAGEM URBANA LITORÂNEA

Artigo desenvolvido para conclusão do curso de especialização em Arquitetura Sustentável: Projeto e Ambiente construído pela PUCPR-Curitiba.

Isadora Gaviolli Merotto
Arquiteta e Urbanista

Dr. Marlos Hardt
Arquiteto e Urbanista
Doutor em Gestão Urbana
Professor

1. Introdução

A relevância desta pesquisa contribui para a análise das áreas verdes urbanas. Com a problemática identificada nas cidades litorâneas, em que a vegetação não é tão valorizada tanto quanto a paisagem de frente para o mar.

“O uso da praia no século XX apresenta-se com as características e a morfologia de um grande parque local linear, onde a população busca um lazer alternativo às suas atividades do cotidiano urbano” (MACEDO, 2004, p.53). Macedo (2004, p.47) também afirma: “Apesar da urbanização das áreas costeiras no Brasil acontecer com a ocupação territorial do país, foi somente no início do século XX que o loteamento de trechos significativos da orla marítima passou a ser socialmente aceito como uma figura urbana”.

Antes da praia se caracterizar como um parque urbano moderno, no período que o café estava fortalecendo a economia do Brasil, surge a valorização dos parques e praças. Diferente da Europa, que houve a necessidade da apropriação da natureza para solucionar doenças da população devido aos acontecimentos da Revolução Industrial, no Brasil os parques são construídos para a elite da época usufruir.

Oliveira (2017, p.13) destaca o surgimento dos espaços públicos nas cidades industriais: “O impacto severo que as cidades miasmáticas tiveram no ambiente físico, mental e condições morais dos moradores urbanos levaram ao surgimento da

O mar com função de compor uma bela paisagem e a praia como local de lazer, faz com que a via beira mar torne-se um eixo de atração do turismo e moradia. A praia encarrega-se do papel de parque urbano e consegue atrair uma diversidade de público, muitas vezes aumentando a especulação imobiliária. Supõe-se que muitas cidades litorâneas tiveram o seu histórico de apropriação através do veraneio, conseqüentemente com baixa qualidade de infraestrutura e sem planejamento. A valorização da especulação imobiliária das cidades litorâneas, fez com que a densidade verticalizada desse origem a condomínios fechados e prédios altos. Em que o único princípio fosse, apartamentos favorecendo somente a vista para o mar, gerando uma arquitetura projetada através das leis do mercado e a legislação urbana ou seja, má qualidade arquitetônica que não aparenta ser justa com o comprador e muito menos com a composição do urbanismo mais humanizado. É reconhecido que os outros ambientes de vegetação (matas, manguezais), morros também compõem uma interessante paisagem nas cidades litorâneas. O objetivo é realizar uma análise de como encontra-se as áreas verdes nas cidades com litoral. Ao iniciar a pesquisa, busca-se fazer um levantamento de artigos científicos com fontes secundárias na área de estudo, uma revisão teórica e prática de obras da literatura específica. Na transição do início do urbanismo aos novos conceitos até agora, há estratégias como a biofilia urbana; natureza abundante nas cidades, a valorização das espécies de plantas locais, o urbanismo ecológico; a cidade utiliza a paisagem de maneira estrutural e a infraestrutura verde; instrumento que auxilia na integração de benefícios ecológicos, econômicos, e sociais por intermédio de relações com a natureza. Ações possíveis de serem vistas na prática como norteadores de projetos para ocupações urbanas, visam suprir as necessidades do presente sem prejudicar o futuro.

Saúde Pública. Um movimento que identificou a importância da criação de parques públicos”.

No Rio de Janeiro em 1808 acontecia uma requalificação urbana, Amorim e Bovo (2009, p.3) destacam que: “Com a vinda da família real em 1808, pois neste período teve início à “organização urbana”, que consistia na limpeza das ruas, na criação da polícia militar, na criação da imprensa régia e na fundação do Banco do Brasil”.

Em outras cidades Brasileiras também

acontecia a reestruturação e assim surgiu os primeiros parques públicos, o Campo da Santana, O Passeio Público e o Jardim Botânico.

“No Brasil, por volta de 1850, existiam cidades que se destacavam pela quantidade expressiva do verde no seu interior, como é o caso de Teresina-PI com densa arborização e, Aracaju-SE (primeira cidade planejada do país), coberta por uma vegetação com predominância de coqueiros. Todavia, essa vegetação ainda era nativa e não havia sido planejada” (GOMES, 2003, p.20).

A vegetação aparece em muitas situações como, praças; parques urbanos; parques fluviais; parque balneário e esportivo; jardim botânico; faixas de ligação de áreas verdes. Essas áreas continuam existindo nas cidades e com diversidade de fauna e flora, mas por que há um desinteresse de planejamento urbanístico para valorizá-las como atrativos, pois garante uma parcela de qualidade de vida para a população.

Examinar a falta e a má qualidade das áreas verdes nos centros urbanos com paisagem litorânea é o objetivo geral do estudo, assim como a falta de planejamento e preservação de áreas verdes interfere na estratégia de promoção do desenvolvimento sustentável.

Para isso, tem-se os seguintes objetivos específicos: descrever o contexto histórico de inserção das áreas verdes nas cidades; destacar o forte interesse turísticos atual das cidades litorâneas e o início das ocupações; analisar de que forma o planejamento de áreas verdes pode contribuir para a qualidade urbana; explorar o conceitos de cidade verde como estratégia para auxiliar urbanismo sustentável.

2. Contextualização

O tema é explorado ao identificar a potencialidade da paisagem com vegetação como estruturador urbano. Busca entender as cidades que ao longo da sua evolução deram as costas para os seus cursos d'água, os modificou para um cenário

com esgotos e lixos. E somente privilegiando a vista para o mar, proporcionando para a população apenas atrativos voltados para a praia. “Uma urbanização pautada nos rios permite que seus habitantes identifiquem os lugares de acordo com sua geografia, pelos vales, morros e corpos d'água” (IKEDA, 2016, p. 20).

A valorização da vegetação muitas vezes quando elas existem são esquecidas e acabam sendo espaços vazios isolados, vulneráveis a segregação social, tornando-se perigosas para as cidades. Mesmo havendo um potencial de crescimento, porém não valorizado.

Jacobs (2004) em seu livro Morte e Vida de Grandes Cidades, questiona sobre os parques sem planejamentos, sobre existirem sem algum propósito.

“Mais Áreas Livres para quê? Para facilitar assaltos? Para haver mais vazios entre os prédios? Ou para as pessoas comuns usarem e usufruírem? Porém, as pessoas não utilizam as áreas livres só porque elas estão lá, e os urbanistas e planejadores urbanos gostariam que utilizassem” (JACOBS, 2004, p.70).

Portanto é fundamental destinar um uso, atrativos de conexão da cidade com a vegetação, para que a população se aproprie com consciência das áreas verdes. “Conquanto a cidade viva e convidativa seja um objetivo em si mesma, ela é também o ponto de partida para um planejamento urbano holístico, envolvendo as qualidades essenciais que tornam um cidade segura, sustentável e saudável” (GEHL, 2010, p. 63).

3. Embasamento Teórico

De acordo com a Constituição Federal Do Meio Ambiente, Panasolo, Petters e Nunes (2016) enfatizam:

“Neste tópico, pretendeu o legislador dar efetividade ao art. 225 da Constituição federal, que prevê o direito de todos ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e garantir o direito de todos os (presentes e futuras

gerações) à sadia qualidade de vida nas cidades, haja vista o papel fundamental desempenhado pelas áreas verdes (PANASOLO; PETERS; NUNES, 2016, p.74).

“A paisagens litorâneas são certamente as que mais sofreram alterações com os procedimentos sociais de ocupação do território brasileiro” (MACEDO, 1999, p. 153).

De acordo com a afirmação de Macedo (1999) também destaca outras condicionantes das regiões litorâneas:

“Urbanização, culturas anuais ou sazonais, extrativismo mineral e vegetal são formas de atuação social sobre o território que rapidamente transformaram sua configuração morfológica ambiental, exigindo para sua implementação a destruição de parcelas significativas dos ecossistemas. Isto acontece com as florestas de manguezais, restingas e a Mata Atlântica-esta parcamente dizimada em uma série de estados” (MACEDO, 1999, p.154).

Assim Leite (2012, p.135) complementa com a seguinte constatação: “Cidade sustentável deve buscar novos modelos de funcionamento, gestão e crescimento, diferentes daqueles praticados principalmente no século 20, expansão com esgotamento”. O planejamento sustentável é sinônimos de cidades compactas, Leite também (2012, p.137) destaca que: “Um desenvolvimento urbano respeitoso às características geográficas do território, que promova boa relação com águas e áreas verdes, é fundamental”.

4. Desenvolvimento

4.1. Espaços Verdes Urbanos

“A maior parte de nossos parques públicos, praças e ruas são um legado dos séculos anteriores” (ROGERS, 1997, p.71). Rogers (1997, p.71) destaca também que o futuro deve preservar o passado: “Nesta era moderna da democracia, poderíamos esperar acréscimos mais importantes ao âmbito público, mas, de fato, nossa contribuição surge como um elemento de destruição destes espaços, realizada pelo tráfego e pela ambição pessoal”.

Para proporcionar cidades mais sustentáveis e consequentemente mais habitáveis Rogers (1997, p. 32) acredita que: “Não haverá cidade sustentável, do ponto de vista ambiental, até que a ecologia urbana, a economia e a sociologia sejam fatores presentes no planejamento urbano”. No

mesmo raciocínio em que o planejamento urbano e a sustentabilidade devem estar integrados para o desenvolvimento consciente, nos anos 90 iniciou os estudos sobre o conceito de Infraestrutura Verde.

“Uma das primeiras definições do termo, e também uma das mais difundidas e aceitas, foi feita por Benedict e McMahon (2006). Os autores apontam a IEV como instrumento de conservação, restauração e manutenção de sistemas de funções naturais capazes de proporcionar benefícios ecossistêmicos, econômicos e sociais (MARQUES, 2018, p.14).

“Uma cidade biofílica é uma cidade abundante com a natureza, uma cidade que procura oportunidades para reparar e restaurar e criativamente inserir a natureza onde quer que possa” (BENTLEY, 2011, p.2). Akinaga (2014, p.1) esclarece que para: “Implementar o urbanismo ecológico pressupõe a execução de um processo amplo com ferramentas que vão de políticas públicas, ações da iniciativa privada e envolvimento comunitário”.

No Waterfront Central (Fig.1) em Seattle, foi pensado para a reconstrução e reparação da infraestrutura da orla da cidade. Como intenção projetual também interligar diversas construções, propósitos sociais, ecológicos e econômicos, assim investindo e amortecendo a borda urbana em crescimento.

O parque linear, High Line (Fig.2) em Nova York construído no ano de 2009 em cima de uma linha férrea desativada, proporciona a sensação de ser um grande calçadão de Manhattan. A implantação do projeto, foi se tornando referência mundial pela paisagem integrada da natureza no meio urbano e como renovação de áreas degradadas. Conceitos da biofilia urbana e o urbanismo ecológico caminham para aliar a natureza com a paisagem da cidade. Preservar áreas que já tem um potencial da vegetação no espaço urbano ou que se tornaram abandonadas e vulneráveis a construções do mercado imobiliário.

4.2. Paisagem Litorânea

Como um exemplo de solução para apropriação de integração urbana com a paisagem litorânea é o projeto Reordenamento da Avenida Beira-Mar em Fortaleza (Fig.3). Muratori (2009, p.2) explica que: “Sua forma foi buscada para comunicar, em todos os seus componentes, o sentido de

justiça, solidez, compartilhamento e segurança na distribuição dos benefícios a toda a população e aos visitantes da cidade”. Assim conclui que “esta pode ser uma das matrizes para o desenvolvimento do turismo saudável” (MURATORI, 2009, p.2).

Os projetos nas metrópoles mundiais tem como decisões para solucionar orlas urbanas em colocar ações que favorecem o público diretamente.

Em Nova Iorque o Projeto de Requalificação da Baixa Manhattan (Fig.4) proporciona a integração com a natureza e ao mesmo tempo protege a cidade de inundações e tempestades através de compartimentos previstos. Há um passeio para o pedestre com áreas verdes e espaços de conexões ao longo do percurso que torna uma intervenção vibrante ao usuário.

Thomaziello (2016) ressalta que: “Forman (1990) foi um dos primeiros a reconhecer não só a importância da sustentabilidade da paisagem, mas também o papel fundamental que o padrão de paisagem pode alcançá-la (pressuposto

fundamental da ecologia da paisagem)”. Assim paisagem está inserida dentro do ecossistema que atua sobre as relações que existem no meio ambiente, acontecimentos de ações humana sobre os avanços sociais, econômico e ecológicos.

“Todos no mundo dependem completamente dos ecossistemas da Terra e dos serviços que fornecem, como alimentos, água, controle de doenças, regulação do clima, realização espiritual e prazer estético” (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT, 2005 ,p.1). “De modo geral, pode-se dizer que serviços ecossistêmicos seriam os benefícios que a sociedade obtém dos ecossistemas” (TURETA; CASTRO; POLIDORO, 2017, p.26).

“Muitos serviços ecossistêmicos degradados em consequência das medidas tomadas para aumentar o fornecimento de outros serviços, como alimentos. Essas trocas muitas vezes mudam os custos de degradação de um grupo de pessoas para outro ou adiar custos para as gerações futuras” (MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT,2005, p.1).



Figura 1- Waterfront Central, Seattle, Estados Unidos. Fonte: www.architectmagazine.com, 2016.

5. Conclusão

Concluiu-se que cidades com litoral geralmente são ocupadas por atividades turísticas. Iniciam com construções como segunda moradia, em seguida começam a atender as necessidades dos fluxos de moradores da temporada que aumentam com o passar dos anos.

Para que haja um futuro interessante e de qualidade para a população, é importante que o poder público e privado invistam nos projetos urbanos, paisagísticos, ambientais, sociais e econômicos. Portanto também fortalecer a preservação da história como um norteador do desenvolvimento urbano sustentável.

Além de amenizar os problemas ambientais o predomínio da vegetação (matas, manguezais), os morros, lagoas e rios também permitem o aumento nas relações sociais dos habitantes e proporcionam uma aproximação do ser humano com a natureza. Há exemplos de cidades que não mensuram o seu valor, acabam se tornando isolados dos planejamentos urbanos e soterrados para a construção de um cenário futuro cheio de prédios.

Ao comparar as décadas e exemplos de contextos históricos no decorrer da pesquisa, o meio urbano atual está investindo menos na arborização em relação de anos atrás. Praças arborizadas, arborização de vias públicas e áreas com preservação de espécies nativas além de serem espaços agradáveis de usufruir, são somatórios que contribuem para o controle de altas variações climáticas, beneficiando a qualidade da vida humana, física e mental. Proporcionam a capacidade de reduzir a obesidade e depressão por proporcionar exercícios ao ar livre, melhora a produtividade, aumenta o aprendizado e reduz as doenças respiratórias.

Devido a questão histórica e o contexto cultural, são os fatores que contribuem para o desinteresse do poder público junto com a especulação imobiliária ao investirem poucos espaços com vegetação. As cidades litorâneas brasileiras simplesmente surgiram, iniciando com uma vista para o mar privilegiada. Para que seja uma cidade igualitária é interessante valorizar as demais condicionantes da natureza e não somente a onde o interesse turístico se destaca, consequentemente respeitar a cidade como um todo.





Figura 2 – High Line, Nova York, Estados Unidos. Fonte: www.archdaily.com.br, 2014.



Figura 3 – Reordenamento da Avenida Beira-Mar, Fortaleza, Brasil. Fonte: www.vitruvius.com.br, 2009.



Figura 4 – Requalificação da Baixa Manhattan, Nova Iorque, Estado Unidos. Fonte: www.architectmagazine.com, 2014.

BIBLIOGRAFIA

AKINAGA, P. H. Urbanismo ecológico, do princípio à ação: o caso de Itaquera, São Paulo, SP. São Paulo, 206 p.: il, 2014. Tese (Doutorado - Área de Concentração: Paisagem e Ambiente)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo-FAUUSP. p.1.

BEATLEY, T. Biophilic cities: Integrating nature into urban design and planning. Washington, DC: Island Press, 2011. p. 2.

BOVO, M. C.; AMORIM, M.C.C.T. Efeitos positivos gerados pelos parques urbanos: um estudo de caso entre o parque do Ingá e o Parque Florestal das Palmeras no município de Maringá/PR. Eixo Temático 8 – Clima e Planejamento Urbano/Rural, 2009. p.3.

_____. Green urbanism learning from European cities. Washington, DC: Island Press, 2000.

GEHL, J. Cities for people. Washington, DC: Island Press, 2010, p.63.

GOMES, M. A. S; A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. Estudos Geográficos, Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 20, junho, 2003.

IKEDA, E.B. São Paulo-Paris, Metrôpoles Fluviais. Ensaio de projeto de Arquitetura das Orlas do Canal Pinheiros Inferior, Córrego Jaguaré e Córrego Água Podre. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo. São Paulo, 2016. p. 20.

JACOBS, J. Morte e vida de grandes cidades. 3 ed. – São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011. – (Coleção cidades), 2004. p. 70.

LEITE, Carlos. Cidades sustentáveis, cidades inteligentes: desenvolvimento sustentável num planeta urbano. Porto Alegre: Bookman, 2012. p.135-137.

MACEDO, S. S. Paisagem, litoral e formas de urbanização. In: Subsídios para um projeto de gestão. Brasília: MMA e MPO, 2004. (Projeto Orla). p. 47-53.

MACEDO, S. S. Litoral Urbanização, Ambientes e seus Ecossistemas Frágeis. São Paulo n. 12. 1999. p.153.

MARQUES, T. et al. Projeto Jaguaré: metodologia para requalificação de bacias hidrográficas urbanas. Revista LABVERDE, v. 9, n. 1, p. 14-10 abr. 2018.

MURATORI, R. Reordenamento da Avenida Beira-Mar. Disponível em :<www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.109/3559?page=3>. Acesso em: 06 mai.2019.

MILLENNIUM ECOSYSTEM ASSESSMENT. Ecosystems and human wellbeing: synthesis. Washington: Island Press, 2005, p. 26.

OLIVEIRA, F. L. Green Wedge Urbanism: History, Theory and Contemporary Practice. New York: Bloomsbury Academic, 2017.

PANASOLO, A.; PETERS, E. L.; NUNES, M. S. Áreas verdes urbanas à luz da nova legislação florestal: proteção, intervenção, hipóteses de uso e regularização fundiária. Curitiba: Ambiente Juris, 2016, p.74.

THOMAZIELLO, S. A. Sustentabilidade ambiental e serviços ecossistêmicos: uma estratégia para avaliar zonas amortecimento de paisagens protegidas – o caso da Reserva Florestal do Morro Grande/SP. Campinas, p.42. : il, 2016. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Recursos Hídricos, Energéticos e Ambientais) – Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo da Unicamp.

TURETTA, A.P.D; CASTRO, S. D; POLIDORO, J.C. Solo, sustentabilidade e provisão de serviços ecossistêmicos. BOLETIM INFORMATIVO DA SBCS, Mai-Ago, 2017, p.26.

ROGERS, R. Cidades para um pequeno planeta. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 1997.p 32-71.

PEQUENO DISCURSO SOBRE UM MÉTODO

Vera Santana Luz
Claudia Maria Lima Ribeiro
Wilson Barbosa Neto

1. Disciplina e método como método para uma Disciplina

Disciplina e método. Palavras que podem elucidar a atividade de projeto em qualquer escala – da cidade, do edifício, do objeto. Pode-se aliar a estas duas inexoráveis matrizes condutoras o repertório, uma vez que o projeto está sempre mergulhado na cultura, sendo dela tributário, na incessante busca de entendimento e posição no mundo e, a cada ato, postando-se como uma inauguração do futuro, consciente do passado; porém, também inevitavelmente, estará inserido no seu tempo – o que pode elucidar-se pelo termo *zeitgeist* – o espírito do tempo.

Como o projeto – algo que se lança adiante, para o futuro, pode estar inserido no seu tempo? Desde que este tenha espírito, poderíamos afirmar: algo além da concretude primeira das coisas. Não obstante, em tempos sem espírito urge, acima de tudo, esta premissa. É necessário ter visão de mundo para tanto, e assumi-la – a qual regerá qualquer hipótese, ideais, lançamento de ideias e, no caso do projeto, a proposição de algo no mundo – concreto e espacial; assim sendo, não esperemos unanimidade. Busquemos tão somente coerência máxima de nossa parte e a responsabilidade em saber que o fim último da arquitetura e do urbanismo é para o outro, não para nós, enquanto autores.

Este texto busca revelar algumas posições assumidas no campo do ensino. Ensino este que não se pretende em separação estanque da pesquisa e

da extensão, como direção teórico-conceitual e da práxis, embora situado no universo pedagógico do ensino, na formação acadêmica da Graduação.

Espera-se colaborar, com a exposição de uma experiência fundamentada em mais de trinta anos de realização constantemente aperfeiçoada, para a reflexão sobre o papel do ensino de projeto - assim entendido como embrião acadêmico que aponte para a responsabilidade social - portanto com o olhar extensivo extra-muros à Universidade- e para a investigação constante- portanto como um ato de pesquisa, neste caso a partir da concepção de produtos em função pré-determinados, como ação eminentemente de inserção social para demandas reais, cujos compromissos técnicos e morfológicos sejam resultado da reflexão sobre a definição de arquitetura.

Entendemos, por consequência, que se realiza a cada projeto esta definição, reiterada por suas questões estruturantes, a saber, o compromisso com o contexto socioambiental, a paisagem, a função ou utilidade, os aspectos técnicos-constructivos e estruturais e a morfologia coerente com suas leis internas, que se apreende pela pura visibilidade e pela experiência corporal no espaço e perante os objetos – sejam eles habitáculos ou utensílios urbanos. Cumpre salientar o que se entende como forma: esta é, desse modo, a própria arquitetura, que resulta como síntese única na forma, onde todos os aspectos inerentes se apresentam - dado que a arquitetura lida tão somente com formas construídas no mundo concreto e espacial – estas

são, pois, nossas únicas matrizes, onde tentamos revelar significados e constituir lugares no mundo. Nesta síntese corporificada e espacial estarão contidas as possibilidades de agenciamento do/no sítio, o observar, se apropriar, utilizar, fruir, se abrigar, a estabilidade física, a inserção e o relacionar-se com o contexto, a capacidade simbólica de representar as comunidades envolvidas, a cidade, o país, o estado da arte em incessante conquista humana, o compromisso ambiental ampliado às condições planetárias e a posição ideológica. Tudo deve estar na forma e no espaço implicado – ou não estará em lugar algum. Assim a arquitetura pode reinaugurar, a cada projeto, o lugar. Este entendimento para o objeto ou o edifício é evidentemente extensivo ao campo urbano em sua possibilidade ampliada, como potência máxima de ação, alcance e compromisso.

A Disciplina de Desenho do Objeto B se configurou em longo espaço de tempo, depurando pressupostos e métodos de trabalho para o que contribuíram muitos professores, na tradição da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC de Campinas onde, embora com alterações de trajetória e adaptações, se preconizaram eixos de conhecimento nos campos de fundamentos, tecnologias, linguagem, projeto e urbanismo, pautados pela teoria e prática articuladas e pela transversalidade.

As Disciplinas de Desenho do Objeto A e B, entendidas como sequenciais, compõem dois períodos sucessivos de um semestre onde, em DOA se realiza a elaboração de uma cadeira até o protótipo em escala real, determinada por um recorte material especificado a priori, em geral cuja base é a madeira compensada e elementos complementares variáveis, numa sucessão de experimentações projetuais desde os primeiros croquis onde, paulatinamente se associam aspectos

ergonômicos, dimensionamento apurado, técnicas construtivas, aspectos formais que são testados sucessivamente nas escalas 1:5, 1:2 até o termo final em 1:1, em peças gráficas e modelos consecutivos.

A Disciplina de DOB, sobre a qual dissertaremos neste texto, contou para seu amadurecimento até o presente com uma série de colaboradores fundamentais¹ para sua concepção.

2. O corpus e o espírito ou: as coisas de onde vêm?

A característica básica da Disciplina de DOB é seu propósito temático, a saber, a realização de equipamentos/mobiliário urbanos, cujo pressuposto fundamental é o entendimento do espaço urbano como lugar de direito para todos, palco da manifestação da vida pública, eminentemente coletiva, abrangente e democrática. Procura-se, desse modo, equipar os espaços públicos urbanos para tanto, entendendo o papel destes elementos de projeto como infraestrutura potencializadora, base para uma vivência urbana plena, qualificada, adequada, confortável, com eficiência técnica e poética. Entende-se, assim, equipamentos e mobiliário urbanos como uma das infraestruturas que colaboram para a estruturação e qualificação dos lugares de vivência coletiva, portanto políticos, onde se efetiva a cidadania no seu cotidiano e em ocasiões específicas ou excepcionais de participação e posicionamento. Sabemos da ainda relativamente escassa tradição desta infraestrutura no Brasil, o que amplia nossa responsabilidade.

O elenco de possibilidades de subtemas de equipamentos/mobiliário urbanos é sugerido ao início do Curso, não compreendendo este conjunto como excludente, podendo o grupo de alunos responsável pelo desenvolvimento do projeto investigar sub-temas não previstos,

¹É imperativo destacar as contribuições essenciais dos professores Rafael Antonio Cunha Perrone, Maurício Fridman, George Ribeiro Neto, Antonio Carlos Kfourri, Vera Santana Luz como pioneiros e Roberto Strauss, Mirtes Maria Luciani, Caio de Souza Ferreira, Debora Pinheiro Frazatto, Geise Pasquotto, Claudia Maria Lima Ribeiro, Wilson Barbosa Neto, José Luiz Roge Ferreira Grieco e, mais recentemente, contando com a colaboração de Maria Beatriz Ardinghi. Em articulação estreita, na Disciplina de DOA soe mencionar os professores Fernando Frank Cabral, Nelly Noemi Nahum, Beatriz Helena Bueno Brandão e Marcio do Amaral como pioneiros e Claudia Maria Lima Ribeiro, Wilson Barbosa Neto e Luis Fernando Campanella Rocha.

desde que adequados ao contexto. São exemplos sugeridos destes equipamentos/mobiliário urbanos vinculados:

- À Permanência;
- A Serviços ou Comércio de Rua;
- A Atividades Lúdicas, de Lazer ou Cultura;
- Ao Esporte;
- À Limpeza Pública;
- À Higiene Pública;
- Aos Transportes Públicos de Alta Capacidade;
- À Mobilidade Urbana de Média ou Micro Escalas como Sistema Ciclovitário ou outros;
- À Transposição Urbana tais como passarelas ou pontes;
- À iluminação Pública;
- À Sinalização Pública;
- À Horticultura Urbana;
- A Festas e Manifestações Populares.

Outro eixo estruturador fundamental é o contexto e suas demandas reais. As áreas escolhidas e propostas para a Disciplina são definidas a partir de situações de carência ou urgência, sempre territórios ou bairros caracterizados por condições de fragilidade, carência ou precariedade urbana, em geral situados em regiões periféricas da cidade de Campinas, onde é evidente a ausência de suprimento adequado de infraestruturas, serviços, equipamentos e espaços públicos qualificados,

bem como apresentando condições precárias de habitabilidade das edificações. Para isto são realizadas articulações prévias com lideranças locais que gentilmente recebem os estudantes e professores em visita a campo e nas investigações sobre o contexto real e são também convidadas a expor sua opinião ao final do Curso, sobre os resultados alcançados. Cópias das peças gráficas do produto final dos trabalhos é oferecida a estas lideranças para que possam constituir um acervo e eventualmente instrumento de reivindicação, dado que reiteradamente estas lideranças assumem posições em conselhos participativos institucionais além das associações comunitárias locais, bastante estruturadas.

Duas premissas decorrentes da metodologia para projeto de equipamentos/mobiliário urbanos são a primeiramente a produção em série dos objetos, dada sua necessária replicabilidade, para o que devem ser investigadas e definidas as instâncias de fabricação de acordo com o repertório de materiais assumido e o segundo aspecto que é a configuração de conjuntos, ao que se denomina – família de objetos – onde serão enfrentados conceitos de linguagem comum para sua configuração.

O pressuposto ortodoxo perante estas premissas conduziria à produção industrial estrita, mecanizada e preferivelmente automatizada,

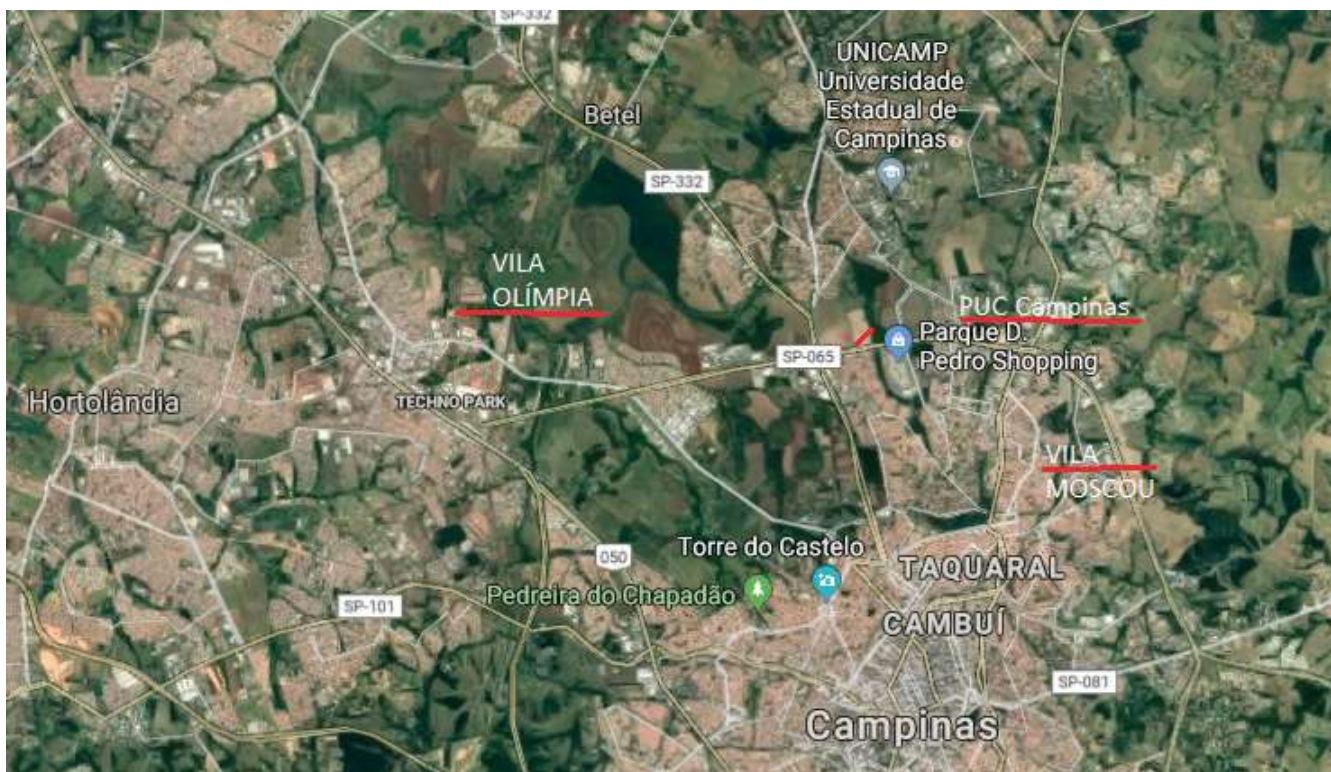


Figura 1 – Dois territórios de estudo da Disciplina de Desenho de Objeto B, no município de Campinas: na periferia norte – Vila Olímpia e nordeste – Vila Moscou. Fonte: googlemaps. Acesso em: 15 jun 2019.

para a constituição de objetos seriados de larga escala, em sistemas de componentes articuláveis, em campos materiais tais como metais, plásticos, madeiras industrializadas, argamassa armada e têxteis ou membranas tensionáveis. No entanto o necessário compromisso ambiental dos projetos pode evidenciar os paradoxos desta escolha. As condições atuais do modo de produção industrial, desde a extração, processamentos, beneficiamento, produção, transporte, distribuição e descarte são insustentáveis do ponto de vista da disponibilização de recursos materiais, energéticos, da compreensão dos ciclos de vida dos materiais produtos, de seu desmonte e dos resíduos descartados, incluindo a própria relação capital/trabalho, reiteradamente comprovados pela literatura, cujos parâmetros evidenciam a degradação do ambiente e dos recursos, a violentação dos ecossistemas, a poluição ambiental generalizada em todos os níveis – do ar, dos solos, da água - o desperdício, o consumo desmesurado e a desigualdade entre a opulência e a escassez na distribuição dos bens. Nesse sentido apresenta-se, como possibilidade, a investigação de materiais e sistemas tecnológicos alternativos, de baixo impacto ou potencialidade de agregação comunitária colaborativa ou associativa, onde preceitos relativos ao compromisso ambiental e à justiça social possam ser testados, em busca de novos paradigmas. Nesse caso caminha-se na corda bamba entre a autonomia comunitária e a função de suprimento pelo Estado, cujo contrassenso pode apontar os limites da confirmação da miséria ou da denúncia perante as forças sociais antagônicas que o território urbano explicita em carne e osso, espírito e terra.

Compete como princípio metodológico de projeto que a concepção da família de objetos para um sub-tema em contexto determinado envolva fases consecutivas desde os primeiros esboços até o anteprojeto detalhado, onde a aproximação ao pormenor e sua resolução convenientemente compreendida no todo são indispensáveis.

As fases de projeto se pautam, por conseguinte, em processo contínuo de apuro, da concepção ao produto final passível de realização concreta, cujas bases fundamentais são o desenho, a modelagem e a prototipagem articulados.

Concebeu-se uma sequência de atividades/aula com assuntos-âncora estabelecidos, que buscam articular paulatinamente, em processo

dialético, questões fundantes às quais o projeto necessariamente não pode se furtar, apresentando a possibilidade de enfrentar um “método disciplinado” como alternativa ao mito do projeto como inspiração pura sem vínculo de racionalidade, portanto de consciência. Pretende-se que imaginação, intuição e razão sejam convocados como alicerces, contando com as capacidades humanas para apuro da técnica vinculada às escolhas estéticas para um lugar real, refletidos pela consciência ética e pelo compromisso social e ecológico, no sentido de dotar de qualificação - a partir de um punhado de elementos infraestruturais dentro do programa de equipamentos/mobiliário urbanos -, sistemas de espaços públicos urbanos – sejam eles parques, praças, frondes de água, vielas, becos, ruas, passeios, passagens.

Entremeia-se às atividades/aula práticas algumas inserções teóricas em tempos associados, como será exposto a seguir.

As atividades/aula práticas constituem passos das fases de projeto consideradas como:

- Identificação/Levantamento;
- Estudo Preliminar 1;
- Estudo Preliminar 2 (ou Revisão do Estudo Preliminar);
- Anteprojeto + Detalhamento.

Considera-se identificação/levantamento como projeto, uma vez que não se espera a investigação e análises isentas do compromisso projetual, porém dirigidas a ele, onde se articulam temas setoriais – a geomorfologia (topografia e sistema hídrico); os sistemas de transporte reais e potenciais; o tecido urbano; usos e ocupação do solo e gabaritos; infraestruturas; serviços públicos; marcos referenciais; legislação; histórico; população; sistemas de espaços públicos; qualidade/precariedade socioespacial e ambiental - e preconiza-se como produto final a elaboração de diagnóstico, prognóstico e diretrizes, bem como a escolha circunstanciada do sub-tema de projeto a desenvolver, pautada pela justificativa de sua necessidade e importância no contexto e, desde já, pelo estudo de projetos análogos e referências. Este processo é realizado a partir de bases cartográficas, imagens aéreas, referências bibliográficas e midiáticas e estudo de campo. Após a apresentação e discussão coletiva desta fase realiza-se um projeto relâmpago onde propõe-se que, individualmente, cada aluno proponha no tempo de uma aula a solução

para o problema de projeto estabelecido, ou seja, a definição de um partido. Este exercício pressupõe a desmistificação de que os tempos de projeto estejam ao sabor da personalidade individual como pura “expressão de si mesmo” mas se governem pela percepção do “outro”, todos os outros como os reais atores aos quais o projeto se destina e que, em geral, urge realizar, como compromisso inerente da arquitetura e do urbanismo. Ou será que nossas cidades, na arrogância do atual estágio civilizatório, estão plenas de qualidade e justiça em seus espaços e construções, no rigor do equilíbrio ecossistêmico e social? Comparamos este momento como a urgência na medicina – no pronto atendimento, nas unidades de terapia intensiva ou nos cuidados imediatos de emergência.

A aula inaugural do Curso, eminentemente teórica, apresenta os conceitos que o norteiam, revelados no Plano de Curso, a metodologia e dinâmica de projeto, responsabilidades, prazos, revelados no Cronograma e uma explanação a partir de analogias realizadas em Cursos de períodos anteriores bem como projetos paradigmáticos referenciais de várias procedências autorais, expõe por meio de vídeos ou entrevistas entre outras formas, a condição planetária de desequilíbrio socioespacial e ambiental mediante as ações antrópicas e o território de projeto com suas características fundamentais e bases para possibilitar a fase de identificação/levantamento. Os estudantes realizam neste mesmo dia uma atividade de desenho, em geral envolvendo o repertório de equipamentos/mobiliários urbanos como a constituição de peças gráficas do elemento no espaço, o elemento como todo, um detalhe construtivo do mesmo e como poderia ser superado em algum aspecto de sua morfologia, cujos produtos são apresentados em ‘varal’ coletivo para discussão.

As atividades/aula relativas ao Estudo Preliminar 1 se baseiam em pares ou conjuntos temáticos dialógicos, na seguinte sequência:

- forma x contexto;
- forma x função-ergonomia;
- forma x constructo/ estrutura
- forma x contexto x função-ergonomia x constructo/estrutura

²Optamos por apresentar apenas alguns exemplos em imagens como Acervo da Disciplina, sem menção de data ou autoria das equipes, por se tratar de visão parcial dos trabalhos realizados, tão somente para visualização de elementos para compreensão da metodologia e princípios que norteiam a Disciplina de Desenho de Objeto B, tema que organiza este artigo. Mantemos desse modo a originalidade dos trabalhos para que sejam publicados na íntegra a partir do desejo das equipes autoras de fazê-lo, apresentando as decisões que nortearam as soluções em cada fase e os resultados finais.

A forma aparentemente se apresenta como protagonista, no entanto sua constante interface com outro aspecto do projeto pretende evidenciar os pressupostos de sua definição como síntese, já explicitada anteriormente. O resultado de todas as atividades/aula semanais é entregue e/ou apresentado para discussão em varais coletivos, de modo que assumem-se responsabilidades paulatinas semanais, revelando a ação de projeto como processo contínuo de busca e apuro, pela escolha de alternativas refletidas onde a dicotomia de especificidades é uma constante, ou seja: o que a função tem a ver com a estrutura na origem? Nada. É a forma do projeto que propõe essa articulação em coerência e assim vale para todos os campos pertinentes.

As atividades/aula do Estudo Preliminar 2, como sugere o termo, são uma revisão da primeira fase, pois se considera a dificuldade em constituir um partido coerente suficientemente maduro no projeto de objetos para essa complexidade, que se dá no quarto ano do Curso, no umbral do Trabalho Final de Graduação, para o qual consideramos um trabalho prévio.

Os temas sequenciais podem representar os anteriores conforme sua submissão ao cronograma, mas são imperativos os seguintes:

- forma x sistema estrutural: definição e perspectiva explodida de todos os componentes com definição dos componentes estruturais de apoio e componentes apoiados;
- forma x produção x meio ambiente

Esta sequência é inaugurada por uma aula para visita a indústria pelo total ou grande parte dos alunos que, caso não o façam têm a responsabilidade de realizar uma pesquisa, a partir de referências, de técnicas e processos industriais. O produto final é um relatório individual sobre processos industriais verificados na visita ou pesquisados por referências, bem como a preparação de uma explanação áudio visual do mesmo para a classe. Sugere-se que os processos escolhidos possam elucidar problemas relativos aos projetos em realização, para o que elenca-se um rol de possibilidades tais como: torneamento; corte mecanizado; Corte a laser; fresagem; conformação de chapas

metálicas/estampagem; conformação a quente/termoformagem de chapas; calandragem; sopro de vidro; extrusão; conformação a vácuo; tricotagem de fios de arame; moldagem cerâmica com formas e contraformas; injeção; barbotina cerâmica; fundição; espumagem ou conformação de espumas; conformação progressiva de chapa metálica ou repuxo; eletroconformação; sinterização; técnicas de impressão: impressão por jato de tinta/impressão a laser/silk screen; pintura eletrostática; anodização. Intercala-se outra exposição teórica sobre o tema ambiental e ecológico onde se apresentam conteúdos básicos relativos à sustentabilidade. Naturalmente as atividades/aula devem buscar articular estes conteúdos à investigação e decisões de projeto.

A fase de Anteprojeto + detalhamento estabelece as atividades/aula relativas a:

- forma x articulação mestra – onde o produto final é um modelo 1:1 desta articulação
- forma x articulação secundária – onde o produto final é um modelo 1:1 desta articulação
- forma x contexto x função/ergonomia x constructo/estrutura – onde pretende-se a síntese final do projeto

Busca-se realizar, em momentos convenientes do Curso, uma explanação teórica sobre apresentação gráfica de projetos e sistemas de modelagem – formal, funcional, prototipagem, modelagem parcial. Para todas as fases de projeto- Estudo Preliminar 1 e 2 e Anteprojeto + detalhamento -, são apresentadas peças gráficas em pranchas e modelos formais em escala compatível, de toda a família, para discussão coletiva em seminários. Os conteúdos dessas pranchas necessariamente devem contemplar: situação; implantação em planta e cortes; plantas, cortes, vistas superiores e laterais e perspectivas de todos os objetos da família e, na fase de Anteprojeto + detalhamento os componentes, detalhamento de articulações e pormenores bem como o modelo da articulação mestra e uma articulação secundária em escala 1:1.

Portifólios individuais são entregues como memória do processo, contendo croquis, imagens e elementos gráficos de cada etapa e o produto final do projeto, a saber, a fase de Anteprojeto + detalhamento é entregue em forma digital contendo as pranchas e fotografias dos diversos modelos tridimensionais.



Figura 2 – Exemplo de projetos de mobiliário para permanência, sinalização pública e atividades lúdicas. Fonte: Acervo da Disciplina de DOB . Foto: Vera Luz



Figura 3 – Exemplos de detalhamento de peças e articulações. Fonte: Acervo da Disciplina de DOB². Foto: Vera Luz

3. Outros inícios para um mesmo fim ou: as coisas para onde vão?

Ao início do Curso subsequente é realizada uma pequena comemoração, onde comparecem as lideranças envolvidas e os trabalhos que alcançaram maior grau de excelência são apresentados em seminário para a nova classe, para o que ouve-se o comentário dos principais interessados – os representantes das comunidades envolvidas – a quem é necessário agradecer enormemente, pessoas de quem podemos todos aprender verdadeiros ensinamentos da vida cotidiana, de integridade ética e solidária, na luta incessante e inclemente por cidadania, que em moldes de contribuição socialmente necessária e urgente, podemos realizar com modestos ensaios de projeto acadêmico, no alcance dos primeiros passos dos estudantes, em sua condição de aprendizado, porém plenos de desejo de reciprocidade. Quiçá esta experiência possa resultar em algum momento em produções concretas ou, ao menos, colaborar para a compreensão da realidade brasileira, em seu estado de sistêmico de urgência, porém pleno de criatividade.



Figura 4 – Mobiliário urbano para comércio de rua. Rio Branco. Acre.



Foto: Vera Luz

ENSAIOS

ACADÊMICOS





ESTUDO DO JARDIM GEOLÓGICO PARA O CENTRO DE GEOLOGIA DA UNESP RIO CLARO

Prof. Dr. Luiz Augusto Maia Costa

Tutor do PET Arquitetura e Urbanismo

Prof. Dr. Washington Barbosa Leite

Tutor do PET Geologia UNESP Rio Claro

Prof. Dr. José Eduardo Zaine

Colaborador

Prof. Dr. Giancarlo Scardia

Colaborador

O estudo do projeto do Jardim Geológico, foi pensado a partir da parceria entre o PET Geologia da Unesp Rio Claro e o PET Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas, visando uma proposta inovadora para o que seria o primeiro Jardim Geológico do Brasil.

Um jardim geológico é uma exposição permanente de amostra de fósseis e rochas, cujo percurso expositivo tem por objetivo mostrar a história geológica de uma região, ou do Planeta, à partir da classificação das Eras Geológicas, cuja idade e cores representativas são normatizadas pelo International Chronostratigraphic Chart (IUGS): Pré-Cambriano (4600 – 541 Ma), Paleozóico (541 – 251 Ma), Mesozóico (251 – 66 Ma) e Cenozóico (66 Ma – Presente). Esta informação temporal é então espacializada no percurso expositivo, onde cada trecho corresponde, em metros, à idade em anos.



PET Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas

Alunos de Graduação da FAU PUC Campinas

Beatriz Engholm; Carolina Crocco; Ingrid Sanches; João Pedro Tofano;
Júlia Mascia; Leonardo Francischi; Matheus Moura; Vitória Capeli.

PET Geologia UNESP Rio Claro

Alunos de Graduação do ICGE UNESP Rio Claro

Ana Carolina Alves; André P. Figols; Barbara Panegassi; Bruna V. Sampaio;
Caio Novais Silva; Cynthia C. da Silva; Felipe Henrique Pires; Gabriel
G. Fernandes; Isabella Franco; Jéssica T. Katayama; Mateus Melito;
Matheus Henrique Silva; Matheus Mistrinel; Nadine C. Pivetta; Paulo
Henrique Camargo; Raphael Parra; Sarah Lacerda; Thais C. Santos.

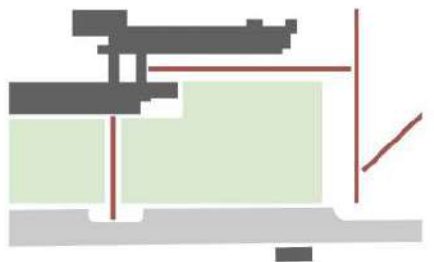




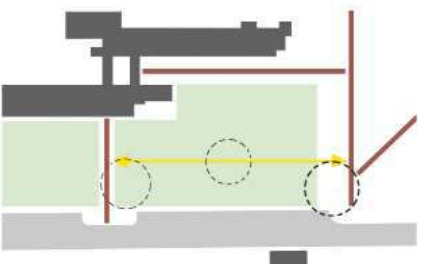
Área de estudo



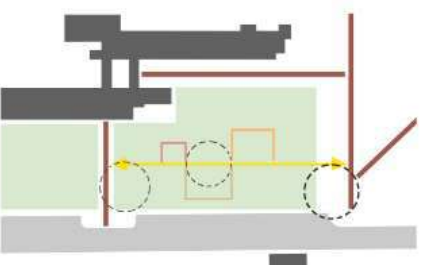
Caminhos já existentes



Gramado existente



Eixo principal ligando os caminhos já existentes e praças propostas



Percurso das Eras Geológicas

O estudo se baseou nas demandas do PET Geologia que busca por um espaço cujo o percurso inclui de forma cronológica, as eras do planeta Terra, acompanhadas de amostras de fósseis e rochas referentes a era em questão.

A princípio a ideia foi de um espaço de passagem, como um museu a céu aberto, onde pudessem ocorrer visitas guiadas com turmas de escolas e visitas autoguiadas de qualquer um que quisesse passar pelo espaço.

Posteriormente surgiu a ideia da criação de espaços de convivência e permanência podendo ocorrer atividades interativas vinculadas com a geologia.

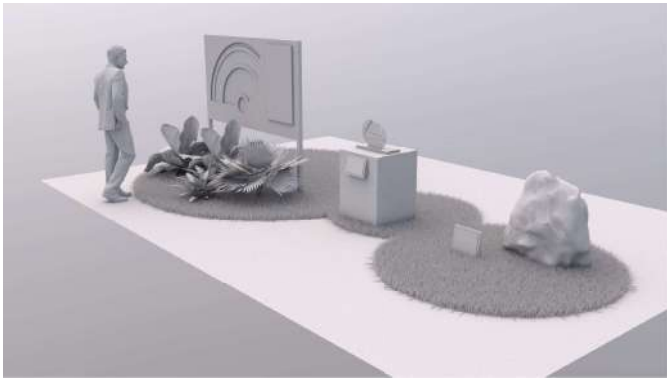
O público alvo não se limita aos estudantes da Universidade Estadual Paulista, mas abrange também os moradores da cidade de Rio Claro que frequentam diariamente o campus, usufruindo do espaço público.

Além disso, foram propostas também, três praças ao longo do trajeto, a Praça das Esferas, a Praça dos Continentes e a Praça da Geodiversidade, todas pensadas para agregar às excursões escolares realizadas no Campus ou para uso dos próprios alunos e professores da instituição.

Através da parceria dos grupos PETs, o resultado do estudo do anteprojeto aqui representado, se resume em um espaço de ensino, convivência e integração dos possíveis visitantes.



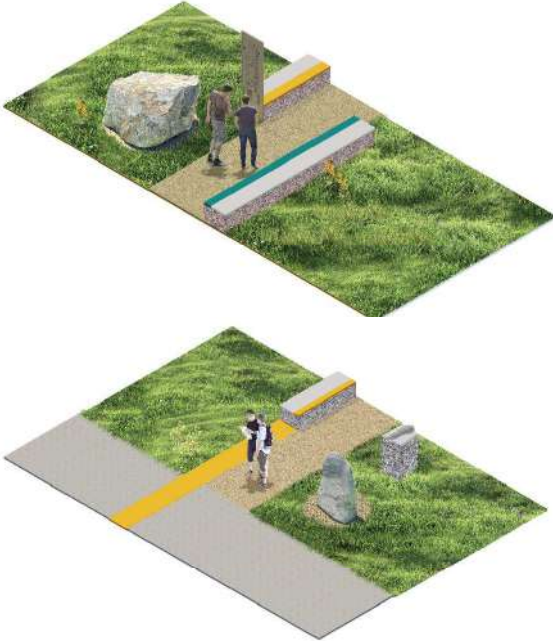
Perspectiva geral



Estudo inicial de informações visuais



Entrada para o eixo principal



Detalhe de mobiliário



Praça da Esferas



Praça dos Continentes



Praça da Geodiversidade

MATERIAIS E TÉCNICAS CONSTRUTIVAS

Canteiro de Obras realizado nas disciplinas de
Materiais e Técnicas construtivas A e B.
Fábio Boretti Netto de Araújo;
Maxim Bucaretschi.

As disciplinas de Materiais e Técnicas Construtiva A e B, realizadas pelas salas 203 e 103, respectivamente, no primeiro semestre do ano de 2019, tem como objetivo, como o próprio nome diz, ensinar técnicas construtivas. Sendo, em MATEC A o foco em alvenarias estruturais e estrutura independente da vedação, o concreto.

Em MATEC B a ênfase se dá na exploração da tecnologia em construção de Madeira e Metal. Em ambas as matérias os alunos desenvolvem em sala projetos com cada material determinado, para ver como cada equipe cria uma solução única com os diferentes materiais. Porém, apenas no papel, nem sempre fica claro o entendimento de como funciona a obra, e com o auxílio da atividade do canteiro podemos finalmente entender o que estamos desenhando, como funciona, ampliando e aprimorando o aprendizado, sempre em parceria com os próprios alunos, monitores, pedreiros e os professores responsáveis: Fábio Boretti Netto de Araújo e Maxim Bucaretschi.

Do papel para o canteiro
Canteiro traz a prática
Prática que podemos experimentar
Experimento para renovar
Renovar e crescer
Crescemos para aprender
O aprender precisa explorar
Explorar a técnica
Explorar os materiais
Explorar os espaços
Explorar as mudanças
Imprevistos
Improvisos
De construir
Para viver
De projetar
Para ser
A arquitetura
Do canteiro para o papel.

Autora: Carolina Mescollotto Moretti

Aluna da disciplina de Materiais e Técnicas Construtivas B do
curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas.







Na faculdade de arquitetura e urbanismo, toda disciplina que contempla em seu currículo atividades de canteiro, tem valor fundamental na formação dos arquitetos ali presentes. A possibilidade de estar em um canteiro real, organiza-lo e entender suas necessidades e fluxos é uma experiência chave para compreensão de aspectos de compromisso com o projeto criado e como ele é executado.

Nessa atividade elementos naturais da rotina de um arquiteto se apresentam, como o contato com fornecedores, orçamentos, decisões de obra e reaproveitamento de materiais, sendo eles também as ferramentas para uma construção seca e inteligente. Há a introdução de novas condicionantes como a relação de tempo de secagem, corte e produção entre cada material e elementos construídos, que por sua vez também possuem uma ordem lógica para se apresentarem na construção.

Dentro de um canteiro, o trabalho em grupo, comunicação e organização são os pilares para uma produção de qualidade com bom fluxo de trabalho. Sendo assim experiência empírica completa a compreensão do arquiteto sobre seu trabalho, a participação em canteiro mostra novos aspectos de projetar, como a logística da produção dos componentes, entrega dos mesmo em obra, adaptações e mudanças que o projeto naturalmente sofre para poder existir.

Autor: Vinícius Piccolomini

Aluno da disciplina de Materiais e Técnicas Construtivas B do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas.

No decorrer da construção da mesa, pudemos perceber a importância do estudo prático, onde além de estudar os conceitos também aprendemos pela ação de construir, e só assim podemos ter o completo entendimento e dar relevância à exatidão, cuidado e atenção. Foi no canteiro que pudemos entender quais são os primeiros passos para se construir desde uma simples mesa até um prédio com muitos andares e estrutura, entendemos também quais materiais deveriam ser utilizados e como utilizá-los corretamente, sempre com a ajuda dos professores e do pedreiro que assessorava os alunos.

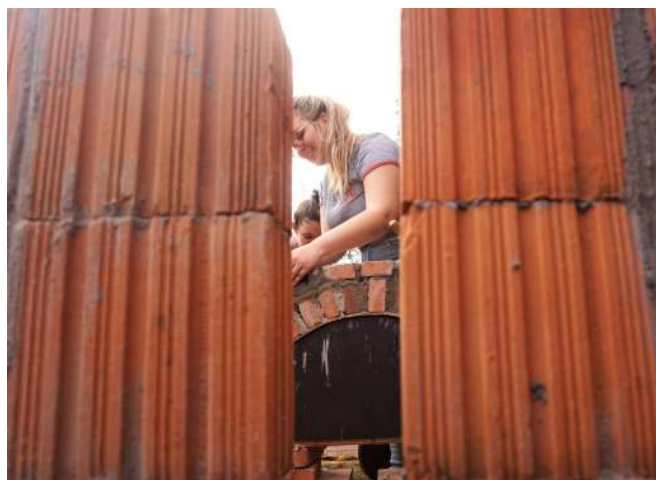
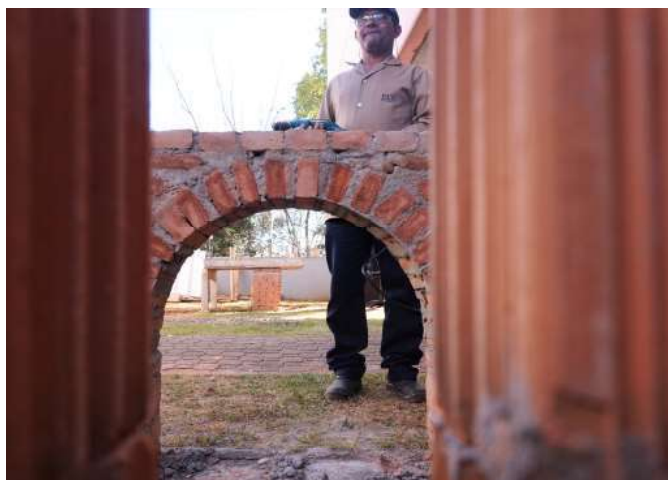
O canteiro é uma atividade intensa, onde vemos a realidade em questão de preço dos materiais e mão de obra, disponibilidade dos trabalhadores e perfeição das etapas. A atividade nos faz crescer como arquitetos, entendendo todos os processos na prática e também encontrando a melhor solução

para os imprevistos. Proporciona também o trabalho em grupo e exige uma comunicação clara e aberta entre as pessoas o que colabora para o crescimento pessoal e profissional daqueles que estão ali.

Colocar em prática o conceito, entender as etapas e os processos com a ação é a melhor forma de realmente aprender e entender o que está sendo estudado, por isso consideramos de extrema importância a realização do Canteiro e das atividades práticas.

Autora: Giulia Rizzo Furlan

Aluna da disciplina de Materiais e Técnicas Construtivas A do curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas.







Autor: Henry Farkas

Aluno da disciplina de Materiais e Técnicas Construtivas B do curso de
Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas.

Fotografia: Carolina Mescollotto Moretti

Aluna da disciplina de Materiais e Técnicas Construtivas B do curso de
Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas.

INTERNATIONAL ARCHITECTURE COMPETITION - ROME COLLECTIVE LIVING CHALLENGE

Beatriz Cressoni

6º Sem. FAU PUC Campinas

Carolina Mescollotto Moretti

6º Sem. FAU PUC Campinas

Gabriel Grothge Faria

6º Sem. FAU PUC Campinas

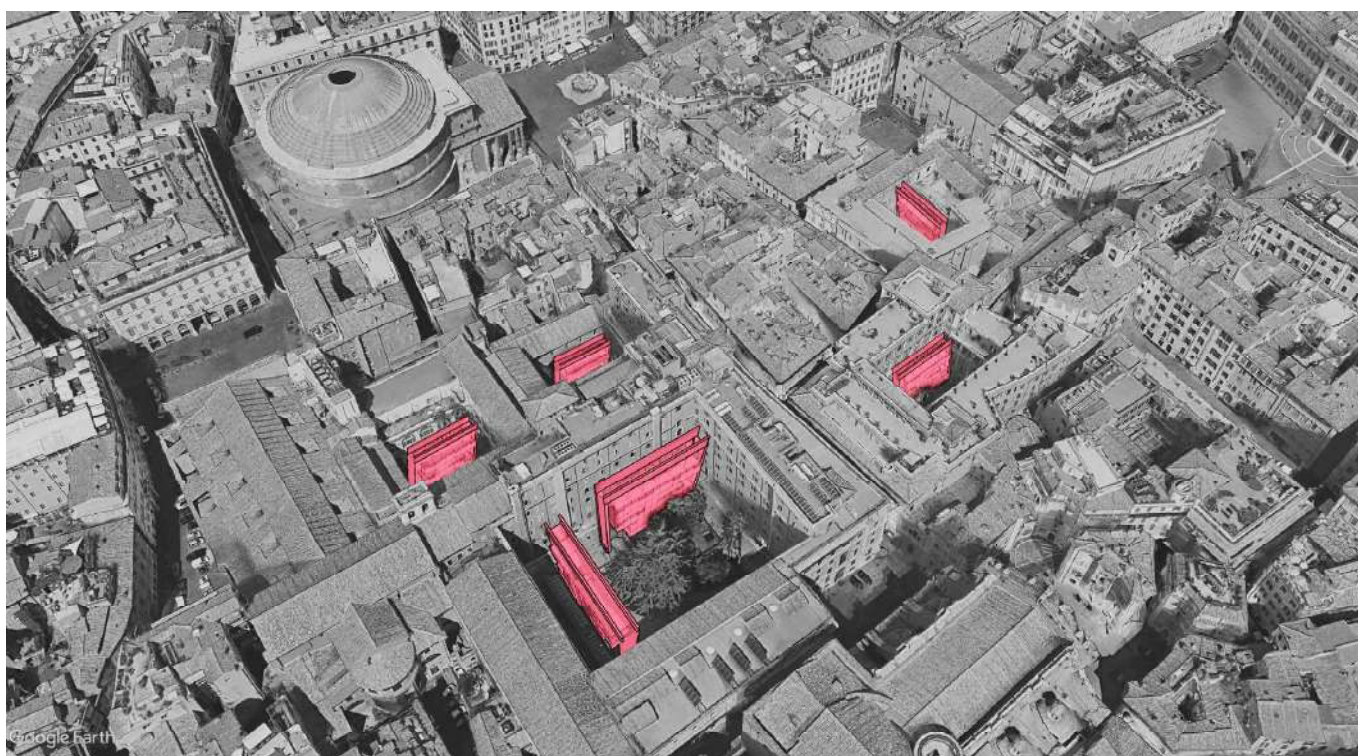
Henry Farkas

6º Sem. FAU PUC Campinas

O espaço de co-living de Roma tem o propósito de trazer o velho estilo de vida romano para a contemporaneidade, reutilizando os espaços internos dos palazzos, que atualmente são utilizados como estacionamentos e muitas vezes não possuem um uso específico. Sendo Roma uma cidade densa de diversas camadas históricas, foi crucial sua preservação para que desta forma apenas o edifício fosse implantado, sem a obstrução da paisagem.

O objetivo era propor uma arquitetura que

se encaixe na cidade sem deixar de lado a história, sendo a escolha do centro da cidade uma grande contribuição. A proporção dos espaços possui um modelo que segue o gabarito dos palazzos¹, entretanto, sem a obstrução de sua vista. Para o transeunte da cidade, este não verá a nova construção, deixando a cidade com o mesmo horizonte. Usando a lógica de cheios e vazios, cria-se uma distribuição que sugere tensão e uma forma única. O piso térreo é elevado para dar aos



¹Palazzos – Tipologia muito conhecida e utilizada no período do renascimento, que abrigava as famílias do período e marca a transição do estilo de construções fortificadas utilizadas no período medieval, para o renascimento.



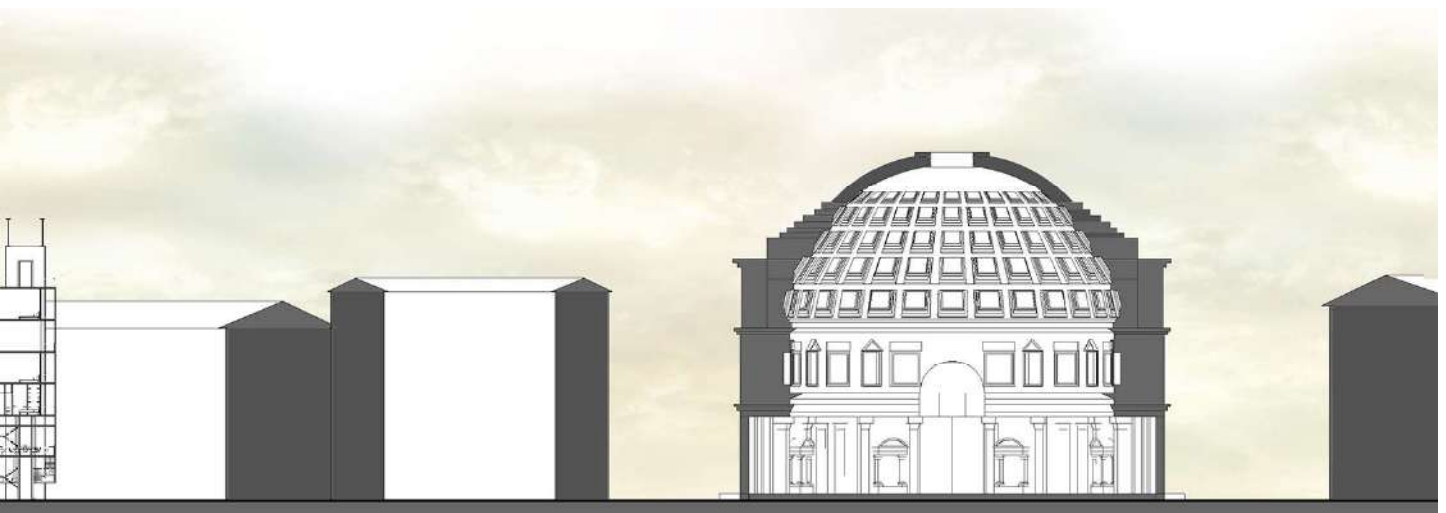
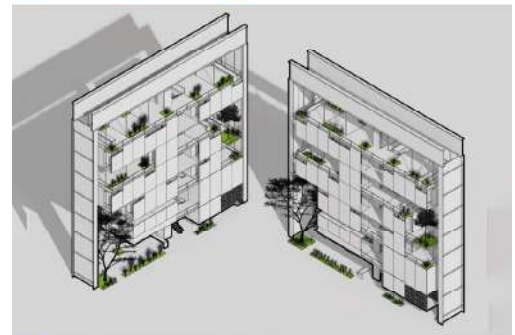
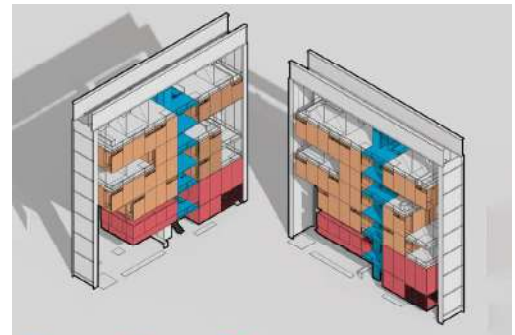
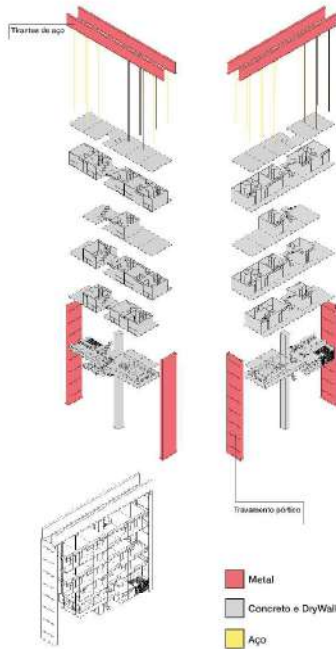
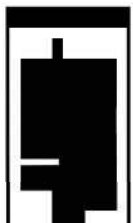
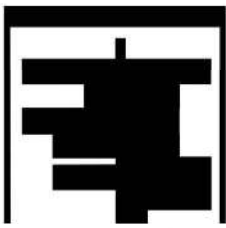
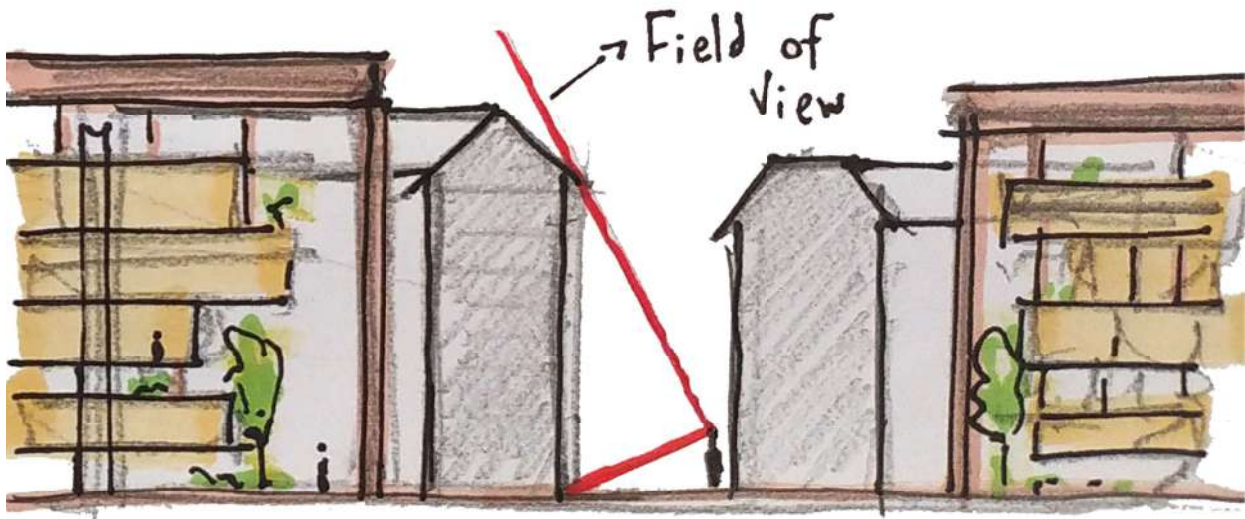
moradores privacidade, contudo a proximidade com a cidade ainda persiste. Devido a sua lógica modular, é fácil adicionar ou remover colunas e linhas do projeto a fim de uma melhor adequação aos diferentes palazzos, dando a possibilidade de criar formas distintas e exclusivas.

A estrutura é composta por um grande pórtico metálico, que suporta todos os módulos que compõem o programa do edifício. Os módulos são instalados com cabos nas vigas superiores, sugerindo que os volumes flutuam ao nível dos olhos quando vistos do solo. O único pilar que não faz parte do pórtico é o que compõe a câmara do elevador,

ajudando a manter o meio da estrutura e aliviando o estresse dos outros dois pilares metálicos. Em relação ao programa, este possui dois momentos: os espaços íntimos e compartilhados.

Cada morador possui seu próprio quarto e banheiro, com um pequeno closet. Para as áreas compartilhadas, há uma cozinha, um local de trabalho comum e uma sala de estar que unem as pessoas, estimulando a coexistência entre o individualismo atual. O exterior é formado por canteiros de flores minimalistas, que trazem as áreas verdes dentro do próprio edifício, formando espaços abertos de convivência.





UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PROJETO G

Ana Laura Cubateli Targa

7º Sem. FAU PUC Campinas

Guilherme Yukio Yoshihara

7º Sem. FAU PUC Campinas

Luiz Felipe Sedenho

7º Sem. FAU PUC Campinas

Nayara Gracinao Alves Ferreira

7º Sem. FAU PUC Campinas

Nicole Beatriz Gonzalez Mannis

7º Sem. FAU PUC Campinas

Residentes em edifícios que em sua maioria não foram pensados para abrigar tal finalidade, as Unidades Básicas de Saúde (UBS's) atuais sofrem com o despreparo das construções em que se encontram e esbarram em diversos problemas como impossibilidade de ampliação, inflexibilidade de ambientes e problemas até mesmo com a iluminação.

O projeto, realizado para a disciplina de Projeto G da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, cria um módulo mínimo que pode ser multiplicado indefinidamente em ambos os sentidos resultando na criação de uma UBS que poderia, no futuro, se expandir, tornando-se até mesmo um hospital.

Resolvendo ainda problemas intrínsecos ao programa proposto, como a necessidade de iluminação natural independente da localização da sala dentro do conjunto total, sendo que muitas vezes não é possível haver janelas.

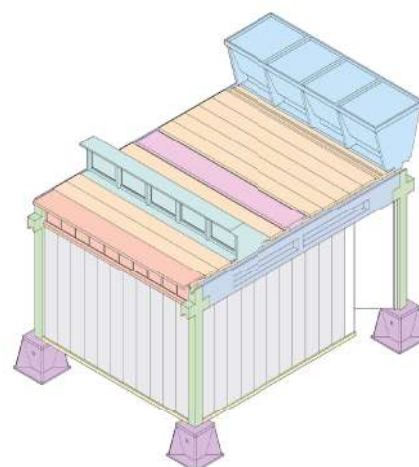
O módulo é constituído por peças feitas em argamassa armada que se unem em argamassagem de segunda etapa, portanto, todas possuem peso próprio baixo (no máximo 40 quilos), podendo ser montadas rapidamente por uma equipe sem a necessidade de grandes máquinas de construção.

O módulo é constituído por: quatro pilares ligados por duas vigas, placas de fechamento lateral (que podem ser substituídas por peças de porta ou placas de shaft), placas de telhado (que podem ser substituídas por peças de shed ou compensadores de meio módulo) e por fim, compensadores de fim de módulo que podem ser substituídos por caixas d'água.

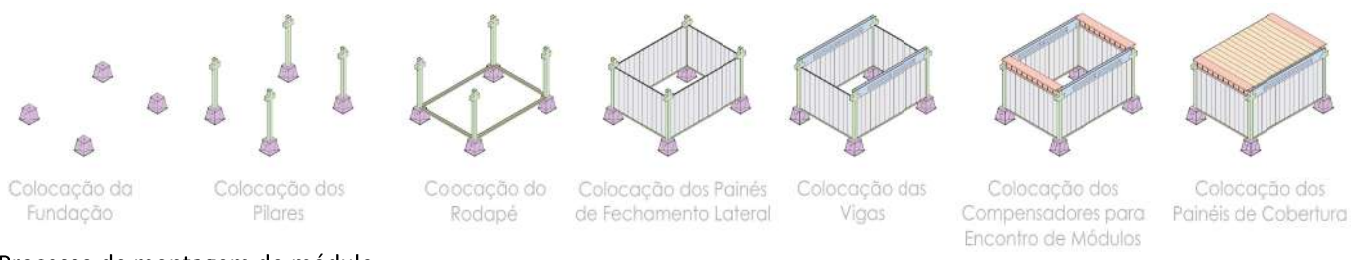
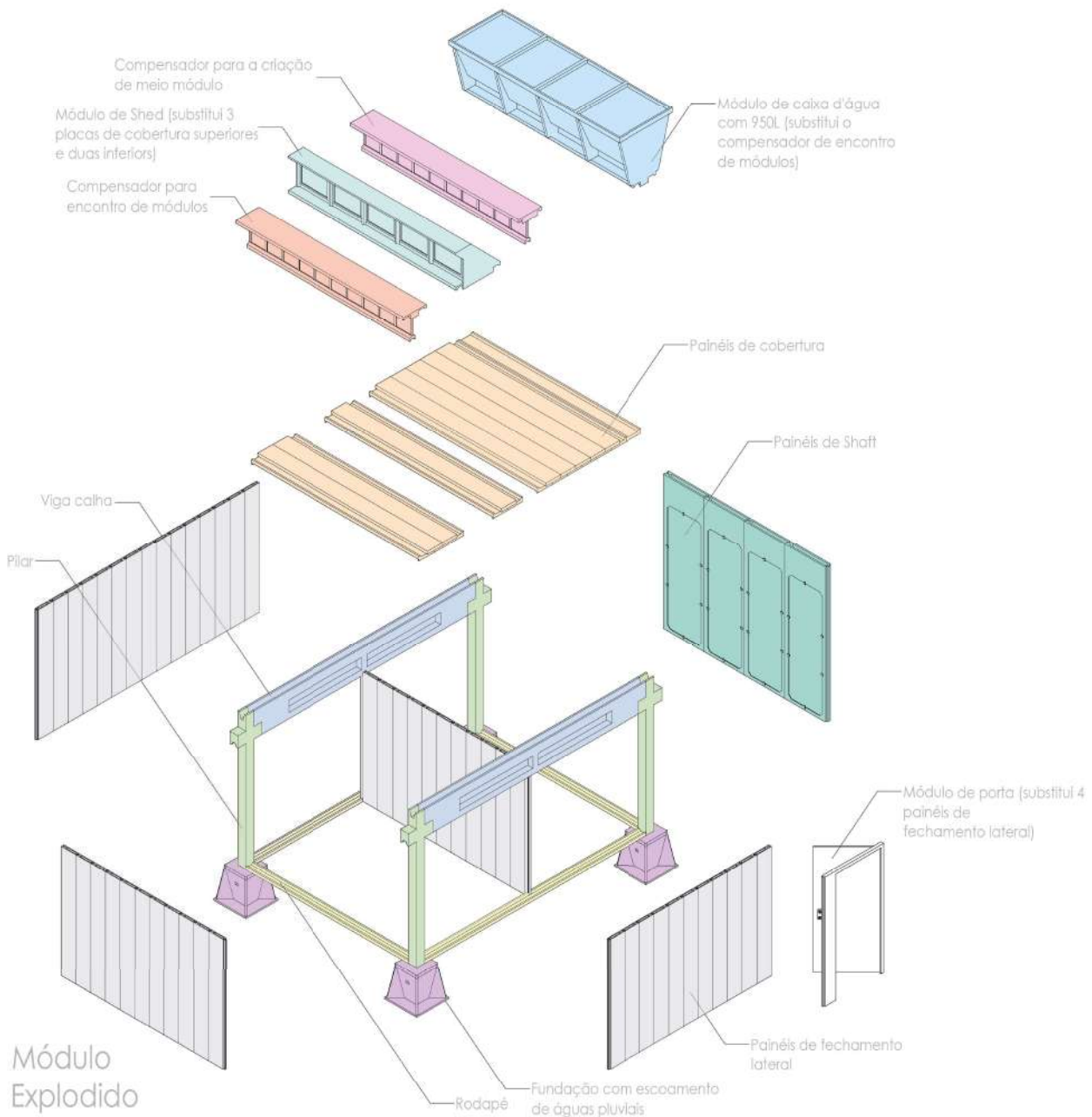


IMPLANTAÇÃO COM SETORIZAÇÃO

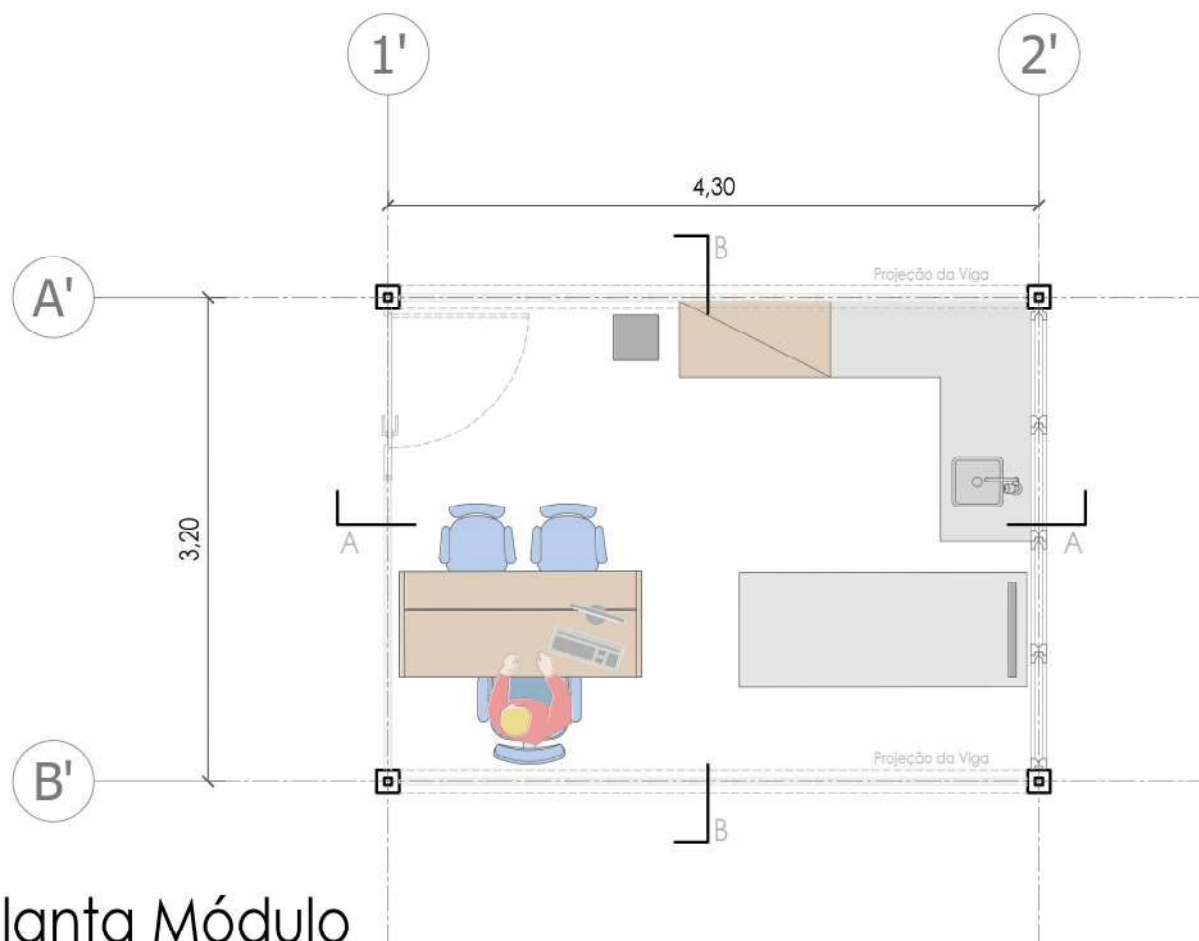
INFRAESTRUTURA	ADMINISTRAÇÃO	ÁREAS VERDES
APOIO	ODONTOLOGIA	CALÇADAS
ATENDIMENTO MÉDICO	RECEPÇÃO	RUAS



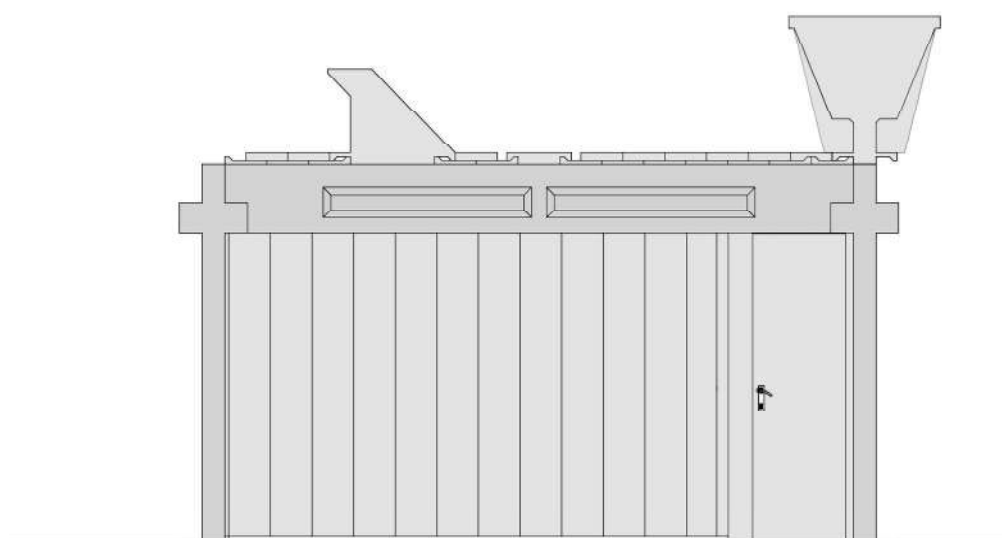
Módulo Montado



Processo de montagem do módulo

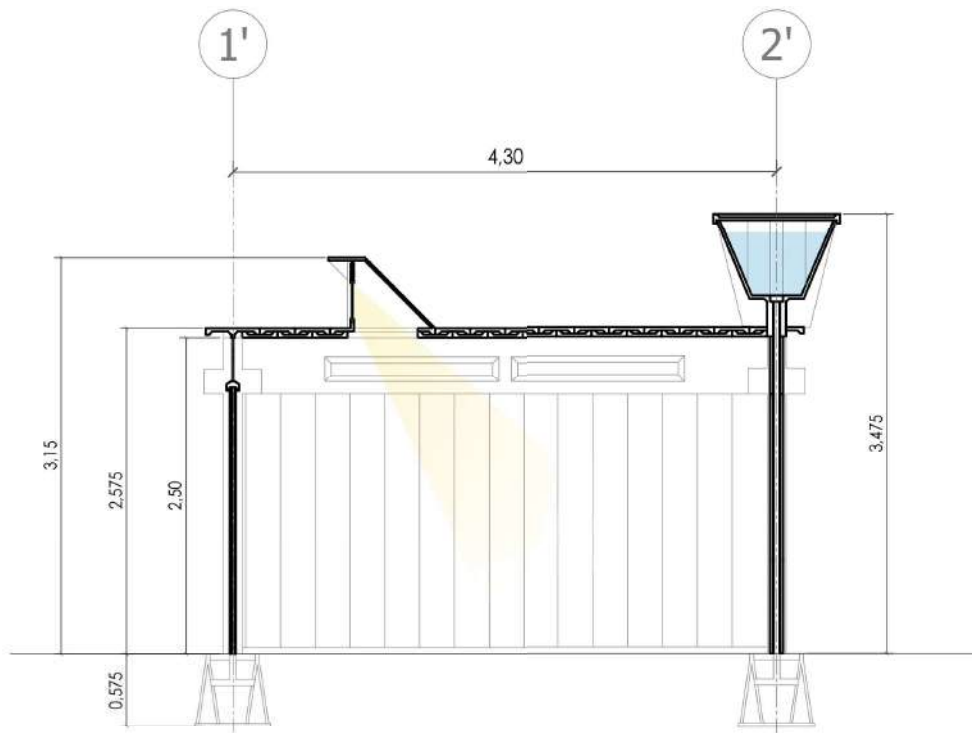


Planta Módulo

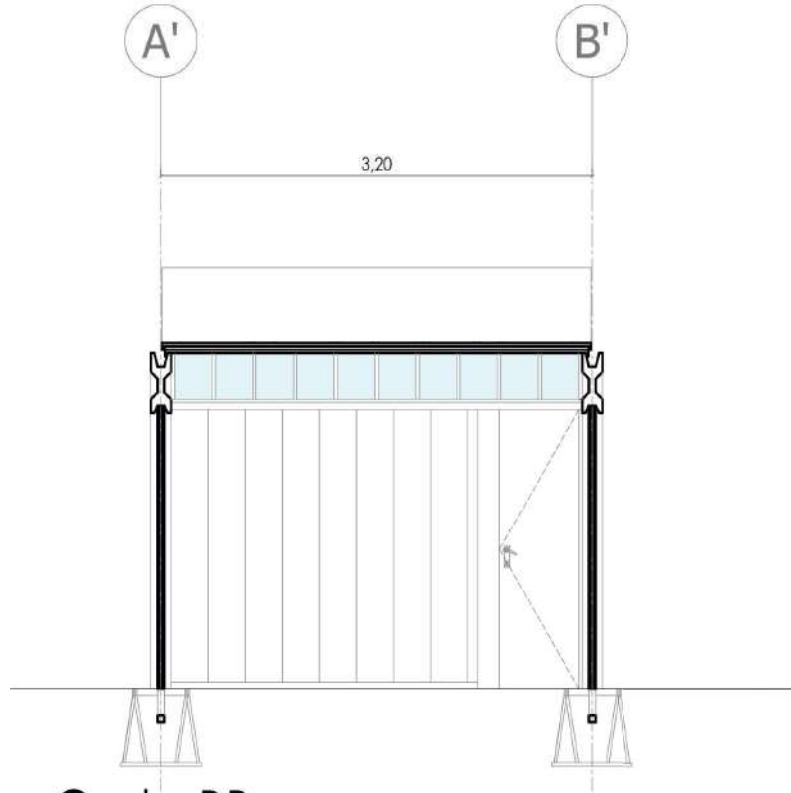


Elevação do Módulo





Corte AA



Corte BB





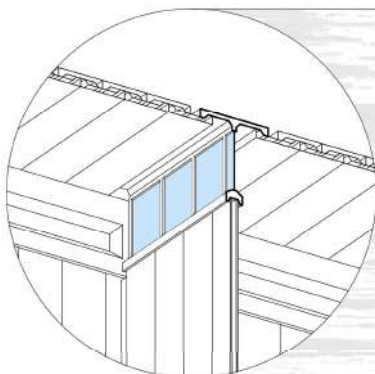
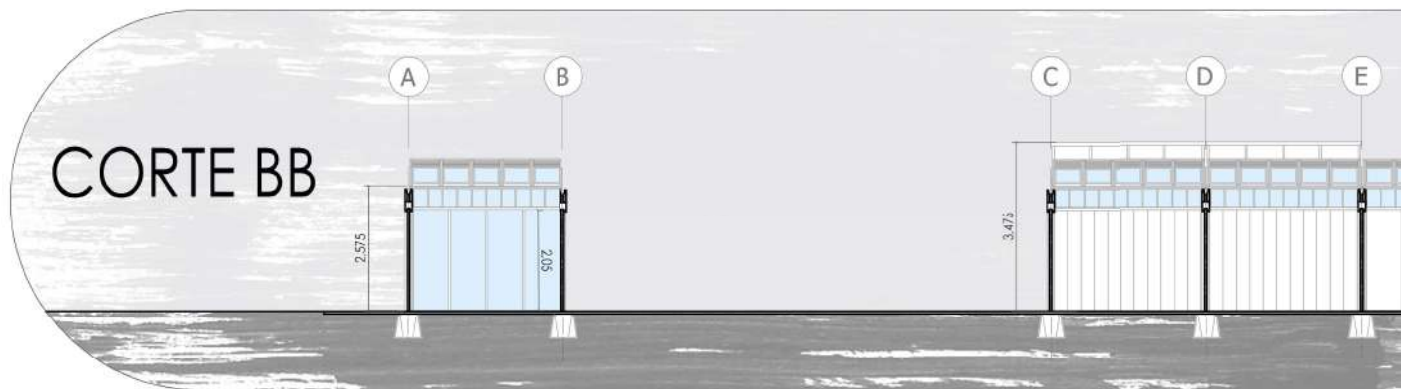
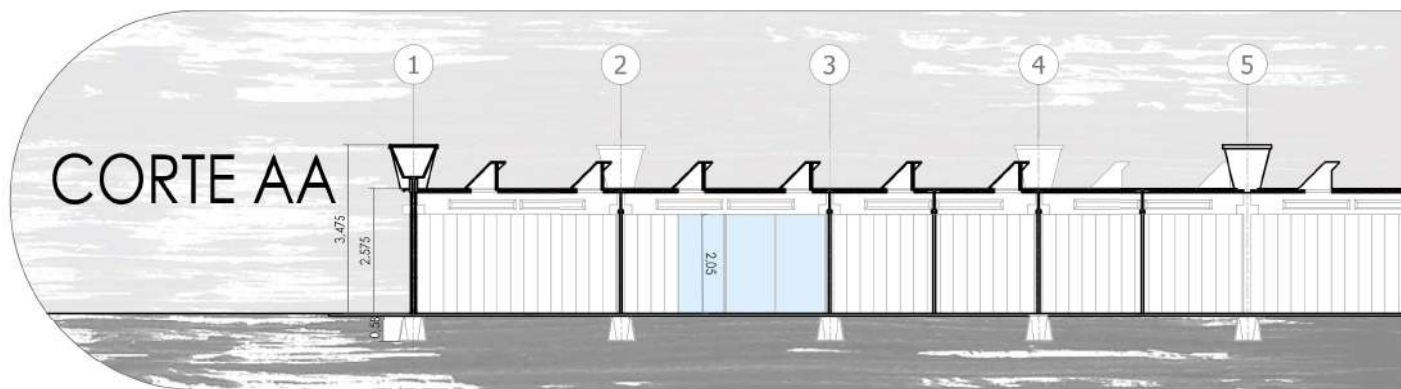
Vista Externa 1



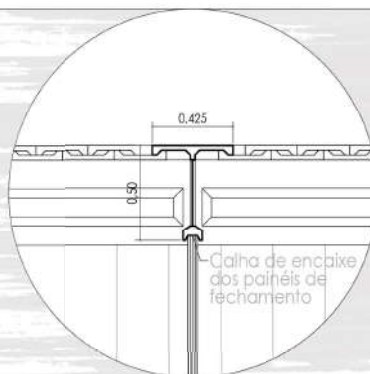
Vista Externa 2



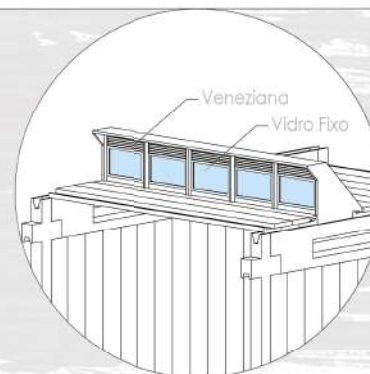
Vista Externa 3



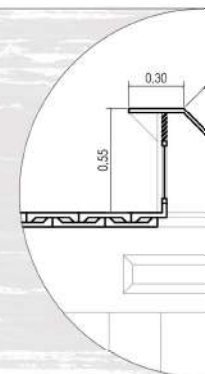
Det. 01a -
Perspectiva interna
do meio módulo



Det. 01b - Corte do
compensador de
meio módulo



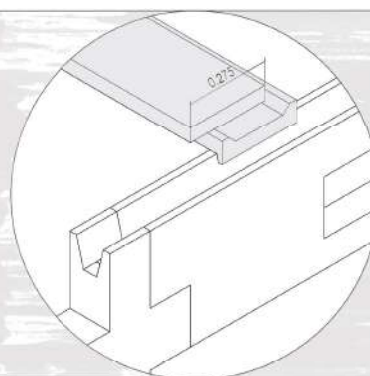
Det. 02a -
Perspectiva Módulo
de Shed



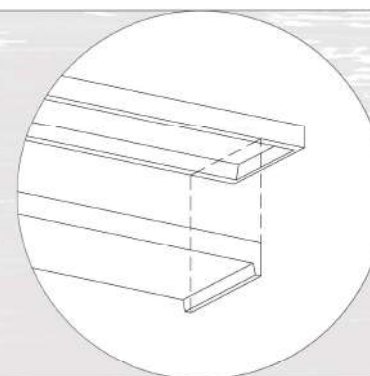
Det. 02b -
She



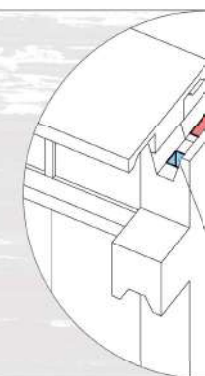
Det. 05a - Encaixe
dos painéis de laje
na viga



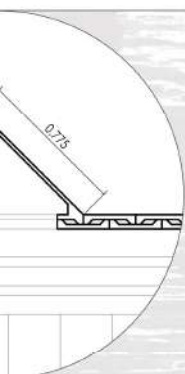
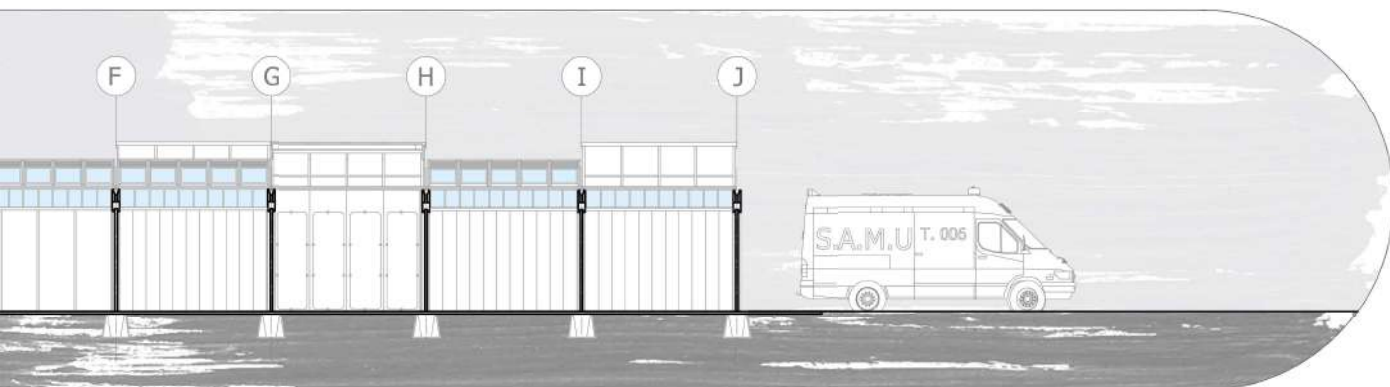
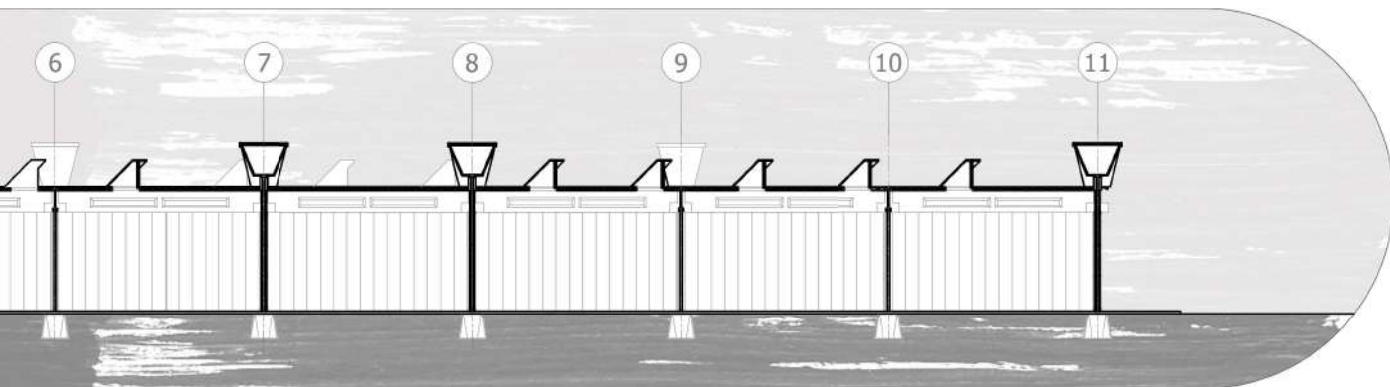
Det. 05b - Perspectiva
Superior dos Painéis
de Laje



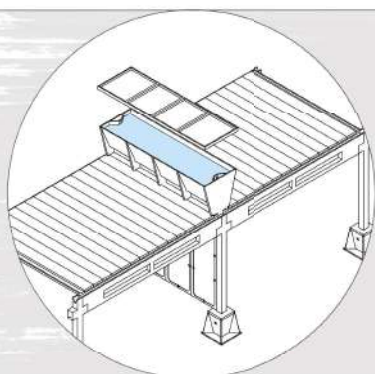
Det. 05c - Perspectiva
Inferior dos Painéis de
Laje



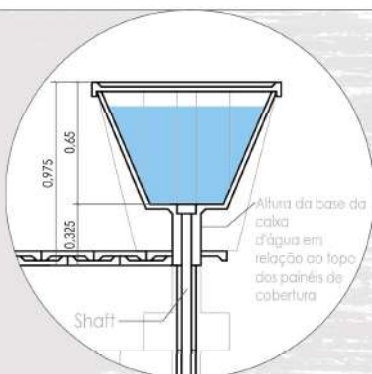
Det. 06a - Per
Janel
Argamassag



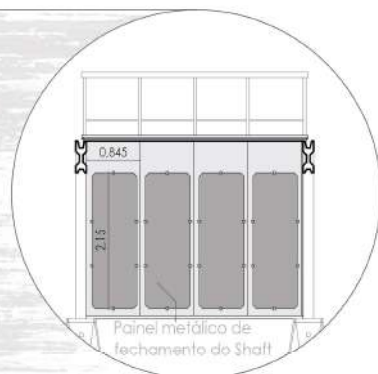
Corte do
ed



Det. 03a - Perspectiva
da Caixa d'Água



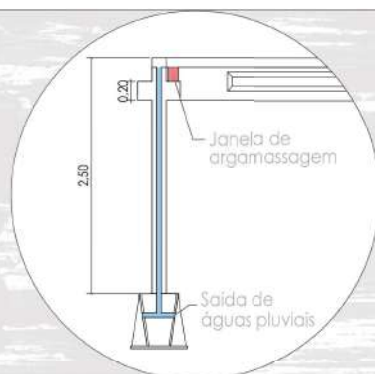
Det. 03b - Corte da
Caixa d'Água



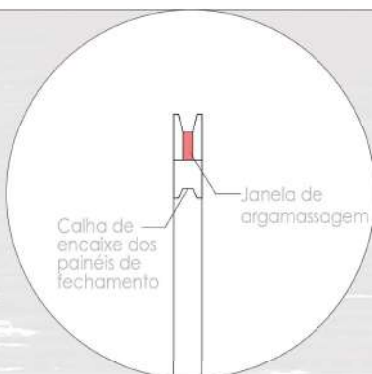
Det. 04a - Painéis de
Shaft



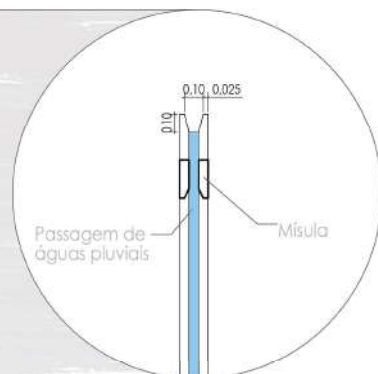
rspectiva da
a de
agem e Lajes



Det. 06b - Corte do
Pórtico Estrutural



Det. 06c - Corte na
Janela de
Argamassagem



Det. 06d - Corte no
Tubo de Queda
de Águas Pluviais



Vista Aérea





Vista Interna 1- Recepção



Vista Interna 2



CIDADE PARA O PEDESTRE

Visando oferecer infraestrutura para o pedestre e promover a conexão de estruturas importantes para a cidade, a proposta urbana requalifica a região do centro com a implantação de um eixo verde; expansão de via de pedestre; reestruturação viária; e valorização de novos fluxos de mobilidade.

Amanda Macarini

7º Sem. FAU PUC Campinas

Bruna Terreri

7º Sem. FAU PUC Campinas

Gabriel Beneduci

7º Sem. FAU PUC Campinas

Giovanna Degasperi

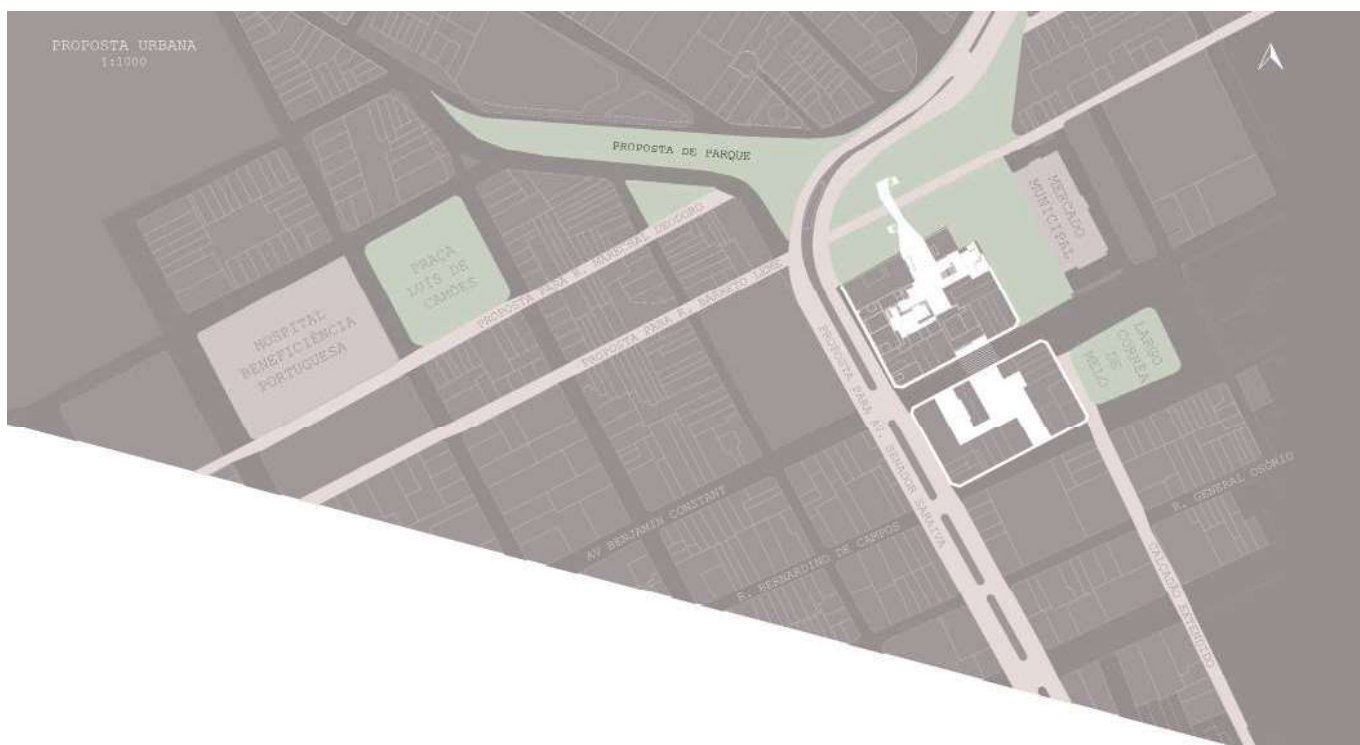
7º Sem. FAU PUC Campinas

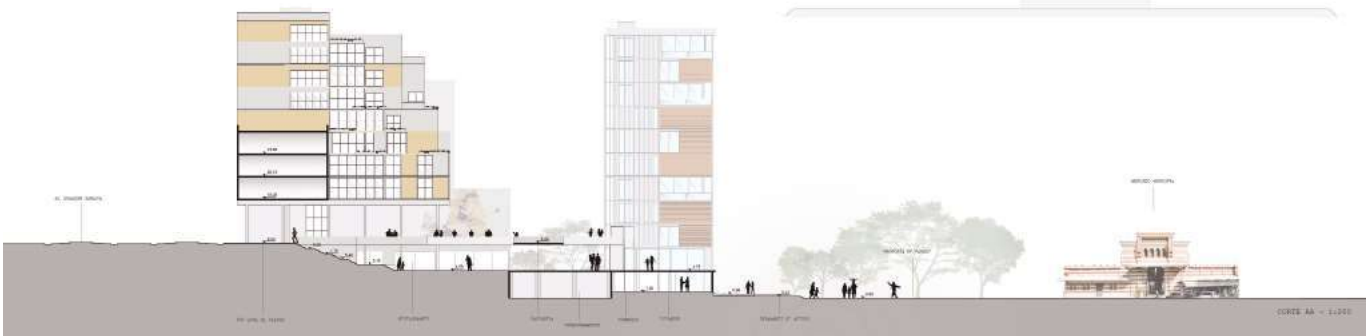
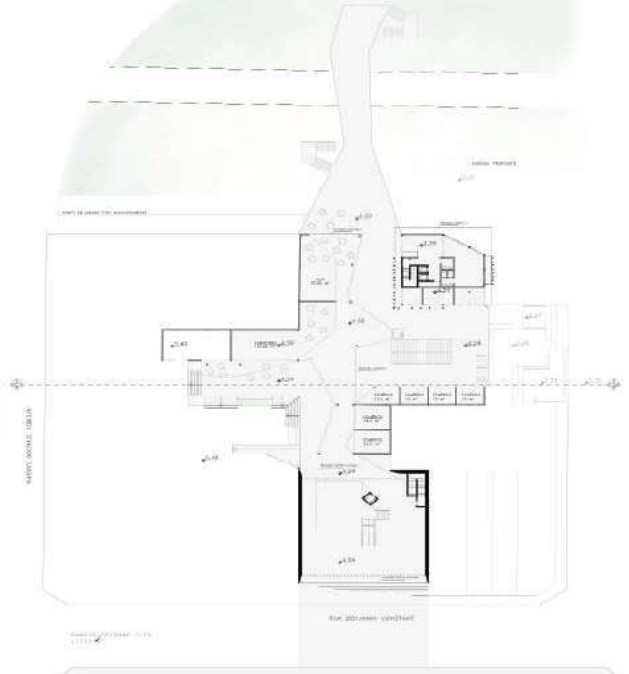
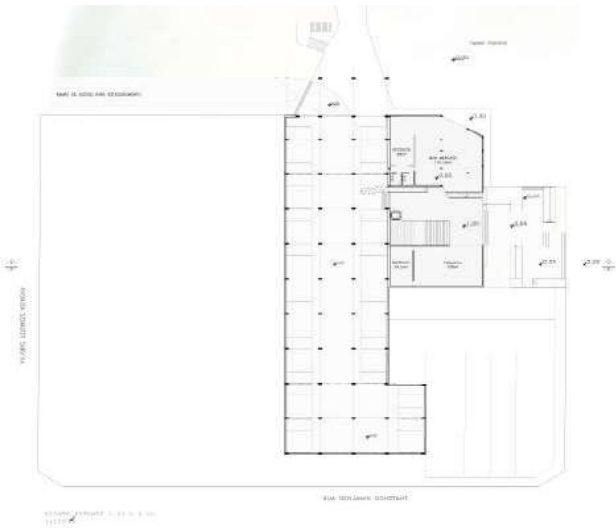
Luiza Yuri Oi

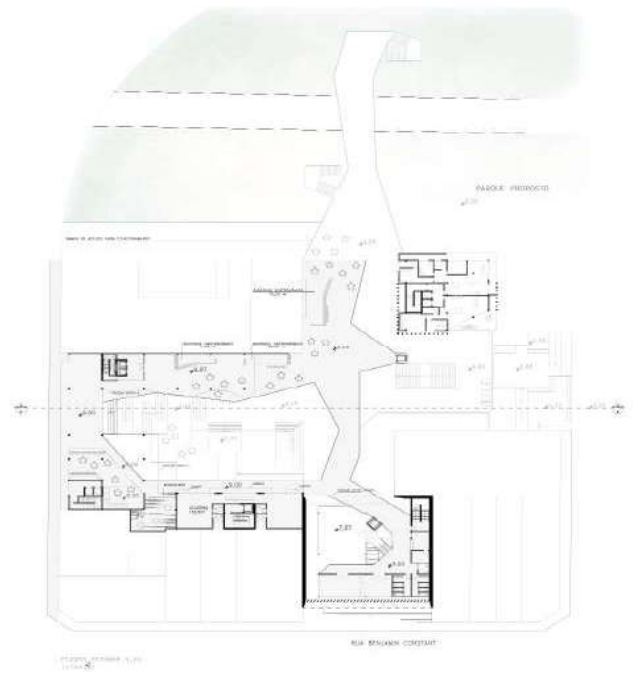
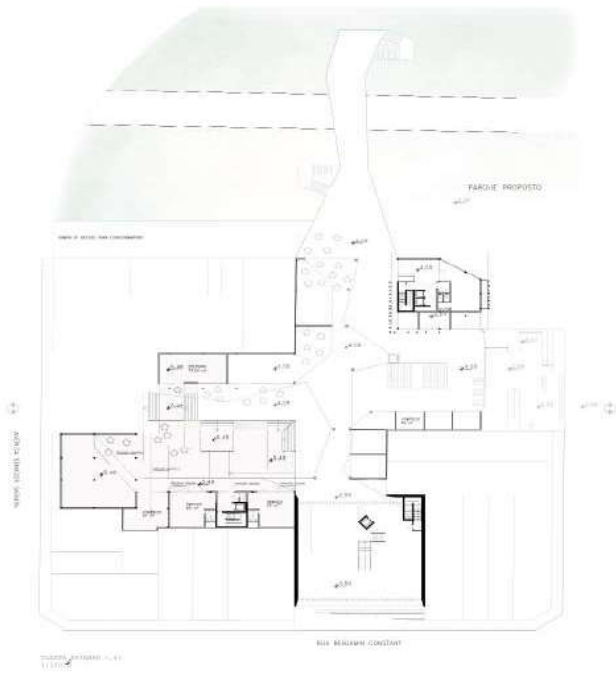
7º Sem. FAU PUC Campinas

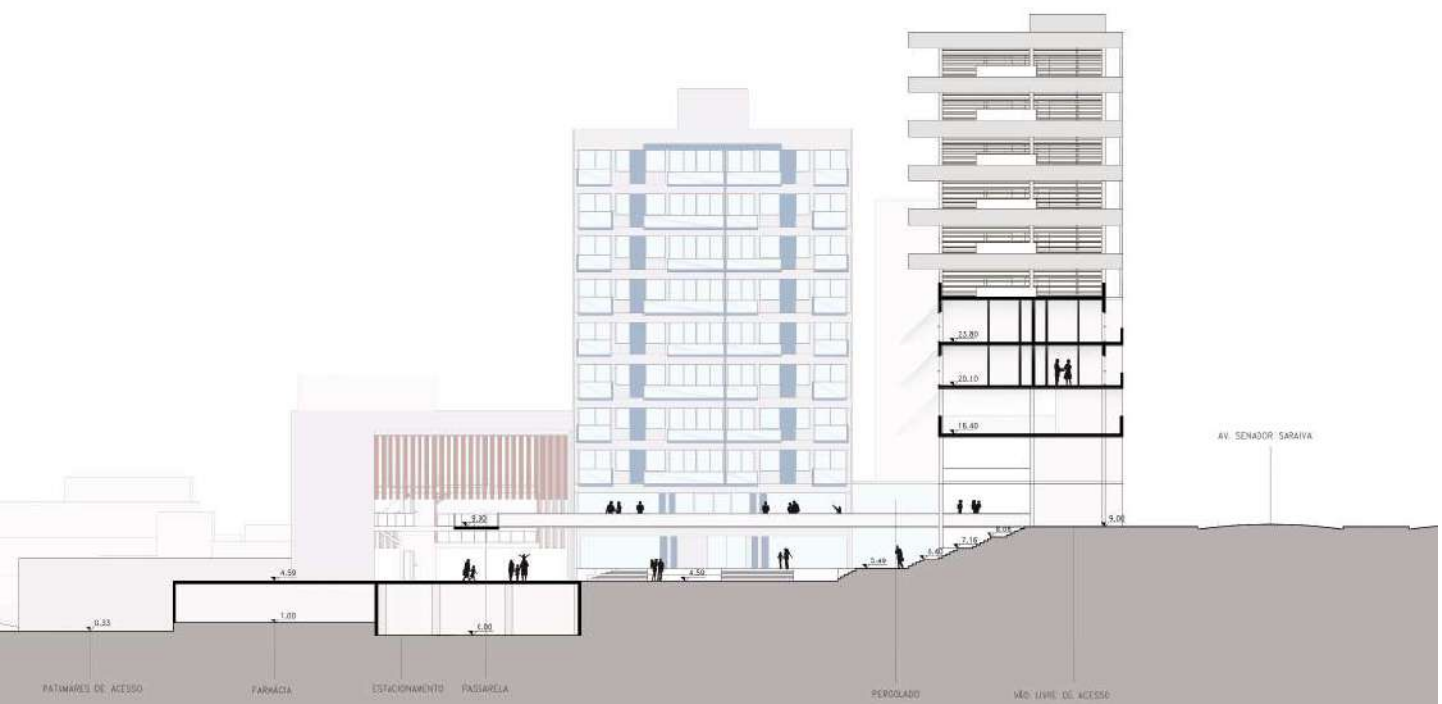
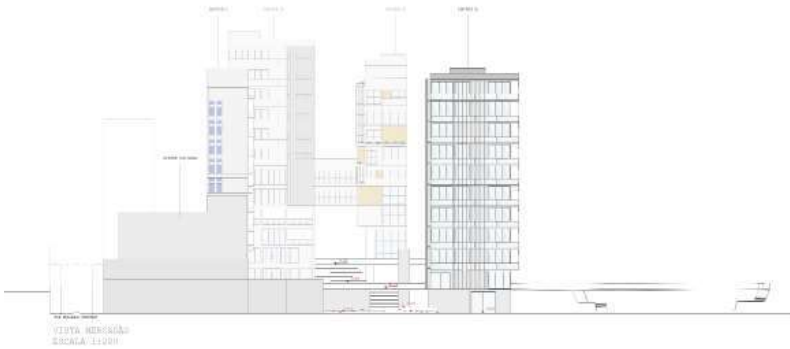
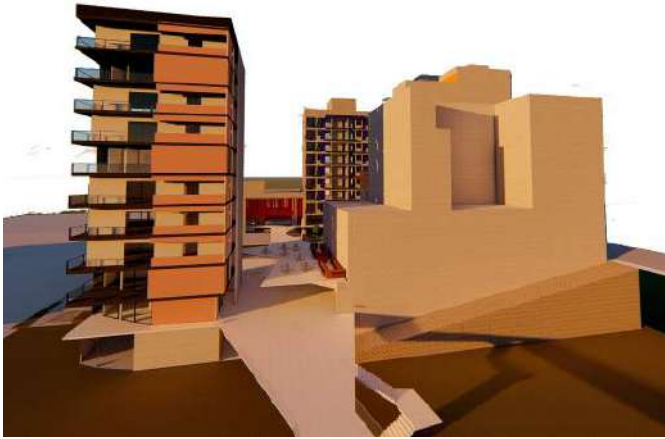
Foram escolhidas duas quadras para intervenção, mas o foco principal se deu na quadra em frente ao Mercado Municipal de Campinas, na qual foram propostos 5 novos edifícios, três mistos com comércios, serviços e habitações, um apenas habitacional e um centro cultural. Todos pensados para manter uma coerência de gabaritos com os edifícios existentes e criar movimento para esse miolo de quadra, o qual possui um desnível de 9 metros, vencido através de patamares intermediários e circulações verticais cuidadosamente alocados, não perdendo o eixo e criando um passeio agradável para o pedestre.

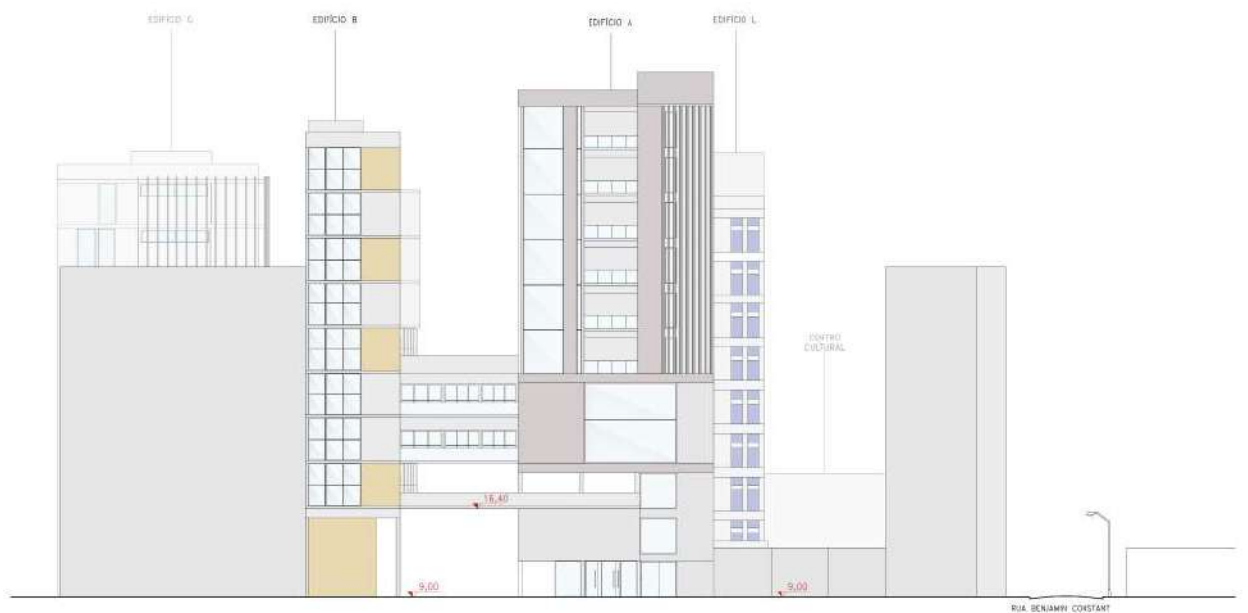
Foi criado um eixo, que cruza a Rua Benjamin Constant e cria uma cota intermediária (4.59) entre as duas quadras escolhidas primeiramente e outro que liga a Av. Senador Saraiva com o Mercado Municipal de Campinas. Foi proposta também uma extensão do patamar na cota 9.00, constituído por um anel que funciona como passarela, mirante e percurso que leva até comércios, serviços e ao centro cultural. Em cada patamar foram colocados comércios, serviços, áreas de permanência e áreas verdes para atender ao público, criando desenhos interessantes para o projeto.





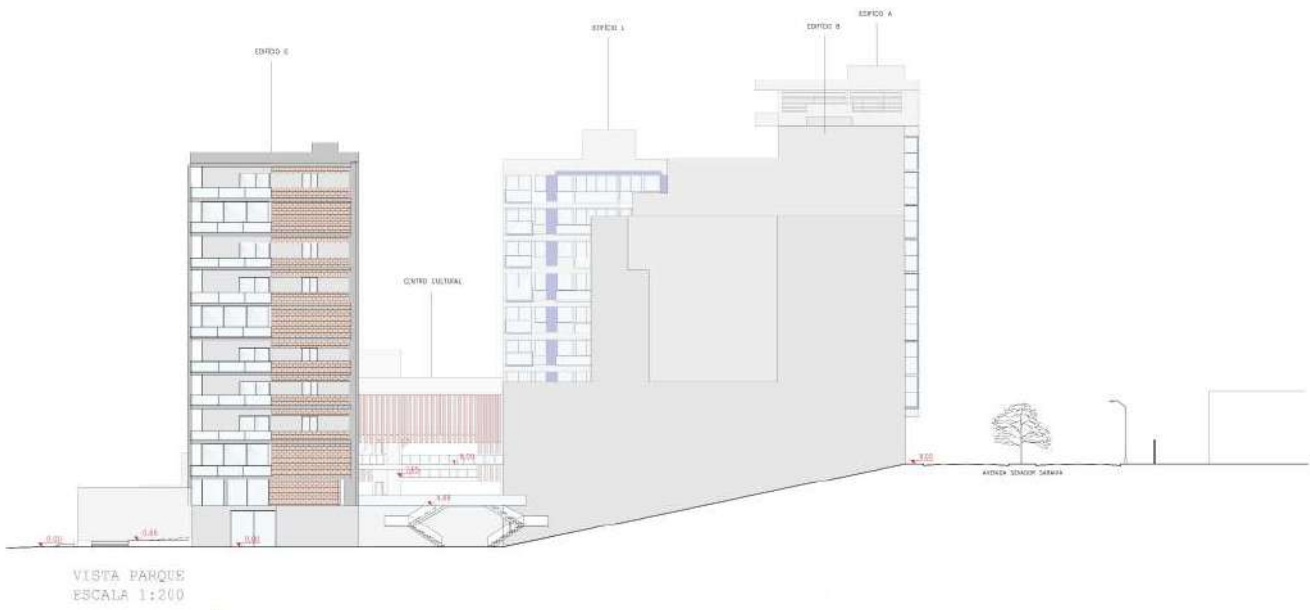
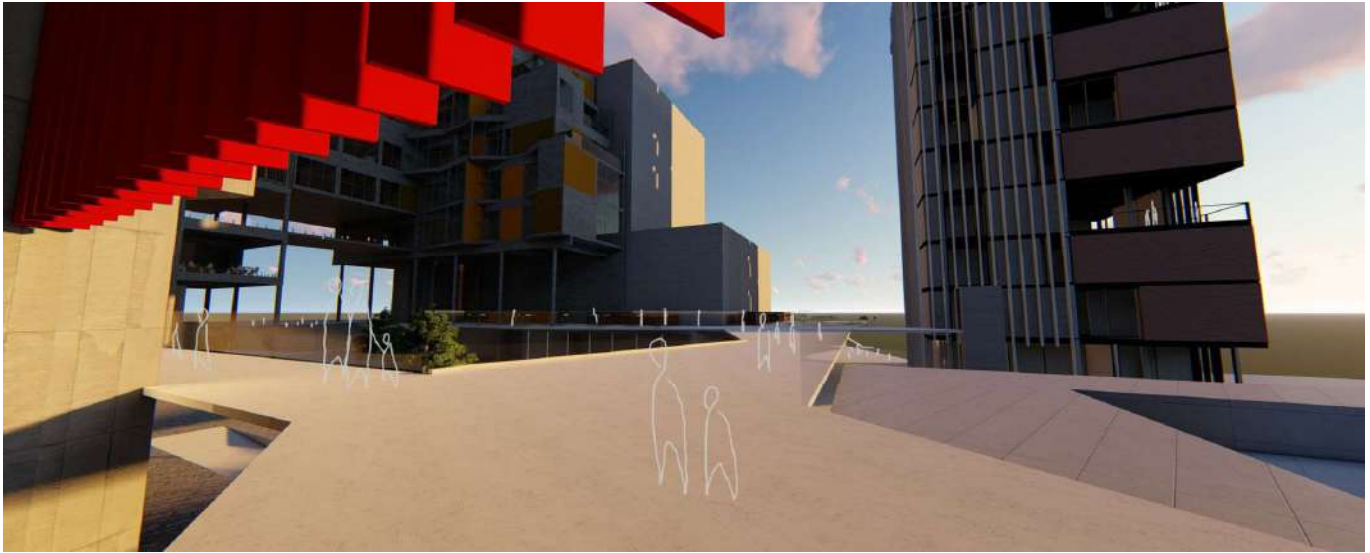






VIA SENADOR SARAIVA
ESCALA 1:200





BOSQUE DA CONQUISTA

Trabalho Final de Graduação da Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas
2º semestre de 2018

Breno Pilot
Arquiteto e Urbanista

Antonio Fabiano Jr
Orientador

O presente trabalho foi elaborado como Trabalho Final de Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Campinas em dezembro de 2018, e orientado pelo prof. Ms. Antonio Fabiano Jr. A proposta se resume, conceitualmente, na proposição de novas abordagens em relação a valores consolidados na nossa sociedade, sobre meio ambiente, sobre vida e morte, e sobre os buracos da cidade. Na prática, se dá na ocupação de um espaço em conflito e na sua retomada para atividades coletivas e de fortalecimento da comunidade. A madeira e a terra, no fragmento de um parque, representam a transformação de conceitos e matérias, assim como o estreitamento da relação entre paisagem natural e construída.

CONTEXTUALIZAÇÃO | A VILA BELA

A Vila Bela é um bairro localizado na subprefeitura de São Mateus, mais especificamente na divisa entre os distritos de São Rafael e Iguatemi. Nas delimitações administrativas, faz parte da Zona Leste 2 do município de São Paulo, uma região caracterizada pela histórica presença de indústrias e vilas operárias. O desenvolvimento da cidade, com o passar do tempo, se baseou em um projeto onde o Estado concentrava investimentos em regiões de interesses econômicos, o que gerou marcantes desigualdades socioespaciais, assim como a clara diferença de oportunidades, levando à ocupação desenfreada e o adensamento populacional das periferias.

O plano urbano no qual o presente trabalho se sustenta foi construído sob duas principais premissas: conexões- da Zona Leste com São Paulo (centro) no entendimento do espaço da metrópole, e da Vila Bela com seu entorno e as principais infraestruturas da região, através de modais de mobilidade em escalas micro, médio e macro -, e fortalecimento da comunidade espalhado pelo sistema de espaços livres através da promoção de espaços que abraçam atividades do cotidiano privado no ambiente coletivo: a Casa Pública, sejam ruas, calçadas, corpos d'água, vazios urbanos e até lajes e garagens. O espaço público é o lugar materializado do coletivo. Ele pode ter infinitas formas, jeitos e vocações, mas é sempre isso: o território da experiência e o lugar que dá forma a ela.

O teor não programático do trabalho é desejado e importante, por procurar se inserir em um processo participativo, mesmo que incipiente, partindo da aproximação com lideranças políticas atuantes na Vila Bela desde seu início. A evidência da contraposição entre público vs. privado parte da premissa da Casa Pública, entendendo alguns programas domésticos como infraestruturas públicas: banheiros, chuveiros, cozinhas, lavanderias e varais coletivos. (PILOT, SANTOS, CARLOS JR., AZEVEDO, 2018, p.16)

O PARQUE

A urbanização violenta e desmedida nas periferias da cidade corta ao meio lugares



Figura 01 – Vila Bela

importantes, para pessoas e animais, para a manutenção do meio ambiente e para a renovação da vida. O parque Jardim da Conquista é um remanescente de Mata Atlântica localizado na porção noroeste da área de estudo e, no início dos anos 2000, foi rasgada pela av. Jacu-Pêssego, que surgiu como um braço do rodoanel leste.

No lado oeste da avenida, o que resta hoje é um maciço arbóreo delimitado por três vias locais e dominado pelas forças alternativas à ausência do Estado, que estipulam dois usos para este território que, em grande medida, trazem significados negativos para o mesmo. Estes são: a desova de corpos e o desmanche de carros. Resto de espaço para objetos sociais.

Em uma área que contempla tais questões, além de especificidades como a topografia acentuada, a nascente de um dos córregos do bairro e uma mata alta e densa, o projeto de arquitetura surge para a ressignificação. Ressignificar espaços e conceitos da vida humana. O meio ambiente em que vivemos e a relação do homem com a natureza. A vida e a morte, do meio natural, do construído e dos seres humanos. É preciso entregar-se aos espaços para habitá-los. O corpo humano, em sua grande variedade de formas, é o que deve guiar a construção desta morada comum. Nossos corpos querem uma cidade que preze pela construção coletiva e pela liberdade de pensá-la, repensá-la e reinaugurá-la sempre.

A VIDA E A MORTE

A morte tem importância fundamental para a existência. Ela é apenas mais um instante da vida, como todos os outros. Como todos os outros instantes, que morrem e não voltam mais. Porém, a consciência da morte é o que nos faz viver, é o que nos traz a noção de tempo, e o que dá sentido à vida.

Na antiguidade, o paganismo (pagus = terra onde se planta/habita) tratava a morte como algo sagrado. O homem (humus = feito de terra) ancestral da família era enterrado, sacralizando aquele lugar, tornando-o fértil e próspero. “Tu és pó, e ao pó retornarás”. A idade moderna, entretanto, inaugura o dualismo vida x morte e, junto ao racionalismo, nos afasta do pensamento crítico sobre quais são suas razões e como enfrentá-las. “Não se pode olhar de frente, nem o sol, nem a morte.” - La Rochefoucauld. A vida e a morte se tornam inconciliáveis.

A contemporaneidade, por sua vez, nos levou à banalização da morte, traduzindo-a em fenômenos biológicos (puberdade, envelhecimento), sociais (taxas de mortalidade), demográficos (envelhecimento da população), naturais (previsível, investigável), e até públicos (dever do Estado, certidão de óbito). Tais interpretações nos afastam dos reais significados das coisas, e até nos impedem de parar para pensar e, de fato, superar significados impostos pela sociedade.

Por que não, então, indagar sobre a relação que temos com a morte? A perda de alguém tem que significar apenas dor e sofrimento? Qual o aprendizado que podemos tirar disso? Como fazer com que, de fato, a morte tenha algo a nos ensinar sobre a vida? Como traduzir isso através da proposição de espaços e a ressignificação de lugares?

Se, como Nietzsche afirmou, “nossa vida, como toda vida, é ao mesmo tempo uma morte perpétua”, aqui entende-se que é preciso encarar a realidade de cada momento, que não volta, fortalecendo as conexões com aquilo que nos mantém vivos - sejam pessoas, lugares, hábitos ou ideias -, a fim de ressignificar nossa existência ou, pelo menos, cada dia vivido e sobrevivido por nós.

LEITURA E ABORDAGEM | TERRITÓRIO

Este fragmento do Parque Jardim Nova

Conquista é um remanescente de maciço arbóreo denso, exemplar do que era a Mata Atlântica antes da ação antrópica (muitas vezes) violenta neste território. Caracterizado por declividade acentuada, cerca de 30m de desnível entre o ponto mais alto e o mais baixo, as dobras do terreno geram marcantes linhas de drenagem e de festo, sinalizando, também, a nascente do córrego que dali sai e determina o traçado urbano da ocupação a oeste do recorte.

Delimitado pelas ruas Oscarito e Abelardo Barbosa e pela travessa Ayrton Senna, este remanescente, hoje em dia, se apresenta como um vazio urbano, não ocupado por atividades formais ou qualificadas para uso público. O que significa, então, um território que apresenta enorme potencial - seja em aspectos ambientais, como naqueles relacionados a equipamentos públicos de lazer ou mesmo lugares de afeto-, permanecer vazio?

Segundo informações concedidas por uma das líderes comunitárias do bairro, Edilene Silva,

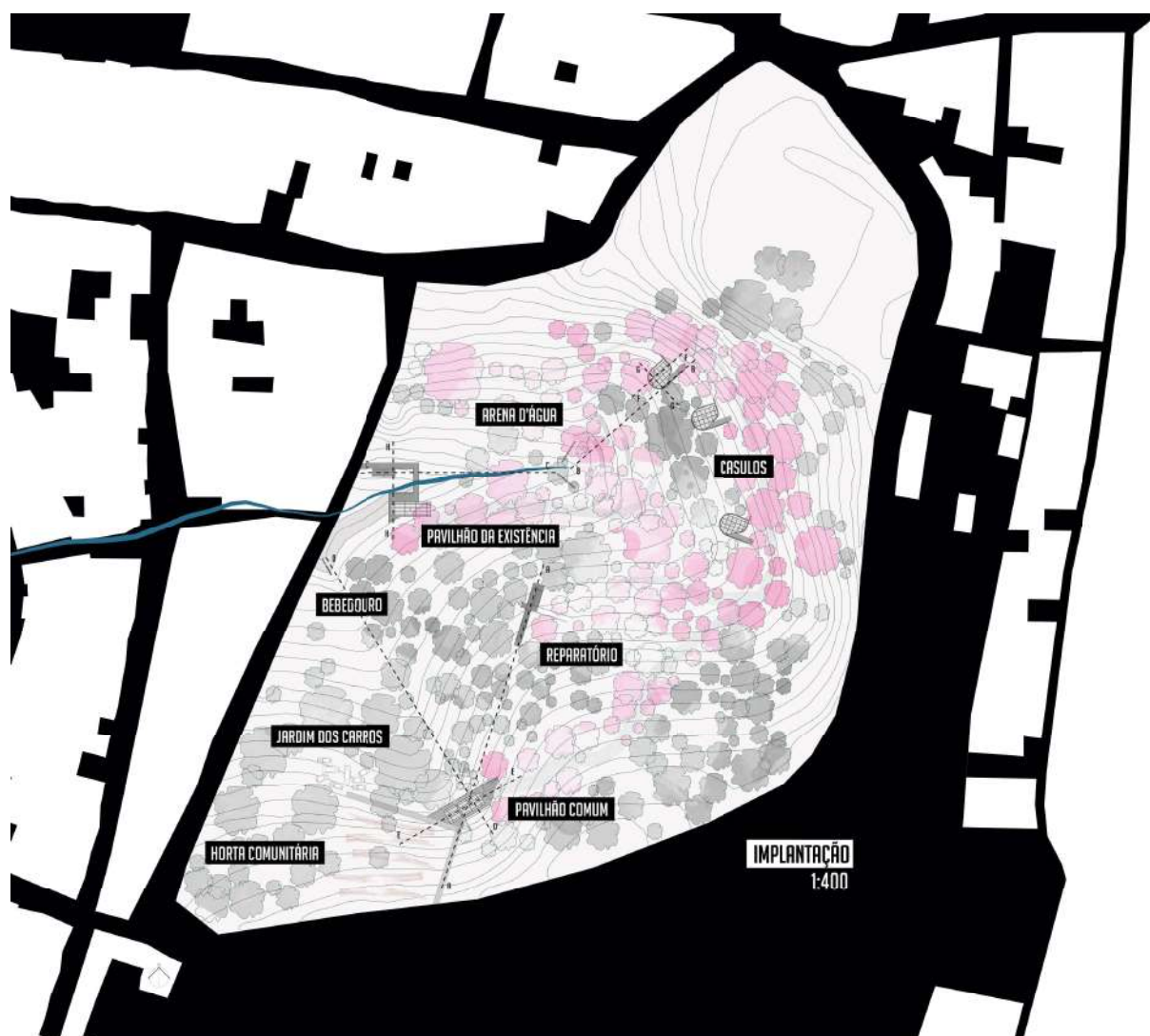


Figura 02 – Implantação

são duas as práticas atribuídas àquele local: o desmanche informal de carros e a desova de corpos. Em um território marcado pela política de ausência do Estado, forças alternativas regem as dinâmicas socioespaciais, impedindo aquele lugar de ter qualquer uso dedicado às pessoas e seu cotidiano. Pelo simples fato de levarem significados negativos ao território, estas questões simbolizam a morte de um espaço que poderia e deveria participar do fortalecimento coletivo, assim como o afastam de se tornar palco para transformações socioespaciais alavancadas pelas pessoas, pela própria comunidade.

O lugar é um vazio, um buraco no meio do mesmo buraco que é a Vila Bela, esquecida pela cidade e desconectada da mesma.

O projeto de arquitetura surge, então, como o Bosque da Conquista. Aqui, a intenção não é só a busca pela provocação e questionamento da visão que as pessoas construíram daquele lugar, mas também de pensar em formas ou contraformas de intenção e resistência, como essência e origem, que possam aflorar o potencial ambiental, social e coletivo que o território apresenta.

Dois pavilhões, três casulos, uma arena, um mirante e um bebedouro compõem a proposta, além de inúmeras possibilidades de caminhos desenhados pelo próprio uso feito pelo caminhar. Implantados nas clareiras da densa massa arbórea, os espaços construídos pretendem tocar o chão, grampeando as dobras do terreno, agredindo-o o mínimo possível e abrandando a contraposição entre paisagem natural e construída, criando pontos de luz no buraco deixado e ignorado pelo ser humano. Pequenas sombras fluídas, capazes de se abrir completamente, redefinem a ideia de permanência e passagem, portal e porta, ao mesmo tempo que questionam o uso privado-público-indivíduo-coletivo. São pequenas grapas no chão criando uma linha tênue que separa e define o conceito e o espaço.

PROCESSOS

A arquitetura tem como pressuposto o respeito ao território - social, político, histórico, econômico, espacial - para que este, juntamente às pessoas, protagonize toda e qualquer ação humana. Deve ser palco para a vida, enraizado em cheios e vazios, fixos e fluxos, encontros e despedidas, celebração e calma.



Figura 03 – Pavilhão Comum

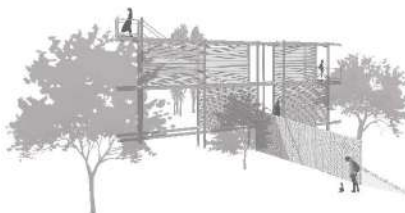


Figura 04 – Reparatório

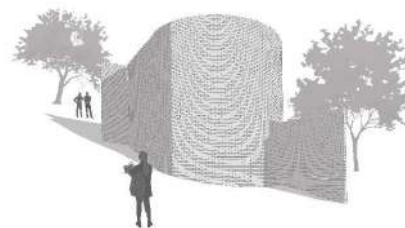


Figura 05 – Casulo



Figura 06 – Pavilhão da Existência

“Tem alguns sentimentos que são lugares comuns. o amor, a dor, a morte. A gente acha que é tão único mas todo mundo sente igual. Não de forma idêntica, mas igual.” Antonio Fabiano Jr. em conversas pessoais.

Acredita-se, também, que o uso é proveniente e produtor do espaço. por isso, qualquer atitude em desenhar caminhos e impor movimentos dentro do bosque apresenta-se opressora, além de não se adequar à proposta de ressignificar os valores pré-existentes ali. A intenção não é criar um novo lugar a partir de uma ideia definida pela materialidade do desenho imposto, mas propor espaços comuns a partir da experiência e vivência cotidiana, constituída pelo poder do tempo a partir do reconhecimento, reflexão e sonhos ali realizados.

“Porque arquitetura é fato. ato no mundo para outrem. O desenho some e ficam as coisas para as outras pessoas que, estas sim, desenham no seu ir e vir da existência os verdadeiros significados.” - Vera Luz em conversas pessoais.

*O projeto completo pode ser encontrado na página virtual do autor, através da plataforma Issuu e pelo link: issuu.com/brenopilot/docs/memorial_bosquedaconquista.

CENOGRAFIA E ARQUITETURA

ATENÇÃO: Para total compreensão deste trabalho é necessário o acompanhamento do conteúdo da revista paralelamente ao conteúdo presente no Instagram @arq.cenografia

Beatriz Cressoni
6º Sem. FAU PUC Campinas
Carolina M. Moretti
6º Sem. FAU PUC Campinas

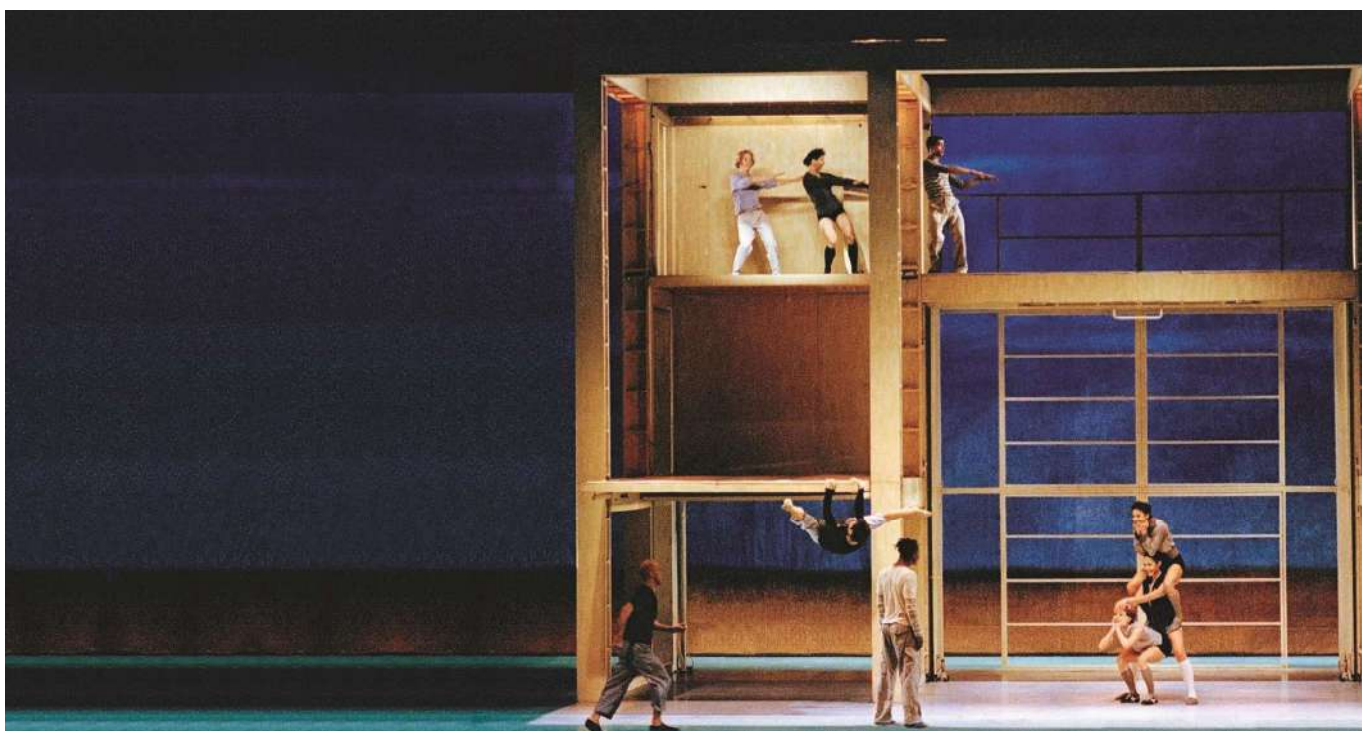


Figura 01

A CASA, GRINDO CARDIA, 2003

O cenário feito para a dança da coreógrafa Deborah Colker, é simples e sintético. Através de uma estrutura dominó de aço e madeira, o cenógrafo cria três níveis, os quais os dançarinos se intercalam para dançar.

O espaço criado não é somente uma estrutura para dar suporte aos dançarinos, mas sim a representação, com poucos elementos de uma casa. Os planos se mudam de acordo com a cena. Em alguns momentos é totalmente aberto, em

outros totalmente fechado e em outros é fechado e aberto. O que antes era uma parede agora é uma porta ou uma janela, ou então um elemento vazado, fazendo com que o espaço seja multifuncional. Dessa maneira, tem-se a ideia de uma habitação e suas relações. Dentro e fora são delimitados de uma forma sutil, se dá pela mudança da cor dos pisos.

Assistir: @arq.cenografia- VÍDEO 1

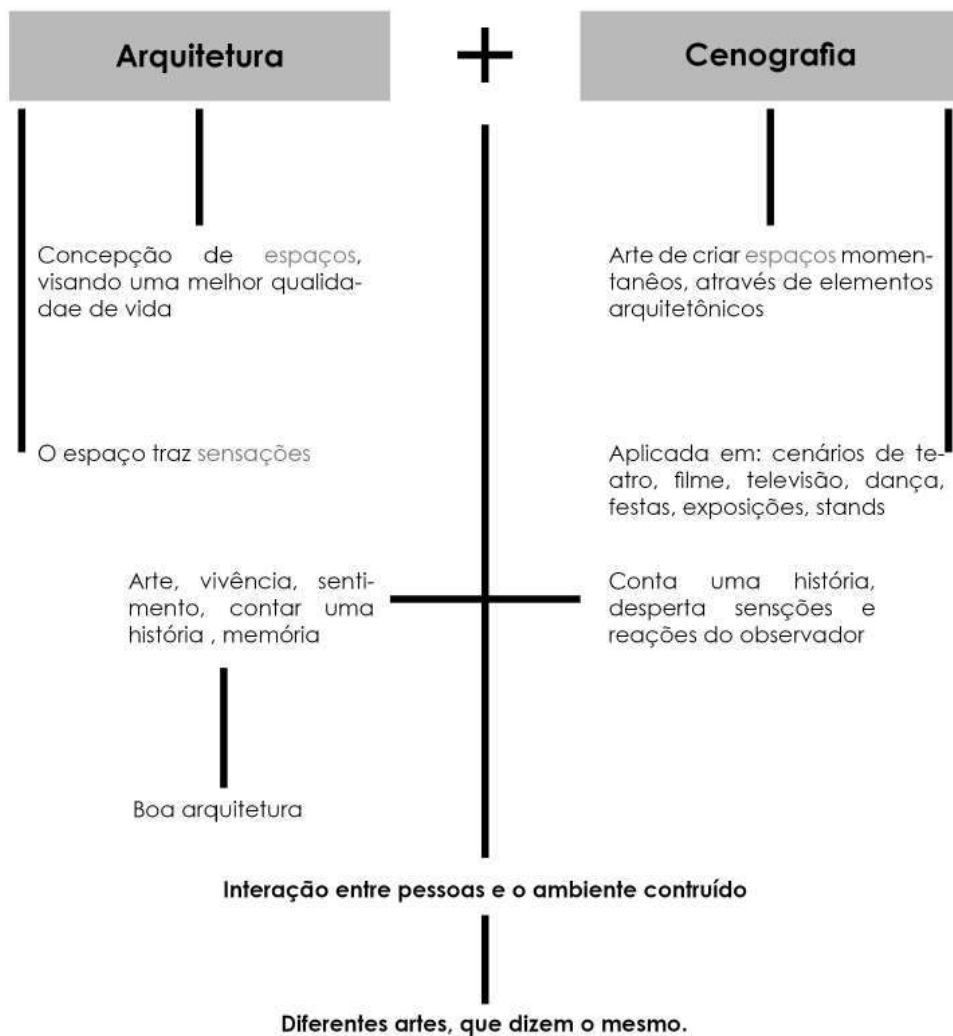


Figura 02



Figura 03



Figura 04



Figura 05

DEPOIS DA QUEDA, FLÁVIO IMPÉRIO, 1964

Flávio Império, através de planos horizontais em diferentes cotas de nível, constrói o espaço cênico para a peça Depois da queda. Durante as cenas esse espaço se torna vários outros, no entanto, fisicamente o cenário é estático. Há momentos que os planos são apenas um suporte físico, o qual os atores caminham e há momento que os planos viram móveis, sendo assim, multifuncional.

Apesar de se encontrar em um cubo perspectivo, o espaço criado, não possui paredes ou barreiras claras, não há um limite determinado, os planos poderiam continuar se expandindo infinitamente sem ter uma noção clara do que é dentro e fora.

A iluminação é utilizada para delimitar os espaços, quando necessário. Em algumas cenas, as quais nem todos os planos são utilizados, há um enfoque com a luz na área encenada, o fundo preto também contribui para que essa delimitação aconteça, fazendo com que o resto do cenário fique invisível e também a sensação de que os planos estão flutuando.

Assistir: [@arq.cenografia- VIDEO 2](#)



Figura 06



Figura 07

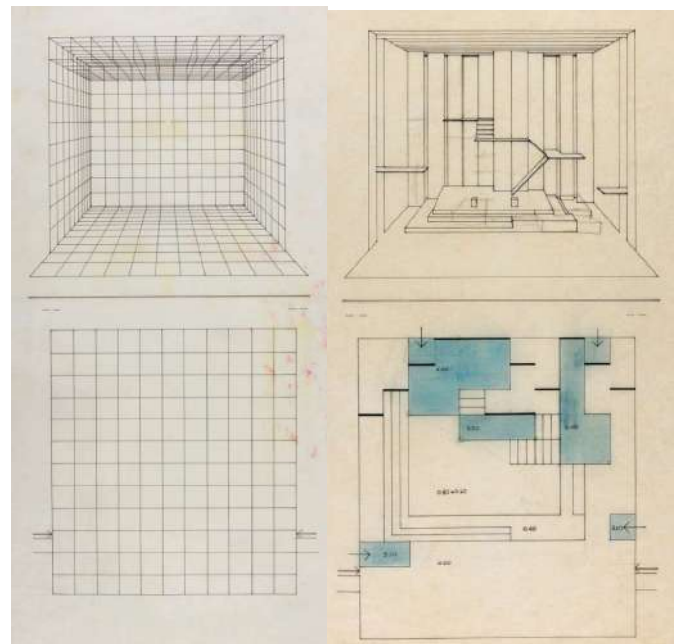


Figura 08



Figura 09

DON GIOVANNI, FRANK GHERY E RODARTE, 2003

Gehry e Rodarte trazem a dramaticidade da ópera de Dom Giovanni para o cenário. Esse é construído pelos contrastes, tanto da cor quanto da forma. Há duas cores que predominam o espetáculo, o preto e o branco, cores antônimas.

O branco se destaca em primeiro plano, nas formas geométricas e na forma que se assemelha a papéis amassados. No entanto, o preto também está presente, quase como um fundo, uma base para o branco. Há também uma forma orgânica preta, a qual a orquestra se encontra, essa não se encontra escondida da plateia e sim faz parte das encenações.

A iluminação é focal nos elementos centrais, os blocos e vai se dissolvendo até chegar em seu limite.

O espaço tem como essência os contrapontos. O rígido versus fluído, o lógico versus o sensível, o racional versus o irracional. O cenário é formado pela geometria e pela natureza. Em seu interior há um bloco geométrico de ângulos retos, rígido, cercado pela natureza que é fluída, orgânica, sensível, a qual se relaciona trazendo um impacto no espaço.



Figura 10

Assistir: @arq.cenografia- VÍDEO 3



Figura 11

CONCLUSÃO

Percebe-se através das análises das cenografias com as arquiteturas, que as duas apesar de serem artes diferentes e terem seu próprio espaço de atuação, querem dizer o mesmo, possuem um propósito em comum, o de passar sensações e gerar reações nas pessoas, entretanto a arquitetura cria um espaço na proporção do mundo, cidade, já a cenografia cria um espaço dentro da arquitetura, sendo assim, as proporções são diferentes.

Na arquitetura é necessário ter uma sensibilidade para entendê-la e essas percepções são de certa forma ingênuas, já a cenografia tem-se uma certa dramaticidade, um exagero teatral, é mais expressivo, o que torna mais fácil a compreensão, principalmente se houver complementos como luz ou encenação. O leigo não observa as questões arquitetônicas no dia-a-dia, devido as várias distrações, já na cenografia o foco é totalmente no palco, ou seja, a observação é mais atenta e as percepções são aguçadas.

Essas se utilizam e apoiam dos mesmos elementos para conceber e construir os espaços. A arquitetura não deixa de ser um cenário para as suprir

as necessidades humanas, enquanto a cenografia cria cenários temporários para suprir uma história. Tanto a cenografia quanto a arquitetura projetam os espaços através de linhas, planos e volumes, no entanto em escalas diferentes.

No cenário da A Casa, Cardia, cria uma fachada viva, mostrando seus cotidianos assim como o edifício Corujas.

Na peça Depois da queda, Império cria os espaços com planos horizontais, esses planos também são utilizados na concepção de um espaço arquitetônico como nas praças de Lawrence Halprin.

Na galeria Adriana Varejão, os arquitetos trabalham com um volume central, rígido que impacta na percepção do ambiente, assim como na cenografia de Frank Gehry.

Portanto, chegamos a conclusão que tanto uma boa arquitetura quanto uma boa cenografia, são aquelas que sabem reconhecer e utilizar da melhor maneira seu entorno e seu espaço de atuação, entendendo a história e a cultura do local de atuação. Este também deve-se falar por si só, sem grandes explicações. As duas artes são suportes para os seres humanos, a arquitetura para vivência e a cenografia para a história que o ator está contando.



Figura 12

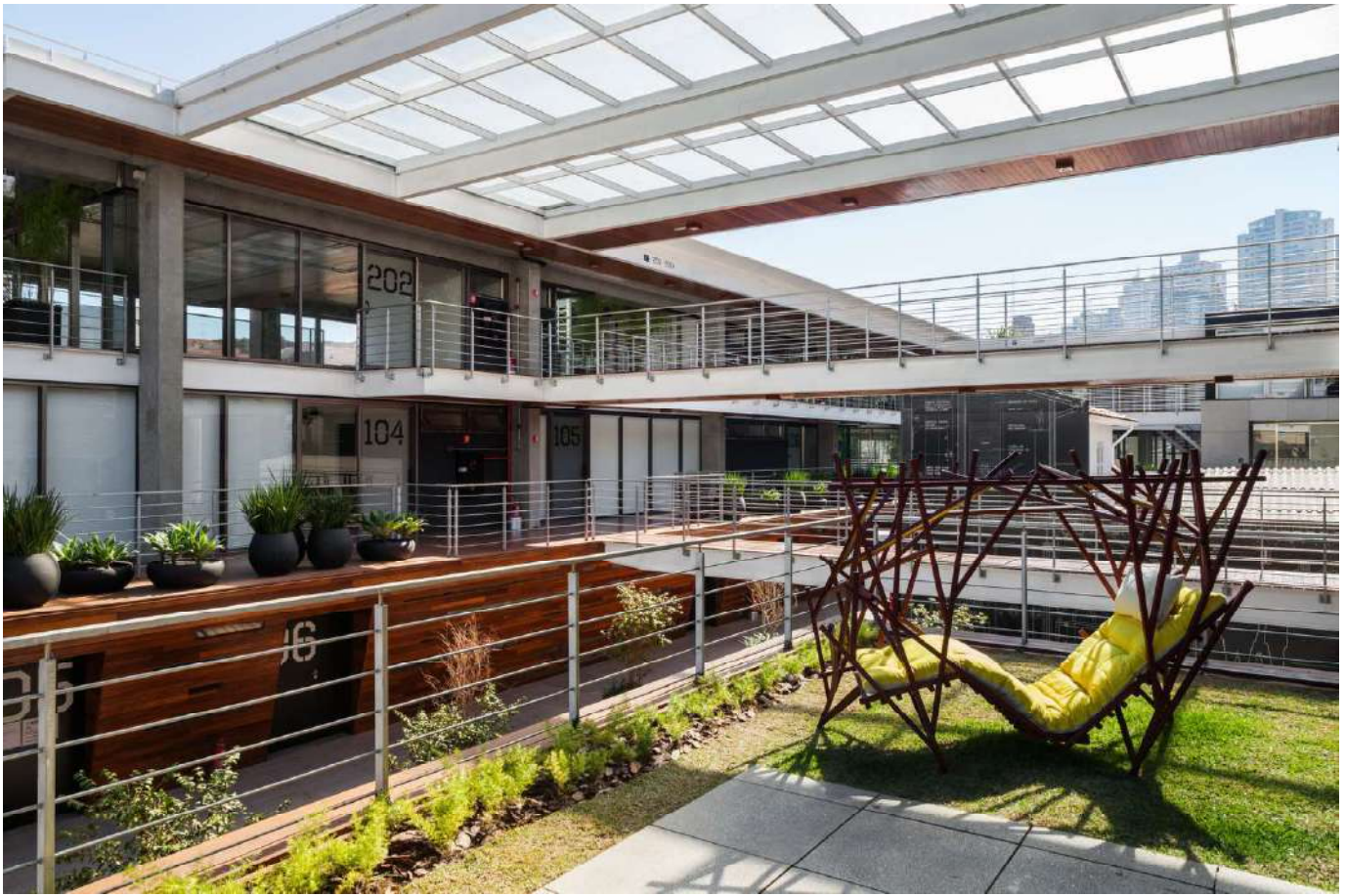


Figura 13

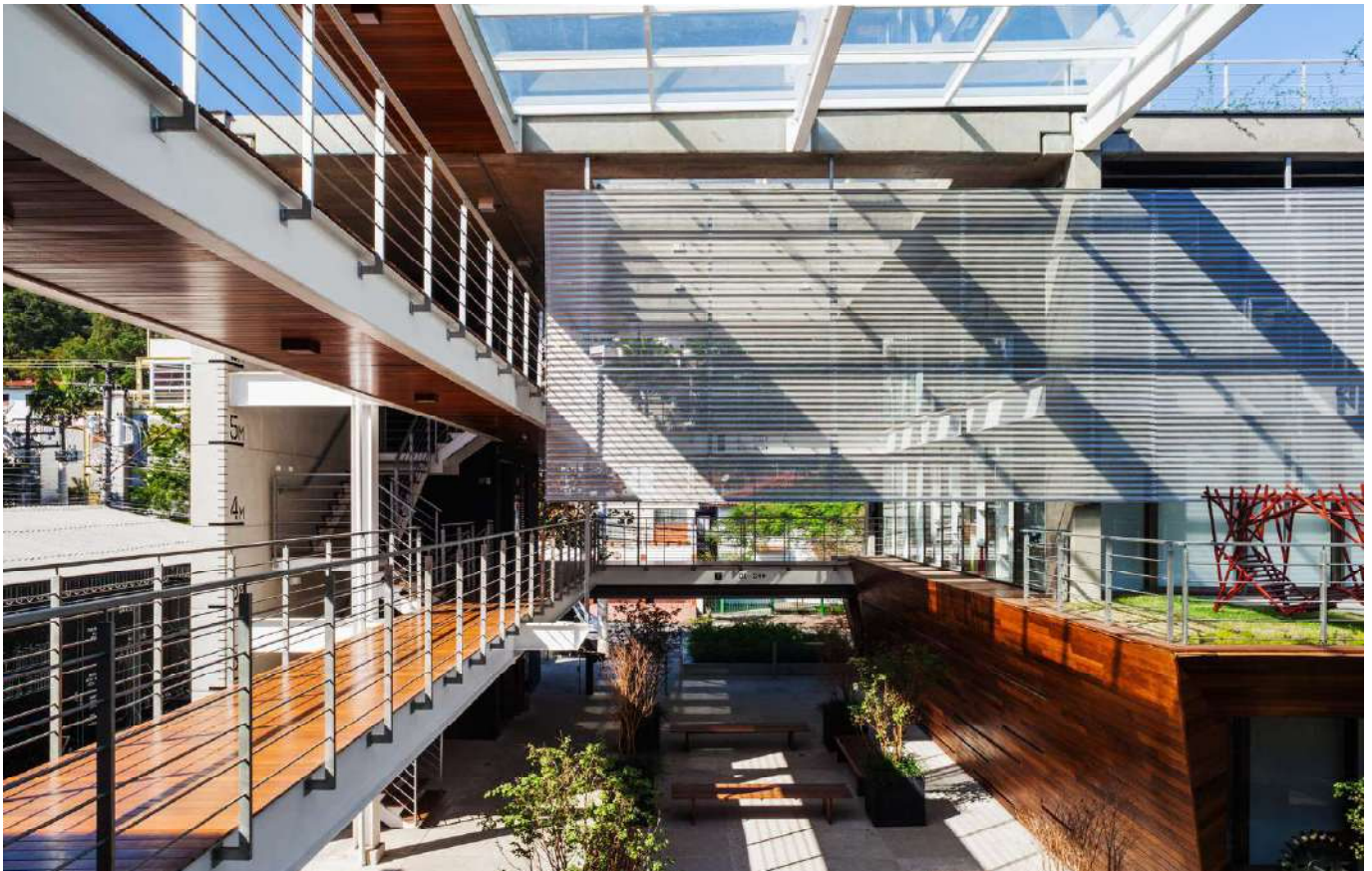


Figura 14



Figura 15



Figura 16



Figura 17



Figura 19



Figura 18

BIBLIOGRAFIA

Imagem 2 a 4 e 12. Fonte: <https://gringocardia.com.br/fotos.aspx?p=dance&id=439>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 5. Fonte: <http://www.flavioimperio.com.br/galeria/507756/507772>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 6. Fonte: <http://www.flavioimperio.com.br/galeria/507756/507783>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 7. Fonte: <http://www.flavioimperio.com.br/galeria/507756/507780>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 8. Fonte: <http://www.flavioimperio.com.br/galeria/507756/507762>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 9. Fonte: <https://www.dezeen.com/2012/07/03/don-giovanni-set-design-by-frank-gehry/>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 10. Fonte: <http://www.detnk.com/node/11418>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 11. Fonte: https://www.archdaily.com.br/01-64826/cenografia-e-arquitetura-don-giovanni-gehry-mais-rodarte/64826_64834. Acesso em: Junho 2019

Imagem 13. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/787289/edificio-coruja-fgmf-arquitetos/572c23a4e58ece5296000015-coruja-building-fgmf-arquitetos-photo>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 14. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/787289/edificio-coruja-fgmf-arquitetos/572c24efe58ece529600001a-coruja-building-fgmf-arquitetos-photo>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 15. Fonte: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/entrevista/13.051/4405>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 16 e 17: <https://tclf.org/landscapes/freeway-park>. Acesso em: Junho 2019

Imagem 18. Fonte: https://www.archdaily.com.br/01-64826/cenografia-e-arquitetura-don-giovanni-gehry-mais-rodarte/64826_64830. Acesso em: Junho 2019

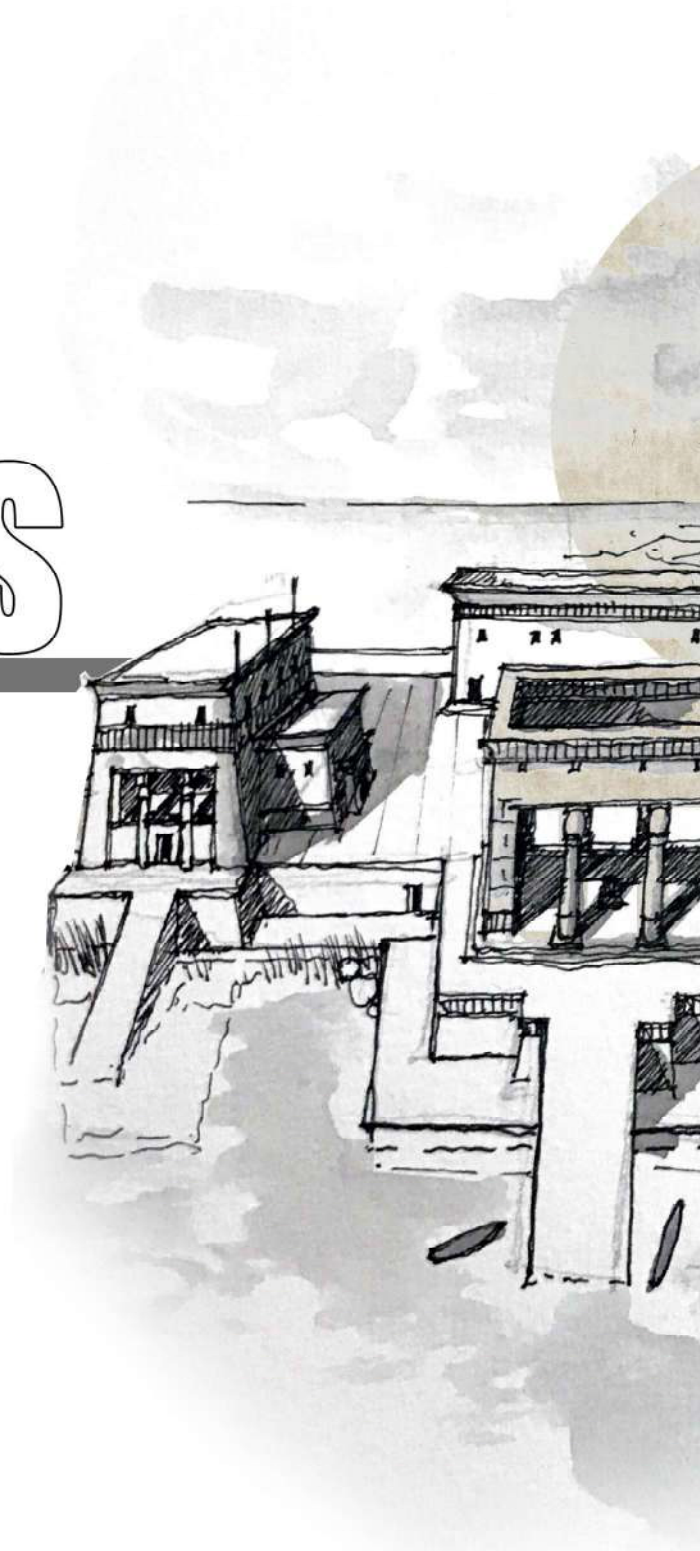
Imagem 19. Fonte: <https://www.inhotim.org.br/inhotim/arte-contemporanea/obras/galeria-adriana-varejao/>. Acesso em: Junho 2019

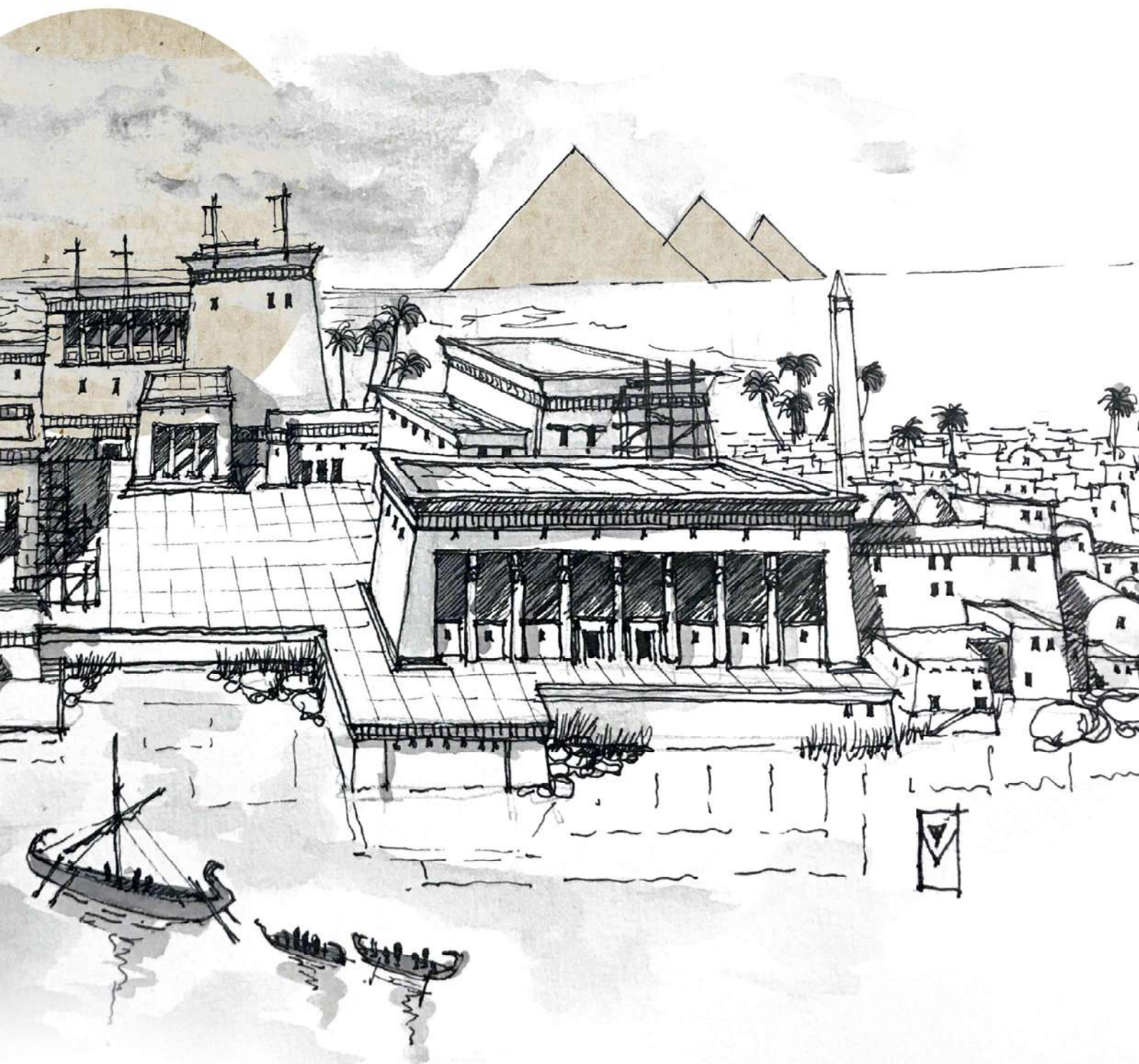
DEPOIS DA QUEDA. Disponível em: <http://www.flavioimperio.com.br/projeto/507756>. Acesso em: 13 jun. 2019.

CENOGRAFIA E ARQUITETURA, FRANK GEHRY + RODARTE. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/01-64826/cenografia-e-arquitetura-don-giovanni-gehry-mais-rodarte>. Acesso em: 13 jun. 2019

ENSAIOS

GRÁFICOS



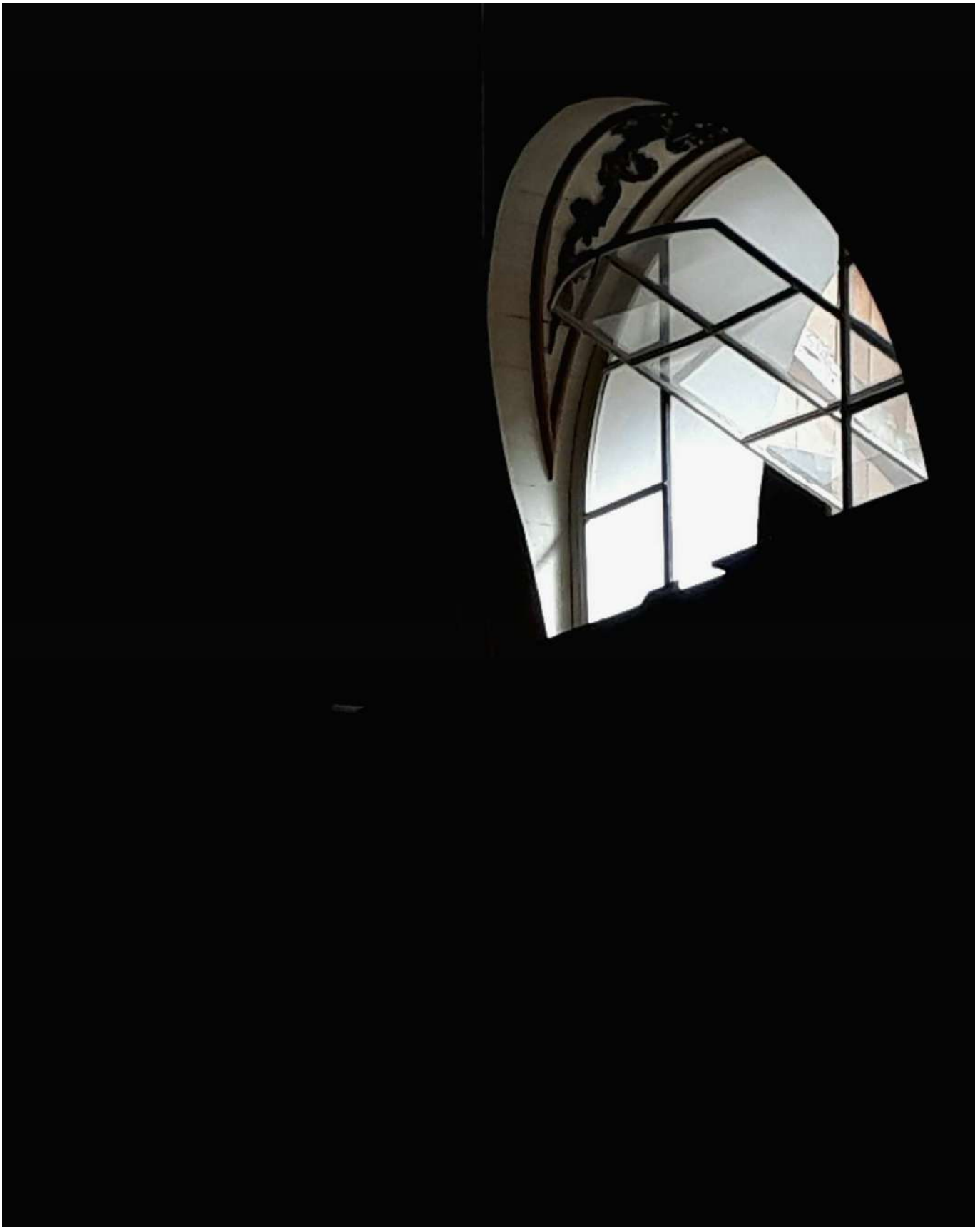




Registro de detalhes da Catedral Metropolitana de Campinas que aconteceu no âmbito da visita ao centro de Campinas na Prática de Formação coordenada pelo Prof João Verde, da FAU PUC-Campinas, chamada de “A Campinas histórica”.

A visita aconteceu no sábado, dia 15 de junho de 2019.

Prof^o Me. Pedro Paulo Mainieri
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas







Prof^o Me. Pedro Paulo Mainieri
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas





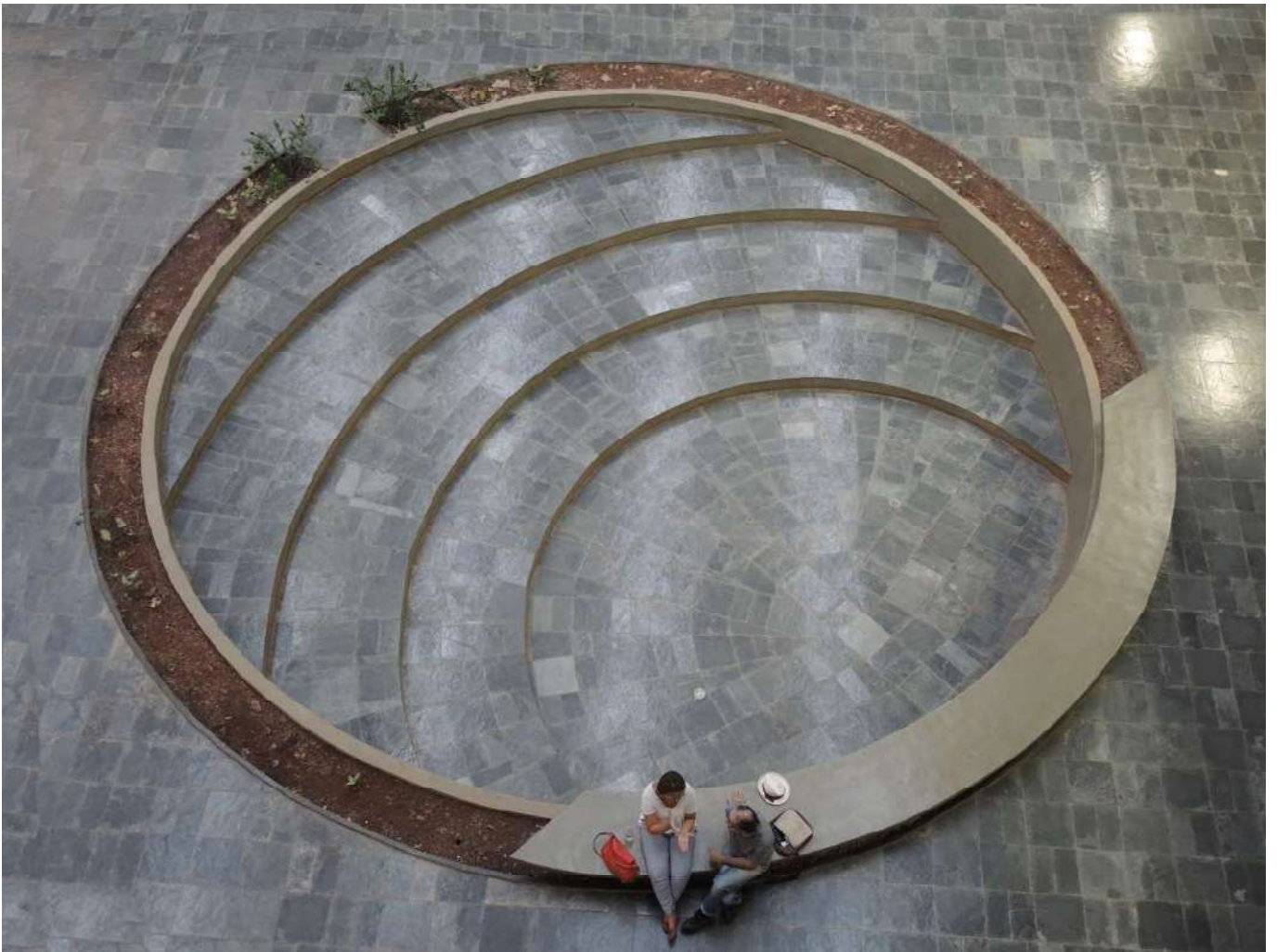
Prof^o Me. Pedro Paulo Mainieri
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas





Brasília - DF, 2017

Marina Bardi
9º semestre de Arquitetura e
Urbanismo PUC Campinas



Campinas, 2016

Marina Bardi
9º semestre de Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas



Instituto Inhotim, 2017

Marina Bardi
9º semestre de Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas



Belo Horizonte- MG, 2017

Marina Bardi
9º semestre de Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas



SESC 24 de Maio, 2017

Marina Bardi
9º semestre de Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas





Henry Farkas
6º Semestre Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas

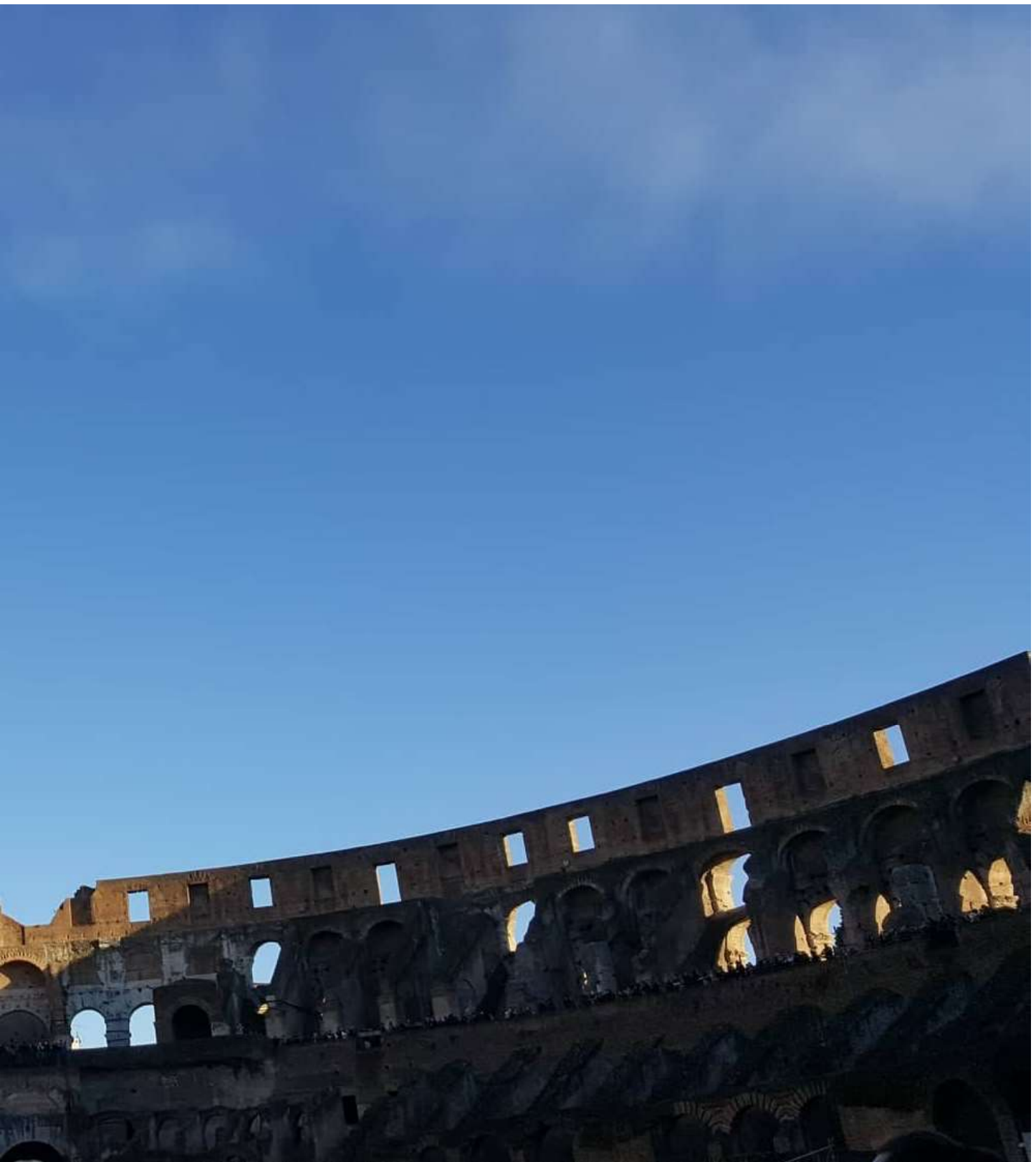




Henry Farkas
6º Semestre Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas

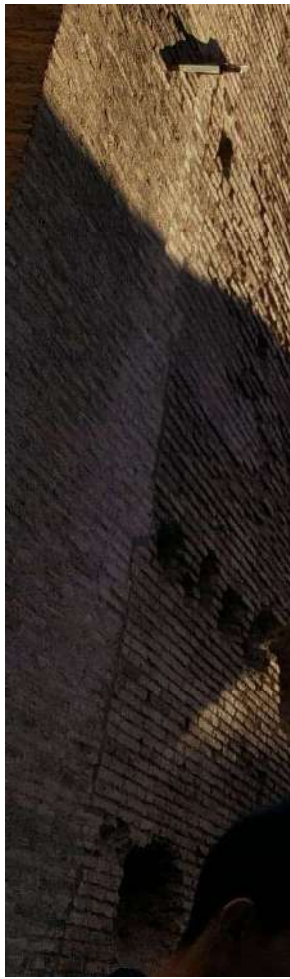






Coliseu, Roma - 2019

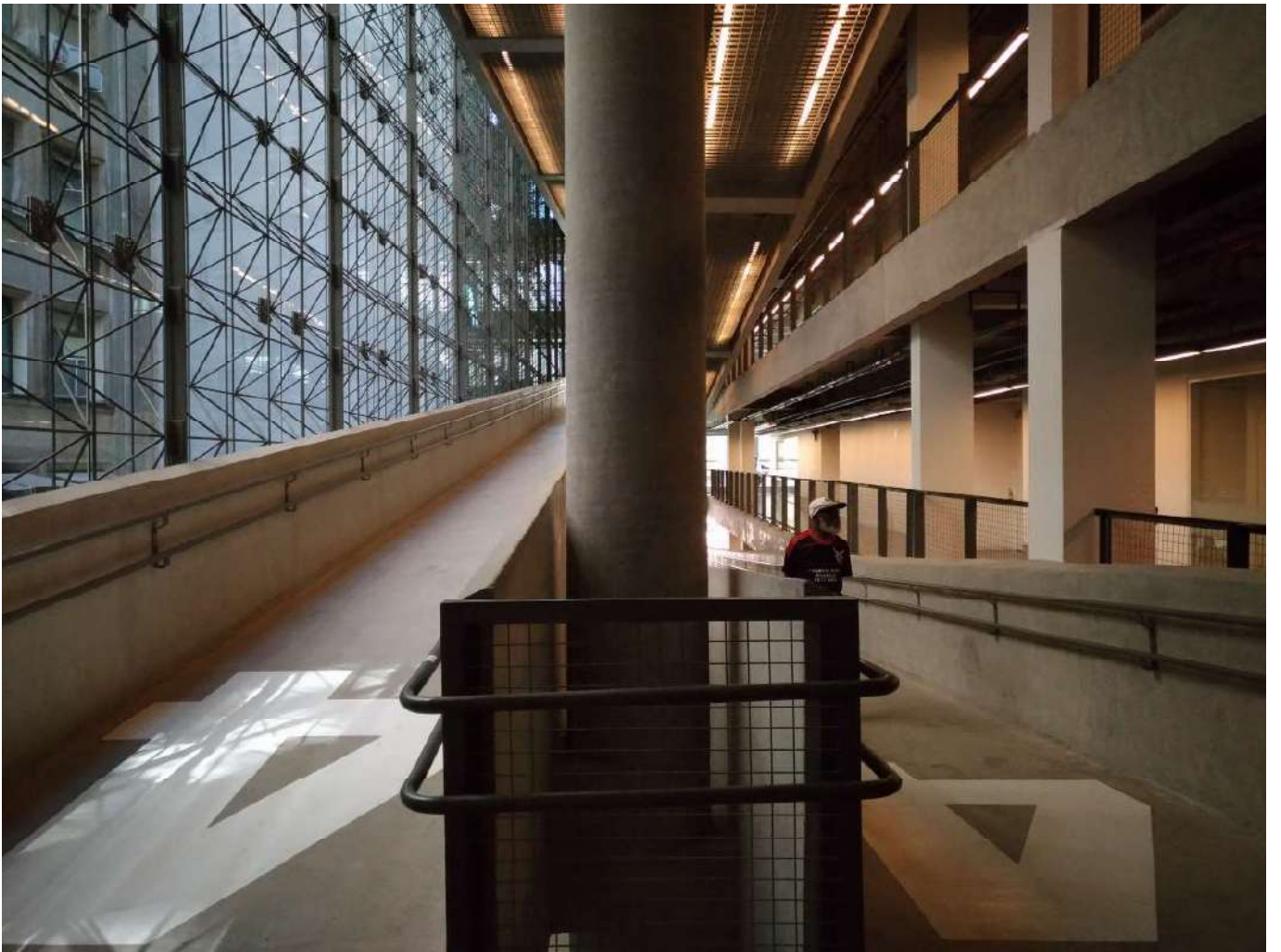
Isabelle Gonçalves de Oliveira
8º semestre Arquitetura e Urbanismo PUC-Campinas





Coliseu, Roma - 2019

Isabelle Gonçalves de Oliveira
8º semestre Arquitetura e Urbanismo PUC-Campinas





SESC 24 de Maio- São Paulo - SP

Ingrid Sanches
8º semestre arquitetura e urbanismo- PUC-Campinas

U M



U N I D A D E

P A R I D A D E .

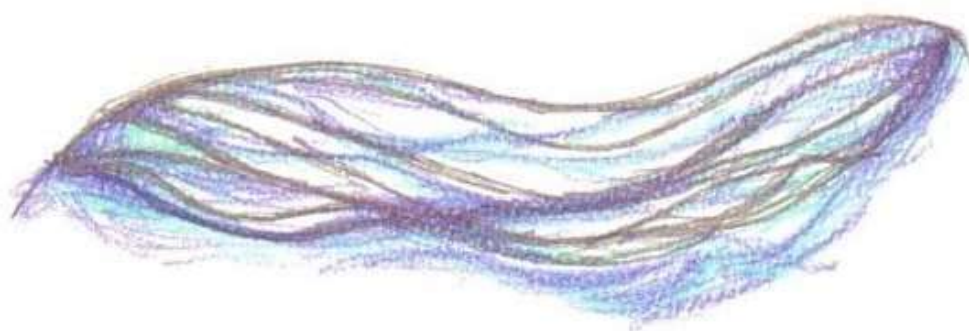
O CONJUNTO SUBSTANCIAL

DE DOIS

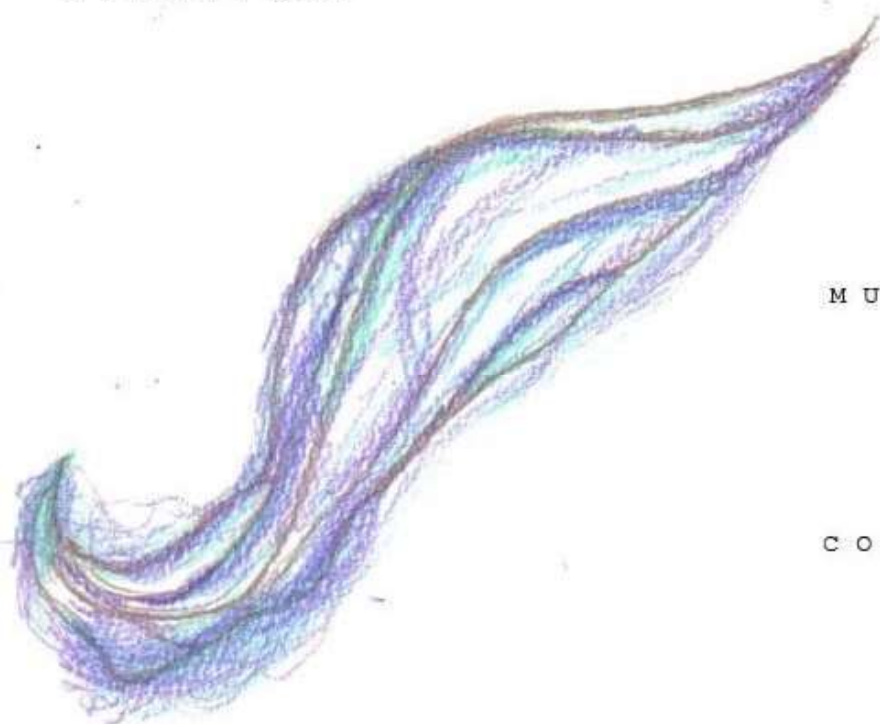
DE TRÊS



OU DE MIL

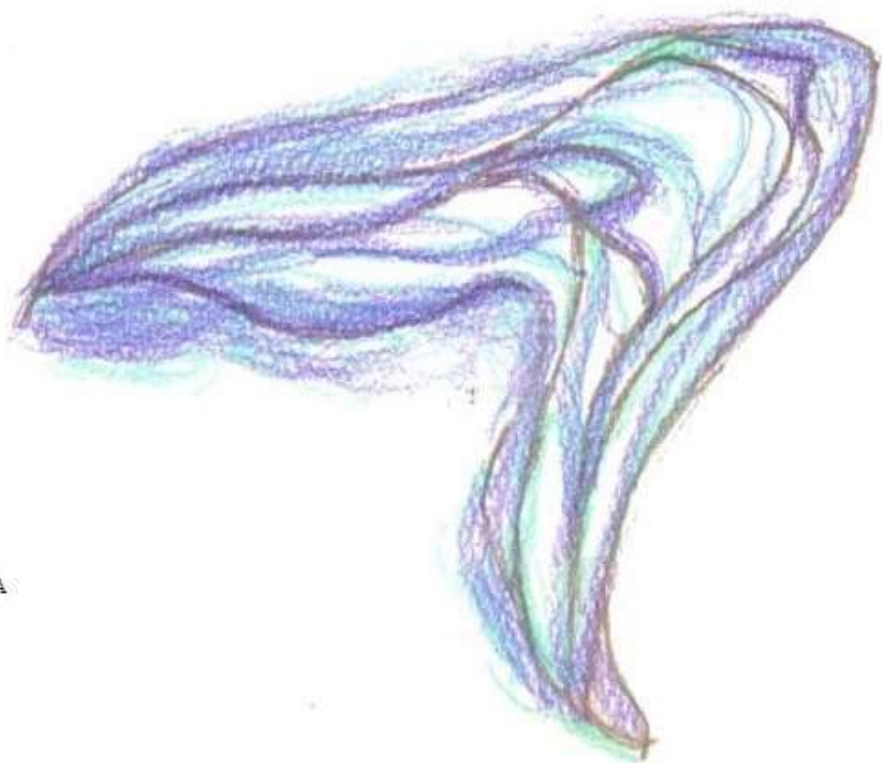


D I S T Â N C I A



M U D A N Ç A

C O N S T Â N C I A



S E M E L H A N Ç A

CAPACIDADE MÚTUA DE ENTENDER A IGUALDADE
DO OUTRO A MEDIDA DE SUAS DIFERENÇAS.



E Q U I D A D E

Imagem: Victor dos Santos Souza
8º Semestre de Arquitetura e Urbanismo
PUC Campinas.

Texto: Gabriela Cállipo Gomes
8º Semestre de Direito
Universidade São Francisco





Beatriz Rocha Ferreira Sato
6º Sem. FAU PUC Campinas





Sem Título
Mural a Giz

Beatriz Rocha Ferreira Sato
6º Sem. FAU PUC Campinas





CAFÉ
Mural a tinta
Beatriz Rocha Ferreira Sato
6º Sem. FAU PUC Campinas

ENSAIOS

TEXTUAIS





O JARDIM BRASILEIRO: DO ÉDEM PRIMITIVO A ORDEM E PROGRESSO

Que achei eu do nosso século carioca? Achei que será contado como o século do jardins. À primeira vista parece banalidade. O jardim nasceu com o homem. A primeira residência do primeiro casal foi um jardim, que ele só perdeu por se atrasar nos aluguéis da obediência, de onde lhe veio o mandado de despejo.

MACHADO DE ASSIS. 5 de Maio de 1895.

Curioso notar a metamorfose do significado da árvore ao longo da trajetória brasileira e como se alterou aquele primeiro vislumbre que buscava na selva os contos do paraíso perdido.

Do medo da natureza indomada ante a racionalidade europeia pós-renascentista, ainda no início dos 1500 a árvore passa no século XVIII a ser símbolo do prazer e da distinção. A natureza em sua graça adestrada cabia apenas às camadas refinadas a ponto de atender aos seus apelos e desta sofisticada apreciação pouco resta quando nossa jovem sociedade atinge os altos do século XIX. A árvore a esta altura é símbolo da higiene, da limpeza; torna-se diametralmente oposta aos cortiços e aos pobres e deve deles tomar o lugar o quanto antes. Este artigo pretende contar uma fábula que flerta com as arborizadas aleias da nossa jovem civilidade, e, mais do que uma descrição cronológica dessas que se lê nos livros da história do Brasil, aqui usaremos o jardim como mediador entre a narrativa e a sociedade. Assim o faremos pois é muito difícil conceituar os processos sociais atuais sem amparo de um objeto que os exemplifique. O jardim público, como veremos, é um reflexo das estéticas e dos mecanismos sociais vigentes; ele é datado e localizado e no caso do Brasil, palco de mudanças sociais gritantes.

Partiremos de uma metodologia histórica. Narraremos a aventura da civilidade brasileira e a todo tempo ampararemos nosso discurso em ideias de autores que buscam o entendimento dos processos sociais. O objetivo aqui é entender como chegamos, onde estamos e por quais becos caminhamos. O jardim e sua evolução em terras

Vinicius Galvani Pellegrino

Pós graduado em História da Arte: Teoria e Crítica, Faculdade de Belas Artes de São Paulo (B.A) – São Paulo (SP), Brasil e Arquiteto e Urbanista, PUC Campinas.

Profº Dr. Ronaldo A. Mathias

Orientador

Dr. ECA-USP, Prof. Antropologia e História da Arte

brasileiras serão os textos que leremos para entender a sociedade em sua totalidade.

O Jardim Brasileiro: Do Éden primitivo à ordem e o progresso

A Geopolítica do novo mundo

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e a silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo”- palavra que Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos a falta de energia do que uma íntima convicção de que não vale a pena... (HOLANDA, 1987, Pg.76)

Nas Américas, o jardim vem a reboque de uma série de diretrizes urbanas e visões de mundo europeias que foram, com o passar do tempo, deformadas e redesenhadas para que funcionassem num território nunca antes tocado pela pretensa razão humanista. Para que se compreenda o jardim público na América, especialmente o brasileiro, precisamos antes discorrer sobre os mecanismos da colonização portuguesa, a visão de mundo lusitana e suas particularidades em relação à colonização de Castela.

Tão logo se fincam as bandeiras de posse, as colônias de Portugal e Castela já se mostram discrepantes. Naturalmente, Espanha teve que lidar com a presença consolidada de culturas preexistentes e buscou na fundação de cidades afirmar sua dominação. Em contraponto, a colônia portuguesa surge não como uma extensão

urbanizada de Lisboa, mas como uma feitoria cuja única finalidade é a de concentrar e escoar riquezas o mais rapidamente quanto possível.

A cidade portuguesa no Brasil, assim como a espanhola, surge de um centro bem demarcado. A praça central é local onde o poder se faz presente, seja ele o poder do rei ou de Deus, pois na praça portuguesa dividem o espaço público a Matriz e a casa de câmara e cadeia. Do espaço de demonstração do poder, onde ocorrem festas e execuções a cidade se ramifica organicamente, atendendo aos caprichos da topografia, atitude quase insolente à luz do século das cidades ideias renascentistas.

O século XVIII marca a reviravolta da postura de Portugal perante o Brasil. Ainda em fins do século anterior as colônias orientais de Goa e Macau enfraqueciam-se perante a competição holandesa de especiarias e açúcar. Em boa hora descobre-se o tão sonhado ouro em Minas Gerais e rapidamente Portugal reestrutura suas atenções para aperfeiçoar a extração e escoamento do ouro. Abrem-se estradas régias e fundam-se cidades prontamente controladas por forças portuguesas. Pela primeira vez em dois séculos de ocupação o interior das terras brasileiras começa a se urbanizar ainda que de maneira não planejada e orgânica. Nas palavras de Sérgio Buarque:

É só então que Portugal delibera intervir mais energicamente nos negócios de sua possessão ultramarina, mais para usar de uma energia puramente repressiva... menos para edificar alguma coisa permanente do que para absorver tudo quanto lhe fosse de imediato proveito. (HOLANDA, 1987. Pg.69)

Eis que em meados do século XVIII tudo converge para o ato final das atenções portuguesas, ato que construiria o palco para os eventos de 1808. A extração do ouro das Minas Gerais começa a fugir ao controle do governo colonial sediado em Salvador, somado a isso, ameaças de rebeliões na mesma região e a desconfortável presença espanhola na

região sul levam o vice-reinado a transferir sua sede para o porto mais próximo dos acontecimentos. A capital desloca-se por fim, ao Rio de Janeiro em 1761.

É partir deste período que nasce o que aqui nos interessa: A noção de vida urbana e o sentimento de que algo deve ser feito no sentido de melhorar a qualidade de vida de uma população que, em meados do século XVIII começa a ter noção de si como cidadã¹. Após duzentos anos de um modelo extrativista de colonização, construiu-se uma infinidade de vilas precárias de onde jamais poderia germinar o delicado conceito de amor ao público, pois tudo que aqui se fazia, era para o bem de Lisboa. Após esses dois séculos de inércia, eclode, por fim, a consciência de uma grande tarefa, a de transformar as vilas de colonos em cidades para cidadãos e é no interior da consolidada e apinhada malha urbana das cidades de feitoria que se construirão os delicados jardins da tão pretensa civilização.

É no âmago deste século conturbado por ideais emancipatórios e sonhos iluminados que surge a ideia do jardim público. Um espaço onde o governo não exhibe seu poder pelo cadafalso ou pela festa do divino, mas por sua sofisticação ajardinada. O jardim público é por fim, no século das luzes, arrancado dos muros dos palácios e dos claustros dos mosteiros para constituir o mais sensual² dos espaços da vida pública ocidental.

O ajardinar da civilização

Deve-se tomar extremo cuidado com o título acima, pois ele é propositalmente recoberto de um incômodo eurocentrismo. O conceito de civilização aqui deve ser entendido como uma construção múltipla de visões importadas. Para o brasileiro nascente em fins do século XVIII (e pertencente a uma classe social muito específica) a compreensão de civilidade é aquela do iluminismo, indelevelmente modificada por diversos aspectos locais inaplicáveis

¹ Sejamos críticos com a noção de cidadania no Brasil do Século XVIII, pois, como veremos à frente, a ideia de cidadão é fruto de um estamento social muito específico e minoritário na colônia.

² A associação do jardim à sensualidade é muito antiga e será comentada a frente. Em suma, o jardim deve ser entendido como um ambiente que fala diretamente aos sentidos; é uma experiência corpórea por excelência ao contrário dos demais espaços públicos que são palcos da voz política.

ao iluminismo europeu. A ideia de civilização acaba, no Brasil em fins da colônia, por constituir uma caricatura do modo de ver europeu.

Como já narramos acima, durante as primeiras ondas de crescimento urbano ainda no século XVIII começa a modelar-se um sentimento de necessidade jamais visto em períodos anteriores. A ampliação dos centros urbanos traz consigo a infraestrutura que aos poucos descaracteriza as lógicas rurais tão típicas da colônia de exploração. Um fenômeno liberal se faz presente, marcado pela crescente demanda de serviços e o surgimento de classes que os realizam. Tal fenômeno se intensifica após 1808 com a chegada de novos estratos sociais de hábitos ainda mais elaborados. Como diz Mauricio Abreu, “com a instalação da família real portuguesa e sua corte, surgirá uma classe praticamente inédita na cidade (do Rio de Janeiro), que demandará novas necessidades materiais que atendam não só aos anseios dessa classe, como facilitem o desempenho das atividades econômicas, políticas e ideológicas que a cidade passa a exercer”. (ABREU, 1993, apud MICELI, p. 8). Está conformado no Brasil todo o enredo para as pretensas atividades da nova elite, que é nativa europeia, ou, ainda mais grave, desejosa de sê-la.

O embate que primeiro se coloca é o dos conceitos de público e privado. A casa, o jardim, a cidade e tudo o que nela há é composto de espaço e o estatuto por excelência do mesmo passa inegavelmente pela sua função. Nas ideias de Roberto Damatta, ambas as dimensões, no caso brasileiro, se justapõem (atuando como indicadores sociais), mas nunca se misturam. A lógica privada (a da casa) representa a esfera afetiva, do cuidado e do poder individual enquanto a lógica da rua, com suas restrições e seus códigos de postura, anulam o indivíduo. (DAMATTA, 1997, p.11). O que tiramos deste conceito é o fato de que todo indivíduo, na concepção ocidental, é composto de duas facetas, uma pública e uma privada³. No Brasil colonial, em especial na nova capital, começa a germinar aquele ilustrado gosto pela expressão política que vai se refletir nos espaços de identidade construídos na esfera urbana.

As sementes do jardim estão por fim plantadas no centro dessa amálgama confusa que grita

por autonomia e representatividade ao passo que anseia por se afastar da numerosa massa de toda sorte de não burgueses, de não europeus, daquela numerosa turba que simboliza a âncora que lhes afasta da “civilização”. Faz-se necessário um recinto de afirmação de uma identidade nascente, uma ilha onde a polidez dos hábitos possa florescer em meio à rusticidade do novo mundo.

O plaisir de la promenade

É com a Renascença que começam a se configurar os hábitos da alta burguesia: a apreciação do ar livre, o passeio, o romance e o deleite das amenidades que a natureza fornece, asceticamente rejeitadas durante a idade média. O jardim europeu renascentista era uma ilha cercada pelos muros do palácio real ou confinada nos limites da villa burguesa. A piazza italiana, a place royale francesa, os walks ingleses, são frutos do desejo do lazer público, ideologia que, com algum atraso fixou-se aqui.

A figura do jardim público, assim como a praça, exige a adoção de um conjunto de normas de bem conviver, uma série volumosa de mudanças sociais que ocorre com o advento do jardim urbano. Instaura-se, nas palavras de Hugo Segawa, a “ordem do silêncio” (SEGAWA, 1996, p.46) da educação e da cortesia, o jardim é o espaço do desfile individual, do ver e do ser visto e sobre este palco deslizes e grosserias são inadmissíveis. O que se vê, em suma, é uma tentativa custosa de polidez das ações que acabavam soando um tanto antinaturais num território que ainda guardava em sua grande maioria populacional os traços da rusticidade colonial. Em palavras mais dóceis, o jardim e a praça, embora entidades públicas são inconciliáveis, pois a praça é historicamente democrática, congrega pelo comércio ou pela fé, o jardim é em sua origem excludente, filho das camadas liberais.

Sob o viés de uma digressão sociológica, a praça, no seu original sentido trazido da polis grega é o espaço da voz política, do indivíduo e seus direitos e deveres, ao passo que o jardim é o espaço do lazer, da afetividade, dos jogos sexuais e dos desejos, em suma, é o espaço da pessoa. Pessoa e indivíduo são tão opostos como jardim e praça⁴

Iluminismo colonial

3 Nelson Saldanha discorre largamente sobre o assunto em “O jardim e a praça: Ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica”. 1983
4 Para formular tal argumento sintetizei alguns conceitos elaborados por Nelson Saldanha no já mencionado “O jardim e a praça: Ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica”. 1983. Esta obra é fundamental para destrinchar filosoficamente os conceitos de público e privado em sociedades ocidentais.

Animar as culturas existentes e naturalizar no Brasil todos os produtos que se extraem de outros países deve ser outro grande objeto do legislador político, unindo-lhe também o cuidado de assegurar-lhes com a mais extensa navegação o seu consumo na Europa por meio da metrópole e nas outras partes do mundo por meio dos outros domínios que a nossa Real Coroa possui.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Ministro da Marinha e Ultramar-1797 (SEGAWA, 1996 Pg.109)

Ao passo que o romance burguês dominava a beira do mar no Rio de Janeiro desde 1783 com a conclusão do Passeio Público da capital, a Coroa prosseguia com seu projeto extrativista. Em Novembro de 1798, sob a ordenança de D. Maria I e D. Rodrigo de Sousa Coutinho, seu ministro da Marinha e Ultramar, é expedido para o Brasil um aviso régio ordenando a organização de Jardins botânicos aos moldes do da capitania do Pará (iniciado como protótipo ainda em 1796). SEGAWA (1996, p.113). O aviso era uma nova medida para otimizar a produção de bens agrícolas no Brasil visando exportação. Uma repaginação do espírito extrativista português, desta vez encapado de ideais iluministas e científicos, aos moldes da fisiocracia francesa.

A partir do aviso régio cada capitania busca à sua maneira implantar seu jardim botânico para fazer frente ao cultivo de especiarias do oriente. Inspirado pelas ideias de François Quesnay (1694-1774) segundo a qual a terra é a única e verdadeira fonte de riquezas (SEGAWA, 1996, p.111) o governante luso do século XVIII tem agora um novo fôlego para sua empreitada econômica no Brasil. O período pombalino no Brasil representou uma época de florescimento de instituições comerciais e incentivos às novas técnicas de produção, nesse contexto o surgimento dos jardins botânicos se justifica com uma respeitável naturalidade. É a união da sempre presente empresa comercial portuguesa com racionalidade do século das luzes.

Higiene e segregação: Às custas da ordem e do progresso

5 Sugiro, para um panorama do caos populacional que a revolução industrial provocou nos grandes centros europeus, o livro: Londres e Paris no século XIX: O Espetáculo Da Pobreza (1982)- de Maria Stella Martins Bresciani- editora brasileira.

6 No passeio público do Rio de Janeiro há dois obeliscos que marcam o acesso à fonte central, neles se encontram as inscrições "Ao amor do público" e "à saúde do Rio".

7 Segawa nos dá uma ampla listagem de obras e como a visão ocidental sobre a vegetação se alterou em decorrência delas. Entre essas obras ele cita o *Principes de l'assainement des villes comprenant la description des principaux procédés employés dans les centres de population de l'europe occidentale pour proteger la santé publique*, de 1870 e publicada por Charles Freycinet onde atribuiu-se às árvores maior responsabilidade pela umidificação do solo e limpeza da terra que à produção de oxigênio. (SEGAWA, 1996- p.68)

8 John Snow (1813-1858)- Responsável pelos primeiros estudos a cruzarem dados cadastrais e mapas da cidade de Londres com locais afetados pela cólera, permitindo extrair resultados mais precisos sobre as possíveis causas das epidemias.

9 Em 1901 ocorrem diversos debates sobre gestão urbana e embelezamento no congresso de "Engenharia e Indústria" no Rio de Janeiro- Tal evento ocorre em comemoração ao quarto centenário da descoberta do Brasil- SEGAWA (1996-p.70)

Ao fim do primeiro quartel do século XIX a fisionomia das cidades brasileiras se encontrava muito diferente. Diversos jardins botânicos se fizeram a partir do aviso régio de 1798, entre eles o de Belém (1798), Rio de Janeiro (1808), o de Olinda (1811), São Paulo (por volta de 1800 e atual jardim da Luz) e o de Ouro Preto (1825). A iniciativa das elites e seus desejos por nobres espaços também edificaram vários jardins públicos, como o Passeio Público do Rio de Janeiro (1783), o de Salvador (1803) e o de Belém (entre 1803-1806). As duas espécies de jardim, um a serviço da manutenção da lógica colonial e outro a serviço da autonomia das altas classes seguiriam sua natural disputa se uma terceira corrente de pensamento não passasse a ganhar força em meados do século XIX. O advento da revolução industrial já criava distúrbios na lógica populacional e de saúde pública em cidades como Londres e Paris⁵. No Brasil, os efeitos da industrialização demoraram mais a se fazer sentir, porém o inchaço populacional derivado da geração de zonas de interesse nas cidades já se mostrava. Importa-se então, das iniciativas europeias de lidar com a insalubridade urbana o conceito de salubrismo.

Até o presente momento, meados do século XIX, o jardim era o domínio por excelência da natureza domada e racionalizada, entregue aos deleites e "ao amor do público"⁶, quadro que gradativamente foi alterado pela da noção de higiene pública que buscava soluções para a saúde e embelezamento das cidades cada vez mais populosas e poluídas. Diversas publicações atribuíram ao longo do século XIX papel saneador ao plantio de árvores⁷, noção que acabou por repercutir diretamente nas diretrizes de planejamento urbano no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, entre elas ficaram célebres as iniciativas de Francisco Pereira Passos na remodelação do centro do Rio de Janeiro no período de 1902 a 1906.

A natureza por si só, passa a ser um elemento auxiliar da salubridade pública, somadas a ela novas iniciativas previam a melhora da qualidade de

vida das camadas urbanas, como a fixação de espaçamentos e alturas mínimas entre edifícios, utilização de porões ventilados, telhados de telha de barro e uso de vidraças ao invés de folhas de madeira cegas nas janelas. A luz natural e a ventilação figuram agora como itens indispensáveis aos manuais de salubridade, além da cobrança de um inevitável câmbio nas formas de agir na cidade. Surge então, como complemento das reformas urbanas, o advento de um código de posturas.

A noção de saúde, amparada por estudos como o de John Snow, publicado em 1849 sobre a cólera⁸, alia-se ao ideário de refinamento burguês onde aparentemente os maus hábitos das camadas aqui a capital Rio de Janeiro) possuía na virada para o século XX sua silhueta herdada em parte do estatuto colonial e uma nação ávida como era na época o Brasil por se afirmar enquanto Estado civilizado, não poderia deixar representar-se pelas ruas sujas e empilhadas de toda sorte de quinquilharias como eram as de sua capital no ano de 1900.

Urge por fim a necessidade de remodelar a cidade aos moldes do salubrismo oitocentista; Vias largas, bulevares arborizados, grandes edifícios envidraçados ladeados por belos jardins onde se respira o puro e refrigerado ar, em suma, cabia ao Brasil, agora uma recém-instaurada República, demonstrar toda a sua civilização amparada na mais confiável cartilha de bom gosto da época, a Paris de Haussmann. A fala de Frederico Augusto Liberalli durante o debate para “Saneamento e embelezamento da Capital Federal”⁹ em 1901 traduz com clareza o sentimento da época:

Com referência às praças públicas, eu disse [...] que elas agiam como reservatórios de ar, como pulmões da cidade, sendo preciso pelo menos duplicá-las e com mais largas dimensões no volume de ar oxigenado... Acrescentei que a ornamentação apropriada, a arborização e o ajardinamento, a designação dos nomes dados a essas praças públicas, como também às ruas, servem de pedra de toque para se ajuizar o grau de educação pessoal, artística e cívica do povo... (LIBERALLI, 1901 p.179, apud SEGAWA, 1996, Pg.70)

Era evidente o mal-estar que gerava a atual malha urbana brasileira. A maioria das cidades (inclua-se aqui a capital Rio de Janeiro) possuía na virada para o século XX sua silhueta herdada em parte do estatuto colonial e uma nação ávida como era na época o Brasil por se

afirmar enquanto Estado civilizado, não poderia deixar representar-se pelas ruas sujas e empilhadas de toda sorte de quinquilharias como eram as de sua capital no ano de 1900.

Não há surpresas em afirmar que as elites, que outrora buscavam diferenciar-se da multidão de não burgueses pelo uso de espaços próprios de identidade, como é o caso do jardim agora buscassem a total exclusão dessa grande massa de todo o território da cidade. Agora os altos estratos da sociedade encontraram na higiene e no salubrismo as armas para a aniquilação daquilo que desde cedo se anunciava como símbolo do atraso e da barbárie.

O contemporâneo da herança

Essas áreas amputadas são normalmente acometidas de gangrena fulminante. Para alojar pessoas desse modo planejado, pregam-se etiquetas de preço na população, e cada coletividade etiquetada passa a viver com suspeição e tensão crescentes em relação à cidade circundante [...] Os meios que a reurbanização planejada utiliza são tão deploráveis quanto seus fins. Ao mesmo tempo, toda a arte e a ciência do planejamento urbano são incapazes de conter a decadência e a falta de vitalidade que a precede de porções cada vez maiores das cidades. (JACOBS, 2003 p.2-3)

Como dito, na virada do século XVIII para o XIX, com o crescimento urbano do Rio de Janeiro e a diversificação de classes sociais, as decisões de governo unem-se definitivamente ao interesse burguês. O projeto liberal de sociedade reflete diretamente nas diretrizes urbanas seu conservadorismo gerando descompassos na malha construída antes tão homogênea. Durante todo o século seguinte a questão passou a ser sanear e embelezar aquilo que se julgava tão mal acabado como era sociedade herdada do estatuto colonial.

A demolição dos cortiços do Rio de Janeiro em 1902 rachou indelevelmente unidade da cidade. O desamparo e a falta de um projeto completo abandonaram à revelia um grande contingente populacional e o planejamento urbano tão exaltado na Paris de Haussmann se converte numa atrocidade no Brasil.

Convém entender a cidade aos moldes de Jane Jacobs, como um organismo; uma gigantesca estrutura de sistemas que se emaranham na malha urbana. A cidade possui vida autônoma e qualquer modificação artificial por meio de projetos urbanos malsucedidos gera anomalias, como fica evidente

no trecho retirado de Jaime Larry Benchimol sobre a realocação das moradias de baixa renda na capital federal durante a reforma Pereira Passos.

As casas de madeira eram igualmente vedadas na área assinalada. Curiosamente, porém, abria-se uma exceção para os morros: “Os barracões toscos não serão permitidos, seja qual for o pretexto de que se lance mão para obtenção de licença, salvo nos morros que ainda não tiveram habitações e mediante licença”. (A pergunta parece absurda, mas teria esse artigo a intenção de legitimar a utilização dos morros pouco valorizados para a construção de favelas?) (BENCHIMOL, 1992 p.265)

Um dos grandes problemas dos planejadores urbanos é, segundo Jacobs, o de fazer com que a cidade pareça saudável, quando na verdade ela o deve ser e não apenas parecer. Para que a malha urbana seja de fato sadia deve haver diversidade de usos; Deve existir uma sustentação mútua e constante tanto econômica quanto social (JACOBS, 2002, p.13) coisa que no Brasil foi tão desprezada em detrimento do desejo de manter-se à parte da grande massa pouco abastada. A consequência desses erros de planejamento é a decadência. Sem diversidade a complexa trama de relações urbanas se atrofia e os lugares morrem. Os nobres centros planejados das elites se tornam novamente cortiços, nossos jardins se tornam redutos de violência e todo o pretense progresso gangrena em seu mais pavoroso reverso.

Um jardim de cristais: acerca das considerações finais

Nunca houve aqui o desejo de reunir em tão poucas páginas toda a história do Brasil. O que desejei fazer neste breve narrar dos fatos foi demonstrar, ainda que ingenuamente, como um simples signo, como o do jardim, aparentemente tão suspenso em seu próprio mundo flutuante de superficial banalidade pode encerrar em seu interior uma imensa carga de decisões políticas. Assim é tudo, desde os mais supérfluos espaços até os mais simbólicos como a Praça da República. A arquitetura é um resultado físico de processos já concluídos nas mentes. Um jardim só pôde aqui surgir após séculos de colonização¹⁰ e de consolidação da mentalidade brasileira aos moldes da europeia.

O jardim que queriam nossos conterrâneos dos séculos passados é muito diverso do que hoje

¹⁰Não só colonização física, mas também aquela que se mantém depois que as relações de posse se findam, aquela que é mental e da qual vai nos falar Edward Said em sua obra “O Orientalismo”.

herdamos, pois nossos costumes assim como somos nós, são vivos e estão constantemente vivendo, envelhecendo e morrendo. Aquele tão polido desejo de sofisticação, tão afrancesado que beirava a caricatura e que pautou nossos primeiros jardins públicos minguiu, como plantas europeias trazidas à força para um solo tropical. Não obstante, o encanto que a vegetação desperta jamais sucumbiu, esta sim é uma constante que perpassa a história. Os jardins sobreviveram em seu mundo à parte, como rasgos que interrompem a civilização tão densamente construída das cidades ao mesmo tempo em que se apresentam como versões alteradas desta mesma sociedade, uma variação dela. Aqui, entre as aleias arborizadas o homem ainda afirma sua polidez ao apreciar a natureza, mesmo que nosso tão pretense progresso estampado em belas letras na bandeira tenha nos deixado tantas cicatrizes. Nossos modelos de avanços tecnológicos e políticos desabaram sob o peso das enormes massas ignoradas. Nas palavras de João do Rio (1908), “nos jardins encontram-se também os desgraçados, os sem emprego, os mendigos. O mendigo é o cisto da cidade”.

Naquele esquisito espaço do jardim, tão diverso do seu entorno urbano, o homem do progresso se confronta com seu oposto, com sua versão deformada pelos processos excludentes da civilização. O jardim é eternamente o espelho do que somos, são peças cristalizadas de nossos hábitos, nossas expectativas e nossos projetos de futuro. No jardim a política afrouxa suas rígidas e pomposas características para se recobrir de estética. A política do jardim busca acima de tudo a beleza dos projetos de sociedade, porém também fracassa e a despeito de tanta beleza, ela se desumaniza.

BIBLIOGRAFIA

BENCHIMOL, Jaime Larry. Pereira Passos: um Haussmann tropical: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1990.

DA MATTA, Roberto. A casa & a rua. São Paulo: editora Rocco, 2003.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. O sementeiro e o ladrilhador. Raízes do Brasil v.11- Rio de Janeiro: J.O Editora, 1987.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MICELI, Bruna Santos. O desenvolvimento do espaço urbano do Rio de Janeiro: principais observações a partir do Paço da Cidade. Geo UERJ, n. 28, p. 332-352, 2016.

SALDANHA, Nelson. O jardim e a praça: ensaio sobre o lado “privado” e o lado “público” da vida social e histórica. Ciência & Trópico, v. 11, n. 1, 1983.

SEGAWA, Hugo. Ao amor do público: Jardins no Brasil. São Paulo- Editora FAPESP, 1996

A IMAGEM VIVA NUM ÁRIDO ESTÉTICO: A BANALIZAÇÃO DO MAL FRENTE A IMAGÉTICA EM NOSSO TEMPO

Todos os outros prazeres, não importa em que se baseiem, têm em comum o fato de serem satisfações da vontade do indivíduo, portanto, estão em relação direta com ela.

SCHOPENHAUER

Murilo Braga
Formado em Artes Visuais
Puc Campinas

Nos colocamos diante de uma imagem. Os olhos buscam o seu sentido lendo todo o perímetro que ela possui, agrupa, retícula a retícula, informações que criam uma imagem virtual daquela. Dentro de nós, antes estática, agora a sua virtualidade ganha movimento no subjetivo do ser; cada pigmento de tinta, cada relevo e ranhura ganham significado no todo; pixels, um a um formando um grande contexto e nós, espectadores, convidando-lhes para fazer sua morada em nosso íntimo. Em troca, a imagem nos oferece sensações de prazer ou desprazer fluindo entre as fronteiras da mente e do corpo.

Está feita, através da *aisthesis*¹ uma relação imagética.

O consumo de imagens que já habita nosso imaginário contemporâneo, encontra diversos meios para existir. Convivemos a um toque de centenas de imagens a cada vez que checamos as redes sociais: vídeos de animais, pessoas em situações cômicas ou fotos de nossos amigos, colegas e quem desejamos receber e compartilhar de seus dias.

A fotografia e o vídeo no ambiente online não são novidades, estão inseridos e ganhando representatividade nas afeições e nas relações humanas com interações e trocas. Esse nem tão novo meio de se comunicar transforma as relações e por si, fazem ver o papel que desempenha a imagem na cultura contemporânea.

“Consideramos primeiro o mundo como mera representação do objeto do sujeito.” Esta

afirmação de Schopenhauer coloca diante do ser humano a impossibilidade de entender o mundo como é, posto que é intangível ao passo que o entendemos através de nós, com nossa bagagem de vida e formas de ver. Quando nos colocamos diante das imagens, seus significados intrínsecos existem por si independentes de nós, a conotação que ganham a seguir, desdobra-se em todos os anseios que ela pode atingir em nosso cerne.

O impacto que a imagem causa ao ganhar significado é experienciado dia após dia. Em artigo publicado pela revista *Social Cognitive and Affective Neuroscience* em 2015 intitulado *Emotionally anesthetized: media violence induces neural changes during emotional face processing*, pesquisadores analisaram os efeitos causados pela exposição à violência nas expressões faciais de candidatos. As expressões denotam maior ou menor reação à exposição do ato violento. A hipótese, segundo o estudo, revela-se efetiva: A exposição maciça de imagens carregadas com contextos violentos gera uma anestesia emocional, transformando, com seu contínuo e extensivo contato, uma transformação cerebral tal, que banaliza atos agressivos:

Os resultados sugerem que a exposição à violência na mídia pode levar a alteração na maneira que as pessoas processam as expressões faciais. A violência na mídia conseqüentemente, também influencia no correlato neural dos processos de controle de inibição. Os resultados atuais também sugerem que a exposição à violência na mídia não modulou o processamento

1. *aisthesis* – do Grego: Faculdade de sentir, compreensão dos sentidos;

visual inicial no córtex primário, mas modulou, de fato, o processo holístico primário das faces bem como os processos das informações emocionais contidas na expressão facial.

Laura A. Stockdale Robert G. Morrison Matthew J. Kmiecik James Garbarino Rebecca L. Siltan.

As notícias vinculadas pelos meios, por vezes utilizam desse recurso imagético reproduzindo imagens, vídeos, com conteúdo representativo de sua notícia que, entretanto, beira fronteiras além da informação.

Não recente para no tom jornalístico a exibição de imagens em recortes de violência e de fatalidades explícitas repetindo-se à exaustão. Um aspecto já há muito observado que outrora, por alguns rotulado como sensacionalismo ganha espaço nas mídias mais variadas. O cenário é parecido entre os canais: A notícia narrada é coadjuvante de um quadro composto por uma sequência de imagens do fato ocorrido; Essa deliberada exposição se repete inúmeras vezes na mesma ordenação. Pretende-se capturar a atenção do espectador. Entretanto, o consumo de uma violência longe de noticiar as questões ali tratadas se atrela a uma hipótese mais assustadora: Não há de se repetir sem haver um desejo; é um impulso tão profundo quanto aquele que nos impele a repetir um prato de comida ainda que biologicamente satisfeito. E enquanto não houver esgotamento da satisfação de desejar, não haverá fim.

Em tempos em que a audiência televisiva ganhou controle sobre o que deseja consumir desde o advento da televisão até o streaming, seu mais recente desdobramento, onde o poder se estabelece, há de se levantar uma questão: O que está sendo satisfeito enquanto consumo de imagem? Esses caminhos trilhados pela imposição do desejar cegamente nos norteiam a resultados transformadores em níveis profundos, como aponta a pesquisa. Se a extensiva presença da imagem da violência apraz à audiência do espectador, sua presença e exploração nos meios pode revelar uma

indagação: Ora, naturalizar o hediondo é um olhar do nosso tempo para os fatos cotidianos?

1. Uma espiral que não encontra satisfação

Como um jarro de água a nós servido quando sedentos, a imagem pode atuar em um sistema complexo de satisfação. Um universo de possibilidades se abre diante de uma imagem que se estabelece e se comunica ao nosso subjetivo através da estética. Podemos nos reconhecer dentro dela, fantasiar pela metáfora nossas angústias e ali expurga-las, evitar olhar por não entender ou sentir em sua essência um desencontro que impeça essa afinidade... Universos segundo o desejo! Parciais, com seus coloridos pessoais e encantadores... O que nos fixa ou nos repulsa satisfaz um impulso em consonância com essa existência.

Se esse impulso, ou pulsão, como Freud denominou é tão inerente e, de certa maneira, equilibrado à pulsão de vida, quando numa transição para a transformação, há de se apaziguar os impulsos que podem ser sublimados a favor da sociedade e culturalmente reconhecidos, como por exemplo as lutas e esportes agressivos.

Este é um caminho conhecido. Mas e quando a cultura cria um conluio com a pulsão de morte? As reflexões aqui trabalhadas propõem, muito de longe, pincelar a questão da normalização do anormal: Se devemos abrir mão de nossos impulsos por construir e alimentar uma cultura e sublimar esses impulsos de uma maneira conectiva, o avesso desse sistema se mostra como a desconstrução da cultura e o aceite de impulsos de desconexão, um prazer libidinal no desconstruir.

As ferramentas culturais nesse colorido sombrio, braço prismático da sociedade em sua essência humana, podem entoar hinos sinistros em conjunto com seus atos de sublimação. Nobres sublimações culturais vertendo à perversidade, corrupção, vantagens individuais assegurada pelos meios que justificam os fins amparados pela sua conduta unilateral e regidos por uma lei própria,

aonde as outras leis, aquelas da cultura, encontram escassos veios d'água.

Nadja Hermann expõe em seu livro “Ética e Estética” o vínculo crucial entre *ethos* e *aisthesis*: “Pela educação e cultura, o homem constitui uma segunda natureza que não é apenas ética — enquanto torna-se criador de leis e costumes, mas também estética — enquanto produz uma realidade, uma natureza de produto como conhecemos na arte.”

Essa realidade a qual Nadja nos apresenta, muda a perspectiva do relacionar-se com o outro em sociedade e nos coloca diante da vida social como quem pinta um quadro. Somos então, enquanto seres sociais, produtores de uma cultura da convivência através das atitudes e da vida.

Essas relações empobrecidas podem colocar o humano em nós como seres de puro desejo, estagnados diante da uma violência (que não é nova entre a história da sociedade) e intolerantes diante do pensamento construtivo e da diversidade cultural. Uma mancha fluída no conjunto de culturas que se expande desejando satisfação e nunca encontrando-a senão na desconstrução e no desligamento de direitos sociais, de direitos de pensamentos e de vida.

Pensar em ética não é tarefa fácil, desenhá-la através da estética pode abrir campos para se entender como este quebra-cabeças pode se tornar uma grande imagem sólida e construtiva. A cada partícula da pintura deve-se dar a devida importância posto que, para ser produtiva e constituir vida, cada história deve ser importante, o indivíduo que a constitui carrega sua quantidade de cores e ali deposita o seu conteúdo. Cada forma de existir deve ser representada, ter seu direito de existência sem excluir alguma outra, harmonizando as cores e as formas num grande conjunto sem sobreposições de ideais. Juntos formam uma imagem que não é contemplada, posto que não se discute aqui a imagem em sua superfície, o seu visível, mas, antes, discute-se a imagem em sua potência constituinte, criadora, composta pela diversidade de elementos construtivos. Esta imagem em questão é dada não para a contemplação, mas para ser vivida em sua totalidade.

2. Viver ou matar, uma visão artística

Caminhando com a cultura, a arte veio

mostrando ao longo do tempo as transformações de diversos pensamentos. Se a tomarmos como reflexo da expressão do pensamento cultural, não como cultura mais ou menos elevada, massas ou produtores de conhecimento, mas como espelho de um movimento pulsional, como maneira de controlar mais ou menos as pulsões em favor da civilização, as desconexões promovidas pela pulsão de morte podem se ligar a rompimentos estéticos desde que a arte se liberta da obrigação do belo, como afirma Danto em sua obra, o abuso da beleza. Para este pensador, houve um rompimento tão profundo e tão irrevogável que ele cita o fim da arte. Mas este rompimento, aspecto crucial da pulsão de morte, gera um novo nascer: Segundo indica Danto, o período que a arte encontra o fim tal como se conhecia. Diante da possibilidade da arte abarcar as expressões culturais mais contestadoras, uma obra destituída da pretensão do belo (por fruição e contemplação, apenas), provocadora, que se liga a sentimentos mais primitivos, nos causam medo, repulsa ou (para a morte da obra) ausência de significado.

Refletindo sobre a pulsão de morte nesse aspecto, Freud defende que não há meios de viver apenas com pulsão de vida, temos constantemente que desconstruir velhos hábitos para construir novas questões, nesse movimento pendular, a arte ganha papel proeminente onde a possibilidade crítica em seu novo campo não se encontra essencialmente em seu produto estético, mas sim, em seu contexto enraizados na vivência cultural.

Tensionando sobre este aspecto, Freud disserta sobre a arte como meio de religar o homem às suas abdições em favor da cultura. As pulsões exigem satisfação e, neste aspecto, a arte pós-moderna encontrou campo para acolher seus gritos exigentes. As produções artísticas que se ligam à pulsão de morte, segundo esta reflexão, por si, podem atuar como aspecto de sublimação de anseios destrutivos que encontram uma maneira edificadora de supri-los em favor da sociedade. São uma face prismática do humano que o artista vincula e mostra ao mundo real uma possibilidade de identificação e reflexão, como nas tragédias gregas.

Como uma semente, a arte que é semeada em campo fértil cresce em favor da cultura, mas, quando no árido estético, onde a imagem pode ser usada consonante à normatização de aspectos

agressivos, pode se revelar arma para diálogos confusos. A obra de arte pode não causar reflexão mas fomentar intolerâncias de maiores graus, posto que muito do que vemos também não se baseia em diálogos estruturados por uma base reflexiva, onde a ausência da estética, tão cara para a construção do pensamento reflexivo humano corre o risco de se ligar aos instintos primordiais de vida ou morte, destruição e defesas, pode ser entendida e cooptada como fundamento estético para a destruição e desligamento em proporções que fogem das provocações construtivas e podem abarcar tons mais sinistros.

No início de 2019 circulou na rede o desafio de Momo, supostamente a Momo, uma boneca de aspecto assustador apareceria em reproduções de vídeos do site youtube durante apresentações de cunho infantil desafiando crianças a cumprir tarefas que agrediam a sua integridade física levando ao suicídio. Semelhante ao caso do desafio da baleia azul denunciado por pais de crianças e jovens adolescentes que cumpriam tarefas automutilação que em cada etapa exigiam maior grau de complexidade, se elevando ao ponto do suicídio como última tarefa.

O curioso fato do desafio da Momo é que, segundo os jornalistas como John Herman do The New York Times em texto publicado no jornal O Globo (março de 2019), o desafio não fora comprovado, segundo seu texto, fora gerado um grande pânico acerca de sua suposta efetividade quando nem mesmo o Youtube confirma as suas aparições. A boneca em questão se utiliza da imagem de uma obra de arte do artista japonês Keisuke Aisawa intitulada Mãe pássaro exposta desde 2016 no Vanilla Gallery, em Tokio.

Efetiva ou não, o árido estético que experienciamos na contemporaneidade revela pela cooptação de uma obra de arte o quanto a pulsão de desligamento e desconstrução avança com seu agressivo desejo de satisfação. Não cria, mas coopta, ressignifica, destrói seu intento existente e adapta, segundo a sua realidade subjetiva, o que há pelo caminho. Como um incêndio rápido, segue seu curso gerando na cultura o medo de um possível ataque.

3. Olhando bem no fundo dos olhos

“Nada existe realmente a que se possa dar

o nome de Arte. Existem somente artistas.” Assim Gombrich inicia o seu livro A história da arte. Ele nos oferece essa pequena porta para pensar sobre arte pelo viés do humano, abrindo por ela um local aonde habita a história e a cultura dos artistas que convivem em sociedade.

A presença da arte em nossa cultura gera um estranhamento, uma espécie de distopia entre as produções artísticas e a vida cotidiana. Essa distopia afasta os grandes grupos de convívios artísticos e produções culturais. Ainda que não aprofundando o assunto para este artigo, há de se refletir acerca da negação da produção brasileira artística descaracterizando o papel da arte na cultura: Assiste-se a episódios de negações culturais a céu aberto, como o exemplo dos grafites apagados nas avenidas de São Paulo, ou ainda a proibição de vinculação de propagandas (ainda que institucionais) que usavam imagens da diversidade cultural como forma de reprimir ou tentativa de neutralizar a sua existência.

A arte que é pensada através e pela cultura, a arte que é constituída de artistas, se estrutura pelas vivências de um povo social e seus conflitos e características, assim quem flui a arte pode se reconhecer ali, dentro de uma imagem ou de produções diversas, se sentir representado e conectado com a obra.

Acolher os gritos de uma pulsão que não encontra satisfação é tarefa que exige dar suporte ao estridente estopim do desprazer, mas que suportando-o e a semente encontrando solo cultural fértil, gera reflexões e construções: Duchamp com sua obra A fonte, grita com um argumento estético acerca do sistema de artes nos EUA do século XX. Um grito potente diante de um sistema; a representação de um desprazer frente a um movimento cultural.

Mais recente, Banksy destrói ao vivo um grande quadro vendido a mais de um milhão de libras na Sotheby's. A quem quiser se lançar a interpretações, vale-se da vivência e ângulo que se quer olhar, mas a imagem virtual fora pintada: Esta, ainda que não a presenciemos de fato a sua existência, ainda repercute e leva consigo suas inquietações. Há de se criticar, teorizar, contribuir e ou concordar, mas despercebidos estes gritos não passam. São construtivos posto que nos fazem pensar, tomar partido e defender ideias. Provoações como uma pedra num lago, reverberam longínquo no espaço e no tempo, ganhando outras

cores em novas culturas, mas sendo produtoras de reflexão e de posicionamentos nos confrontando com um desafio: Olhar bem fundo em nossos olhos. O reflexo do que se vive cotidianamente muitas vezes caindo na cegueira diária. Há de se suportar acolher os gritos dos artistas, que são os gritos de uma grande cultura? Questões que não estão dadas à contemplação, mas são vividas nas veias, sentidas no palpitar do coração, no dilatar da pupila ou aonde o fôlego desaparece. No seio da convivência social.

A potência da imagem, como reflexo do cotidiano, revela o quanto somos por elas constituídos. O falar, o caminhar, o tratar em sociedade é uma grande composição das vivências imagéticas enquanto compreensão de existência e apreensão do mundo e da cultura. Imagens que nos invadem e transformam-se dentro de nós em instituições vivas, criadoras de conteúdo e reflexões; uma vivência estética, como um veio fino de água, pode pouco a pouco repovoar o árido descampado, desde que tenhamos ferramentas para refletir sobre essas questões e cultivar, sobretudo a beleza de se produzir uma imagem viva.

BIBLIOGRAFIA

BENJAMIN, W. Arte, técnica, linguagem e política. Lisboa, Relógio D'água, 1992.

DANTO, A. O abuso da beleza. São Paulo, Martins Fontes, 2015.

v

FREUD, S. Por que a guerra? Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXII, Rio de Janeiro, IMAGO 1996.

_____. O Mal-estar na civilização. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI, Rio de Janeiro, IMAGO 1996.

_____. O futuro de uma ilusão. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXI, Rio de Janeiro, IMAGO 1996.

_____. O problema econômico do masoquismo. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XIX, Rio de Janeiro, IMAGO 1996.

_____. Além do princípio do prazer. Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud, vol. XXVIII, Rio de Janeiro, IMAGO 1996.

GOMBRICH, E. H, A história da arte. LTC: 2012, Rio de Janeiro.

HERMAN, J. Análise, o desafio de Momo só é real porque o tornamos verdadeiro. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/oglobo.globo.com/sociedade/analise-desafio-momo-so-real-porque-tornamos-verdadeiro-23514135%3fversao=amp> acesso em 09/07/2019, às 19:26.

HERMANN, N. A relação quase esquecida/ Ética e estética. EDIPUCRS, 2005. Porto Alegre.

LAURA A. Stockdale Robert G. Morrison Matthew J. Kmiecik James Garbarino Rebecca L. Siltan. Emotionally anesthetized: media violence induces neural changes during emotional face processing. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, Volume 10, Issue 10, October 2015, Pages 1373–1382, <https://doi.org/10.1093/scan/nsv025>

SCHOPENHAUER, A. Metafísica do belo. Editora Unesp: 2003, São Paulo.

RESITÊNCIA E CONFLITO: REFLEXÃO DA URBANIZAÇÃO CAPITALISTA.

É momento de sentir o território nacional e batalhar no campo das ideias e das narrativas. É momento de (re) pensar as cidades.

Daniella Theodoro Souza e Souza
6º Semestre de Arquitetura e Urbanismo
Julhia Bernardo Araujo
6º Semestre de Arquitetura e Urbanismo
Vitória Quitério Capeli
6º Semestre de Arquitetura e Urbanismo

1. GEN-TRI-FI-CA-ÇÃO

O termo *gentrificação* foi criado pela socióloga britânica Ruth Glass em 1964. As primeiras definições de *gentrificação* têm maior foco na questão do mercado imobiliário e na substituição da população mais pobre pela nova classe média. Glass designou o processo como a ocupação de boêmios pioneiros, da nova classe média em Londres, processo que resultou no aumento gradativo de aluguéis e na expulsão dos trabalhadores de classes mais baixas que viviam em bairros centrais da cidade. *Gentrificação*, então, designava as mudanças estruturais ocorridas em bairros centrais de Londres, os quais eram antes habitados pelas classes trabalhadoras e passavam a ser “invasos” pela classe média.

2. Como funciona o processo?

O mercado imobiliário, em conjunto com incentivos públicos e privados, ou as chamadas “alianças público-privadas”, apostam em uma determinada localidade tentando moldar nela, uma nova centralidade urbana enquanto ainda não é uma área visada. Na teoria dos investimentos, isso implica na geração de lucro quando ocorre compra de imóveis ou terrenos por um preço relativamente baixo, para que, em seguida, quando as condições do local fossem melhoradas, ocorresse a venda a preços bem superiores. Verifica-se que o capital imobiliário

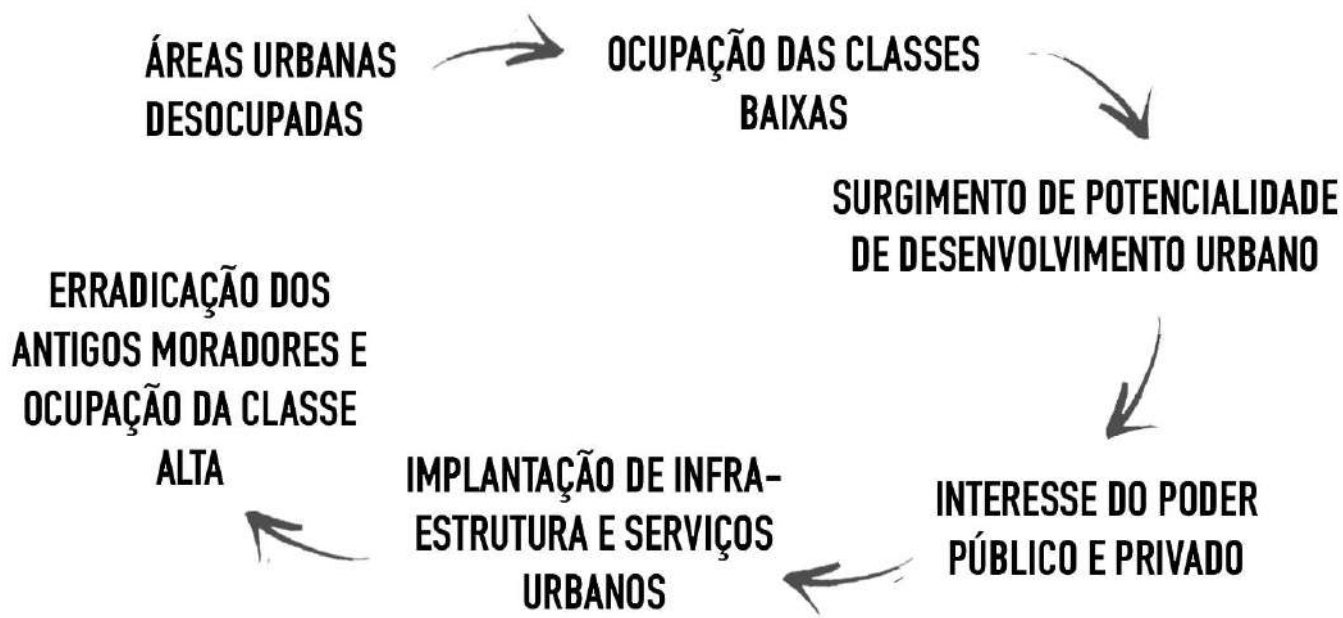
é um valor atribuído que se valoriza, mas, a origem de sua valorização não é a atividade produtiva, mas o domínio dos acessos a determinadas áreas por possibilidade financeira maior.

Para Smith, a *gentrificação* tem relação direta com “rent gap”, ou seja, uma renda potencial não explorada. Ocorre assim, possibilidades de valorização ou desvalorização do solo perante seu status dentro da lógica capitalista. Como desdobramento, ocorre a alteração na paisagem urbana, visível e característica do enobrecimento gerado pela *gentrificação*, solidificando-a. As principais características dessa fase são a *gentrificação* do lazer, consumo e emprego, tornando-se assim a cidade um polo de disputas intercidades. De forma a deslocar a população original e atrair residentes de mais alta renda e recuperar a atividade econômica no local.

3. Transformação da paisagem nos centros urbanos.

É uma análise não só geográfica, mas também simbólica.

As relações entre espaço público e imagens da cidade passam hoje inevitavelmente pelo processo de espetacularização urbana contemporânea, que é um dos maiores responsáveis tanto pela negação dos conflitos e divergências no espaço público quanto pelo empobrecimento das experiências nesses lugares e, sobretudo, pela



Fonte: <https://jornalggn.com.br/cidades/o-plano-diretor-e-o-novo-desenho-para-sao-paulo/>

negação ou ocultamento da vitalidade dos espaços mais populares das cidades, que buscam se tornar midiáticos e espetaculares apenas para uma parcela da população.

“[...] A paisagem é claramente uma ordem espacial imposta ao meio ambiente – construído ou natural. Portanto, ela é sempre socialmente construída: é edificada em torno de instituições sociais dominantes e ordenada pelo poder dessas instituições.” (ZUKIN, Sharon)

O caráter elitista das revitalizações, presente em processos de enobrecimento urbano, não atinge somente a questão econômica das cidades, mas sim todo um repertório político, social e cultural. O processo de transformação da paisagem dá-se quando um grupo se apropria de um lugar e impõe sua visão de mundo. E ao materializar tais mudanças, novas características culturais são atribuídas.

4. Reurbanizar o que já está urbanizado?

A escolha dos imóveis e terrenos a serem desapropriados para a construção de novas moradias, essas destinadas às classes mais altas se deu com a justificativa de serem “vazios urbanos”,

espaços abandonados ou subutilizados.

Os imóveis e terrenos em questão mesmo vazios? Sem cumprir sua função social?

Mais de 86% dos endereços presentes na lista para desapropriação estão em pleno uso, ocupados por moradias e pequenos comércios e indústrias, segundo mapeamento feito por voluntários a partir da lista de endereços publicada pelo Governo do Estado. Destruir moradias em pleno uso para construir novas moradias só reforça a intenção de higienização social e do caráter dessa reurbanização como a melhor saída para o capital produzir lucro.

5. Onde estão os afetados pela dinâmica do capital?

A dinâmica da gentrificação estabelece violações que são latentes- a primeira violação tem a ver com o direito à informação e a participação dos atingidos. Em muitos dos casos de deslocamento e/ou remoção das famílias, não há conhecimento prévio das propostas ou do projeto a ser construído. A segunda violação diz respeito com o destino das pessoas.



Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2018/05/09/prefeitura-de-sao-paulo-empurra-com-a-barriga-o-problema-de-moradia-avalia-bonduki/>

Pra onde vão as famílias afetadas pela dinâmica?

O enobrecimento das áreas antes tidas como suburbanas é seguida de um aumento de custo de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade agora, é



Fonte: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/centro-de-sp- assim-a-ocupacao-maua-comeca-a-virar-moradia/>

diferente. Verifica-se que as famílias impossibilitadas de fazer parte desse novo mercado formal de moradia, começam a ocupar áreas periféricas da cidade - áreas com extrema desvalorização, lugares marcados pela falta de infraestrutura e descaso público.

6. O motor da expansão econômica das cidades

“O desenvolvimento imobiliário urbano – a gentrificação em sentido amplo – tornou-se agora um motor central da expansão econômica da cidade, um setor central da economia urbana. No contexto de um mundo recentemente globalizado, a “regeneração urbana” representa uma estratégia central na competição entre as diferentes aglomerações urbanas.” (SMITH, Neil - “A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global”)

A gentrificação, hoje, responde a reestruturações nas quais estão profundamente inseridas no contexto neoliberal de transformação da cidade em “cidade-empresa”, que compete com outras cidades para vender boa localização e atrair investimentos do capital transnacional, nas palavras do sociólogo Carlos Vainer. Segundo o geógrafo David Harvey, no livro “Espaços de neoliberalização: em direção a uma teoria do desenvolvimento geográfico desigual”, no Estado neoliberal, os

gestores públicos conseguem, junto às instituições financeiras multilaterais, a rolagem da dívida.

Para tanto, tais instituições obrigam o Estado a realizar reajustes estruturais como, por exemplo, a flexibilização de leis trabalhistas, privatizações e cortes de serviços básicos, por isso, segundo Harvey, a missão fundamental do Estado neoliberal “é criar um ‘clima de bons negócios’ e, assim, otimizar as condições para a acumulação de capital, transpondo a lógica das empresas para sua gestão. Isso significa que, as cidades deveriam tornar-se ‘máquinas’ de produzir riquezas.

7. Até que ponto é um processo democrático?

7.1 Frentes de resistência: moradia como direito e controle do valor dos imóveis

Se as pessoas que estão na linha de tiro de um processo de gentrificação tivessem como garantir sua permanência no imóvel onde moram, a higienização se efetivaria?

Parece ser fundamental para a efetividade da gentrificação que a moradia seja produzida e negociada como mercadoria, e não como direito. É graças à inexistência de qualquer controle sobre o valor de venda e aluguel de imóveis, que o caminho para a especulação imobiliária se torna cada vez mais livre, empurra moradores “não solventes” para fora das áreas “revalorizadas”, num processo de filtragem social.

Ao vincular a cobrança do aluguel à renda familiar, o aluguel social elimina o cálculo baseado no preço do mercado, priorizando, portanto, o valor de uso em detrimento do valor de troca do imóvel, tornando-o mais acessível. A cidade de São Paulo tem uma experiência de aluguel social pioneira no país. Em 2001, pressionada por movimentos sociais de moradia, a administração municipal, então encabeçada por Marta Suplicy, construiu e reformou cinco edifícios na região central da cidade, com um total de 853 unidades habitacionais próximas a emprego, transporte, serviços e equipamentos públicos. Os apartamentos eram direcionados a pessoas acima de 60 anos, pessoas em situação de rua, com deficiência e moradores de áreas de risco e de insalubridade. As famílias participantes do projeto de locação social deveriam permanecer no imóvel por um período máximo de oito anos, e depois seriam encaminhadas a programas de



Fonte: https://therealdeal.com/issues_articles/gentrification-city/

financiamento de moradia própria. No entanto, seguiram vivendo nos apartamentos de aluguel social devido à falta de uma política que produza novas moradias de interesse social para a região central.

8. Análise de Casos

8.1 Análise da Lapa – Rio de Janeiro

Para analisar a produção do espaço urbano, usamos de exemplo o bairro da Lapa no Rio de Janeiro, e, para compreender os processos de exclusão social atrelados a gentrificação do local, é necessário refletir sobre uma herança histórica do processo de colonização do Brasil e sua economia na cidade.

De uma maneira geral, desde sua origem colonial, o nosso país apresentava um modo de produção em mãos de uma elite, gerando por sua vez a exploração das classes baixas e originando a pobreza. De acordo com Guimarães, podemos

considerar a transição do desenvolvimento da produção no Brasil por duas etapas: o sistema latifundiário e o sistema escravista. Tais momentos mostram como o trabalhador nacional sempre teve difícil acesso às terras, mostrando como a questão de propriedade de terras e trabalho sempre tiveram grande relevância no processo de formação da economia brasileira e seu poder social.

A partir disso, na primeira metade do século XIX teve-se outro período que promoveu diversas mudanças na forma da cidade- o período Higienista. Uma doutrina que chamou atenção para problemas de saúde e epidemias, necessitando planejamentos de intervenções urbanas para combater questões de saúde pública. Nessa época, o centro da cidade ficou marcado por seus cortiços e automaticamente classificado como o foco das epidemias, gerando diversos debates pela elite sobre como remover os “indesejáveis” para áreas extremas da cidade. O plano de intervenções de Pereira Passos resultou numa série de demolições de casarões para a abertura da Avenida Central, evidenciando

a abordagem higienista pautada no discurso de “limpeza urbana” que agradava, e muito, a elite carioca.

O panorama político e econômico da época iniciava-se pela chegada da indústria ao Rio de Janeiro, o capital transformou a cidade colonial em uma cidade capitalista, expandindo a malha urbana em direção ao subúrbio. Com isso, percebemos que a questão da habitação no centro de Rio de Janeiro estava atrelado a habitações de massa, e o surgimento de intervenções na área da cidade velha tornaram-se inevitáveis.

Com a implantação das linhas de bonde, o transporte público tornou-se um influenciador no processo de formação da cidade, e o crescimento populacional por conta do processo industrial tornou-se outro problema, principalmente em zonas de baixa infraestrutura, gerando a realocação da população. A Lapa, famoso bairro boêmio, começa a ter destaque neste plano histórico devido sua posição geográfica, situada numa região de conexão entre a Zona Sul e a Zona Norte. De acordo com Lefèvre, o espaço expressa as necessidades humanas, mas a transformação do espaço em mercadoria torna ele elemento fundamental para a gentrificação e especulação de áreas da cidade. As intervenções de Passos deixaram marcas no território, o grande desejo pelo embelezamento da cidade carecia de debates sobre a urbanização e seu planejamento em si levando em consideração todas as classes sociais.

“Amigos da Lapa pedem a Polícia o Saneamento Moral do Seu bairro” - O Globo/1964

“Urbanização da Lapa vai demolir 300 prédios” - O Globo/1969

A segregação das classes baixas do centro da cidade intensificou a valorização do solo nas áreas de infraestrutura e embelezamento urbano, e a Lapa por sua vez sofreu intervenções urbanas e sociais consequente dos projetos de remodelação da cidade. Tendo a ideia de gentrificação como estratégia de planejamento.

Vale citar que a valorização da área compreende o período ditatorial brasileiro, este, que por sua vez, promoveu a urbanização segregacionista, reservando as melhores áreas urbanas aos ricos e jogando os pobres na periferia, distantes dos serviços públicos. A reforma urbana

no sentido de abranger todas as classes foi abandonada, visto que diante de uma crescente instabilidade política e econômica em que o governo militar se encontrava, a proliferação do sonho da casa própria alicerçado pelo aumento da demanda do rentável setor da construção civil foi aquilo que a organização burocrática estatal precisou para transformar política habitacional em estratégia de política econômica. Assim, o BNH se mostrou um eficaz instrumento para potencializar a economia. Este modelo enraizou a ideia do enlace moradia/propriedade, favorecendo ainda mais noção de moradia, não como um componente básico para a dignidade do cidadão, mas enquanto uma mercadoria.

Outro viés que também se colocou a frente apoiando intervenções e expondo discursos enraizados na ideologia higienista de limpeza social, foi a mídia. Mostrando como a população de classe alta carioca reconhecia as mudanças urbanas da cidade. O processo de degradação da Lapa já estava associado a iniciativa privada com um discurso de saneamento moral, e assim a “morte” do bairro era anunciada juntamente com a promessa de o que seria uma nova Lapa modernizada.

8.2 Análise Vila Autódromo, RJ- 2016

“O que a gente faz não é remoção, é política habitacional. Há alguns insatisfeitos, o que é natural.” - Secretário municipal de Habitação Jorge Bittar; 2016. No ano de 2016, o poder executivo do Rio de Janeiro a fim de promover a valorização de áreas com projetos destinados a amparar a copa e as olimpíadas, decide remover e reassentar mais de 14 favelas da cidade. Dito isso, utilizamos a favela da Vila Autódromo como exemplo a ser analisado.



Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/9/9f/Arcos_da_lapa_Rio_de_Janeiro.jpg

Aproximadamente 900 famílias da vila autódromo, passaram por violações nesse processo - a problemática se dá pela falta de políticas públicas de qualidade que viriam assegurar questões habitacionais consistentes. O que se verifica é que as possibilidades trazidas como destino para essas famílias se pautaram em três opções. A primeira seria uma indenização pelo imóvel derrubado; onde, segundo relatos de moradores, a venda de sua moradia não chegava a 17 mil reais. A segunda opção seria a aquisição assistida pela prefeitura; Já a terceira, aluguel social, no valor de R\$ 400, enquanto aguardam o reassentamento definitivo.

A partir disso, e perante o cenário econômico do país, se pergunta: Como garantir autonomia e reestruturação para essas famílias uma vez que os interesses públicos estão completamente atrelados aos interesses privados? É clara que em grande parte dos casos, as ações são pautadas em “discursos de inclusão social” que acabam por simplesmente excluir os moradores, pois eles não possuem condições de arcar com o custo de vida nessas regiões que - com uma obra para a copa do mundo- vem a sofrer forte valorização.

Apesar do clima hostil, foram presentes inúmeros atos de resistência pacífica dos moradores que viviam na esperança de uma promessa feita pelo prefeito Eduardo Paes, posteriormente descumprida - “quem quisesse ficar teria seu desejo respeitado”. A quebra de confiança e as mudanças de postura do poder público reafirmaram de que lado estão os governantes que, definitivamente, se necessário, excluirão os “indesejáveis” para próprio benefício. Por isso, se faz necessário, mais do que nunca, uma nova forma de pensar as cidades.

RESISTÊNCIA DOS QUE QUEREM FICAR.

O Projeto “OLYMPIC FAVELA” do fotógrafo alemão MARC OHREM- LECLEF acompanhou a resistência das famílias que escolheram ficar- Cerca de 900 famílias resistiram contra a substituição de seus solos por extensões da dinâmica capitalista. O projeto realizado em 2016, mostra a situação do Rio Janeiro e a mudança de toda uma cidade para amparar os Jogos Olímpicos e a Copa do Mundo.

8.3 MINHOCÃO: De viaduto a parque, uma benfeitoria pra quem?

Olhando para a atual situação, do que o Elevado João Goulart proporcionou para a região, só ressalta a ideia de que aqueles que dispõem de menores condições financeiras estão sempre



Seu' Barão and Tiago, Favela Vila Autódromo, Rio de Janeiro, 2013) commons/9/9f/Arcos_da_lapa_Rio_de_Janeiro.jpg

caminhando para locais degradados, locais onde o setor privado fecha os olhos e conseqüentemente ficam esquecidos. Muitas pessoas que residem ali, conseguiram ver o minhocão como um lugar de esperança para melhorar, ainda que minimamente, sua qualidade de vida, uma vez que sendo uma região que sofreu desvalorização com a construção do viaduto, é ainda considerável por estar no centro, perto de maiores infraestruturas como transporte e emprego, conseguindo pagar um preço ainda considerável para sua situação econômica.

Com o novo Plano Diretor de São Paulo, que indicou a desativação dessa ferida urbana em médio prazo, movimentos ligados à luta por uma cidade melhor começaram a mobilizar-se para discutir o que fazer em seu lugar. Duas propostas são consideradas: a destruição do elevado, ou sua transformação em um parque elevado? Ambas se tornam um instrumento de valorização imobiliária e expulsão dos mais pobres, pois ao retirar o elevado,

os preços dos imóveis no seu entorno vão explodir. Imobiliárias e construtoras estão, evidentemente, com olhos atentos para tais alternativas. Imagine poder vender um apartamento de frente para um boulevard reurbanizado em plena São Paulo. Ou seja, imediatamente, todos os moradores de renda média-baixa que por décadas se contaminaram respirando CO2 no café da manhã, receberão como prêmio pela desativação do elevador um convite forçado a retirar-se de lá.

“É a mesma coisa de sempre: quando a coisa fica boa, tiram-se os pobres.” João Sette Whitaker

Por isso, antes de se falar em destruir o elevador ou transformá-lo em parque, a reivindicação deve ser outra, e aí voltamos no questionamento da necessidade da apresentação de planos, por parte da Prefeitura, de regulação de preços e proteção aos moradores de menor renda que lá moram. Essa deve ser a luta no atual momento.

9. Desdobramentos / Co

Segundo a ativista Jane Jacobs, ao questionar o desenvolvimento do planejamento urbano das cidades, coloca em pauta o exercício da cidadania, que requer o trabalho em benefício da comunidade, o direito de manifestar-se e ser ouvido pela gestão pública de maneira que a população do local seja levada em consideração nas mudanças e revitalização do espaço urbano. Ela ainda destaca a importância do uso de estratégias para amenizar o fenômeno da gentrificação no futuro. Tais como desenvolvimento das potencialidades locais e a inclusão da comunidade nessas intervenções de planejamento da cidade, compreendendo suas demandas e necessidades sociais e culturais.

Dessa forma, compreendemos que atualmente com a crescente globalização e sociedade capitalista a expansão urbana segregadora é inevitável, sendo impossível solucionar um processo que está enraizado nas cidades desde sua concepção. Não cabe somente a nós arquitetos encontrar uma



Bruno with his father and grandmother, his wife and his son, Favela Vila Autódromo, Rio de Janeiro 2015

Fonte: <https://marclelef.net/projects/olympic-rio---vai-com-deus/>



Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2017/06/1896062-morador-de-rua-levado-a-emprego-por-doria-volta-a-fazer-casa-sob-minhao.shtml>

maneira de solucionar este problema, e sim analisar os motivos pelo qual ele acontece, e entender como intervir nos espaços urbanos de maneira benéfica a seus usuários visando maior inclusão social atrelada as políticas públicas.

Por fim, ao reivindicar habitação social em lugares centrais da cidade, onde há transporte, emprego e equipamentos públicos, o aluguel social rompe parcialmente com a lógica dos processos de gentrificação. Mas apenas oferecer condições de moradia temporária não é suficiente, as políticas públicas precisam dispor de um plano que se preocupe em investir mais em oportunidades para essa população, para que, futuramente possam se estabilizar economicamente e, por meio de financiamentos vindos de parcerias entre poder

público e privado, consigam adquirir sua casa própria.

Tal procedimento, apesar de ser pensado a longo prazo, não funciona tão simples assim, ao ponto que isso afeta os interesses do capital privado, principal aliado do Estado para caminhar com a expansão urbana. Ou seja, estamos num ciclo recorrente de falhas e longe de ser um processo democrático que olhe e atenda às necessidades de toda a população brasileira. Isso engloba desde o sistema a qual estamos enclausurados, que percorre um caminho obsessivo pelo acúmulo, capaz de passar por cima de quem quer que seja; até nossos posicionamentos políticos enquanto cidadãos, que muitas vezes se faz ausente em pautas como essa, a respeito de uma cidade acessível para todos.



Junho de 2019

BIOCONSTRUÇÃO - ENTREVISTA COM O ENGENHEIRO AGRONOMO EDSON HIROSHI

ENTREVISTADO

Edson Hiroshi
Engenheiro Agrônomo ESALQ USP

EQUIPE TULHA

Beatriz Engholm
6º Sem. FAU PUC Campinas
Isabelle Oliveira
8º Sem. FAU PUC Campinas

EQUIPE TULHA: Hiroshi, para começarmos nossa entrevista, gostaríamos que você se apresentasse, falasse um pouquinho sobre você.

HIROSHI: Bom, meu nome é Hiroshi, Edson Hiroshi, formado pela ESALQ USP de Piracicaba. No último ano de faculdade escrevi um livro sobre agricultura orgânica - Unidade da vida. Escrevi porque durante minha graduação eu fui obrigado a ter uma horta para sustento da família, devido a um pai enfermo. Enquanto meus colegas estavam acordando, eu já estava sujo de esterco, molhado, tinha levantado as 5 horas da manhã para molhar a horta e conseguir estudar. Com essa horta eu consegui me formar. Assim, me deu material suficiente para a criação de um livro. Esse livro, foi o primeiro sobre agricultura orgânica no Brasil, e por causa dele, abriu-se portas para eu dar cursos de horta orgânica. Os grandes produtores de horta orgânica hoje, foram meus alunos. Há 40 anos atrás, ninguém pensava ou falava em orgânicos, aqui eu fui uma semente.

EQUIPE TULHA: Da onde surgiu seu contato com a arquitetura?

HIROSHI: Como sou um eng agrônomo sem ser vinculado a empresas, durante meu

caminho percebi muitos outros engenheiros ensinando sobre o que eu falava, perdendo nicho de trabalho, então fui me meter na bioenergia, e durante 10 anos da minha vida falei sobre biodigestores, para monocultura, grandes matadouros, geradores de gás. Aí tive contato com o ferro cimento, uma técnica construtiva, assim como a argamassa armada, que é muito flexível, excelente para construir curva, e aí foi meu contato inicial com a arquitetura. Morando em Brasília eu precisava construir minha casa, pensei, "como sei fazer biodigestores de ferro cimento, vou fazer uma casa, orgânica, sem canto vivo." Consultei meu professor de fortaleza, de ferro cimento, e me disse, vc vai trabalhar com casca, Hiroshi, dupla curvatura; observe a natureza. Perguntei, como calcula professor, uma cúpula de 6 metros de altura e 6 metros de diâmetro, e a resposta que me deu foi que não era preciso calcular nada, pra eu pegar um ovo, cortar no meio, aumentar a escala e já estaria calculado. A galinha já calculou pra vc. Não precisa nem de computador. Então eu fiz minha primeira casa, usando a argamassa armada e casquinha, onde nasceu minha filha que hoje está com 30 e poucos anos. Foi aí percebi que existia um grande nicho no universo da bioconstrução. Então me habituei nele, com terra crua.

Daniel é Mestre em urbanismo (2018) e graduado em arquitetura e urbanismo pela PUC-Campinas (2015). Trabalhou com o Caetano desde 2011, participando principalmente de concursos de Arquitetura, sendo 2 de estudantes tendo o Caetano como orientador e 4 profissionais, com destaque a Menção Honrosa no concurso da Cidade da Ciências, promovido pelo UIA e a Biblioteca de Alexandria em 2016.

EQUIPE TULHA: Porque terra crua?

HIROSHI: O cimento, senhoras e senhores, pisou no Brasil em 1923, e antes disso existiam casa, mansões, igrejas, sem cimento. Foi em 1923 que a indústria de cimento entrou no Brasil e precisava vender. Então precisava denegrir a tecnologia existente para chegar o período novo. Como propagandas “manteiga faz mal, margarina faz bem”; “Pau a pique? Ih, é coisa de pobre, de antigamente...”. Começa a denegrir a tecnologia local. Como a história dos três porquinhos, por exemplo, a única casa que sobrevive ao lobo, a de cimento, tijolo, alvenaria; as outras, de madeira e outras técnicas construtivas, o lobo mau consegue destruir. Olha como é destruído em instantes uma tecnologia milenar como pau a pique, a taipa de mão. Podemos prescindir do cimento? Sim. Não precisa tirar tudo, mas vamos diminuir o uso. Sabemos que 1 metro cúbico de cimento queima 10 metros cúbicos de lenha. Lenha essa que vem da floresta, que queimada produz CO₂, então quanto mais cimento mais CO₂, então a pegada ecológica carbônica do cimento é muito elevada. Agora, fazendo de pau a pique, tira a terra do lugar e constrói a casa com ela mesma, sem precisar nem mesmo de transporte. Então a pegada carbônica é praticamente inexistente. 90% das casas construídas com bambu tem a mesma pegada sustentável. Usa-se braquiária, bambu e lama. Braquiária tem? Tem de monte; lama? Tem do alicerce, não precisa trazer terra. Olha que maravilha. Simples né?

EQUIPE TULHA: Qual é a função do bambu na construção?

HIROSHI: O bambu entra no lugar do ferro. Em uma obra qual a função do ferro no concreto? O cimento, assim como a terra, muito resistente à compressão, mas frágil a

flexão; o bambu é muito forte na compressão e na tração também, então ele entra como componente de casamento entre a fragilidade da terra e a força do bambu. O pau a pique é uma construção muito inteligente; a terra crua, todos os povos do mundo inteiro conhecem. Pensamos no João de barro. O filho nunca viu o pai fazer a casa, mas quando for a hora dele fazer a sua própria casa, ele vai saber como fazer. Como que ele sabe se ele nunca viu o pai fazer? Ta na memória morfinha nós homens temos essa memória. Nossos antepassados sabiam fazer a casa de pau a pique, porque não tinha outra maneira de construir. Então depois de casar, eles faziam a casa lá no mato; como? De pau a pique. Nós temos essa memória que nossos antepassados fizeram.

Uma coisa muito impressionante, quando ensino crianças a fazer um tijolinho de barro. Fazemos um tijolinho de barro e depois uma casinha de boneca. Fico observando a criança dizendo que se aumentar a escala, consigo entrar dentro. Isso está impresso na nossa genética.

EQUIPE TULHA: Na sua concepção, como que será a arquitetura daqui pra frente?

HIROSHI: A tendência dessa nova arquitetura é cada vez mais olhar para as curvas. Ela, além de elegante, aumenta a resistência. Pega uma folha de papel em pé, ela não resiste, mas curvando, ela fica parada. Na natureza não tem uma linha reta, é tudo curva. Nós homens tivemos um momento de impor nossa ciência, o antropocentrismo, o ego humano negando a natureza. A arquitetura agora está voltando as formas curvas, mais orgânicas. Niemeyer começou e a tendência é continuar. Você vê as coisas mais lindas, são orgânicas, são curvas; o reto é muito racional, muito agressivo. A palavra angústia se deriva de ângulo, ângulo fechado. Imagine-se em uma parede com um ângulo muito pequeno; dá uma angústia. 90°

ameniza, mas ainda não é bom; você estar em um ambiente curvo é uterino, agradável, aconchegante, como um abraço.

As pessoas vivem muito hoje em lugares quadrados, isso dá angústia, ansiedade, depressão. Na minha visão de agrônomo, biólogo, estudante das formas da natureza, acredito que muitos dessas doenças modernas dos seres humanos, é de viver muito fechado e em espaços angulados. Particularmente, morro de agonia de ficar muito tempo em um lugar fechado, sem nenhum verde por perto, sem poder pisar no chão, sem ouvir o passarinho cantando.

Por isso eu acredito que a arquitetura do futuro é essa, abaixar a cabeça, olhar de baixo pra cima e não de cima pra baixo; perguntar pra folha, perguntar pra galinha, como que a gente deve construir.

EQUIPE TULHA: Você fez um curso com um colombiano, Jaime Penha, e ele fala do uso do feixe de bambu. Qual é a diferença do bambu natural e ele em feixe?

HIROSHI: Jaime dizia que quando criança, ficava olhando pra natureza e viu que nada era reto, ai ele pensa no feixe de bambu: corta o bambu para ficar mais resistente, amarrando e envergando o resultado; isso é a fibra muscular. É tão resistente, ao mesmo tempo elástica e flexível. Ele pega a resistência do bambu, junta todos em uma unidade e torce. Como se fosse mesmo uma fibra muscular; a fibra do coqueiro é assim, então ele refaz a fibra e molda. Deixando muito elegante e muito barato pra natureza. Multiplica isso por milhares de arquitetos fazendo construções biosustentáveis, como bambu, cria uma demanda, então quem tem bambu começa a plantar mais, movendo o mercado dos pequenos produtores. Já está tendo essa demanda por bambu. Ele cresce muito e muito rapidamente, sugando CO₂ da atmosfera para fazer sua celulose, então ele é um poço de carbono, um consumidor de carbono, então vejam, quanto mais essa demanda por bambu e terra crua crescer, mais consumo de carbono vai ter, sendo o

bambu uma das plantas que mais cresce na terra, uma das que mais faz fotossíntese, ou seja, ela suga o carbono e guarda em forma de fibra. Então deveríamos estar fazendo um movimento em prol de menos aço, menos cimento, mais terra crua e mais bambu.

EQUIPE TULHA: Na sua ecovila, vimos uma foça e a dona disse que corta o bambu pra colocar dentro pra fazer o tratamento. Qual a função do bambu nessa situação?

HIROSHI: Vocês já estudaram tanques sépticos? Ele foi desenvolvido por um padre francês, em aproximadamente 1700. Naquela época era esgoto a céu aberto, cada casa jogava seus dejetos pela janela. Ai esse padre, muito importante pra sociedade, percebe que isso transmite doenças. Então ele cria uma caixa, onde entra o esgoto bruto, ele decanta, e depois sai esse esgoto livre de sólidos. Isso é celebrado como o início do saneamento básico. Esse tanque séptico pouco mudou em um século. Mas, recentemente, descobriram através da natureza humana, observando nosso intestino: ele tem 12 m de comprimento, mas mais de 200 metros quadrados de áreas de contato, porque tem vilosidades internas, aumentando a área de absorção. O que o bambu faz dentro do tanque séptico: ele faz o efeito de vilosidades do intestino humano, dentro da caixa; então nesse tanque, tubinhos de bambu cortados, aumenta a superfície de atrito, o líquido vai ter que atritar na parede do bambu 2.π.r.h por fora e 2.π.r.h por dentro desse tubinho, e nesse atrito vai limpando mais a água. Então simplesmente colocando esse feixes de bambu no tanque, já aumenta o tratamento das bactérias na água. Assim percebam, que se em todo lugar o homem imitar a natureza, ele dá certo.

EQUIPE TULHA: O que a sua ecovila se diferencia de um condomínio normal?

HIROSHI: Boa pergunta. O que diferencia a ecovila de um condomínio fechado? Lá é uma grande família, com muita confiança, um espaço protegido; entendo que exista lá uma bolha afastada da sociedade.

Plantamos árvores, que produzem oxigênio, evapotranspiram e estão em juventude floral; então emitem perfume, atraído muita abelha. A cadeia se estabelece onde você planta árvore, porque a cadeia alimentar precisa da base, que são flores, árvores, frutinhas. Então lá, aumentou pássaros, mamíferos, fauna em geral, só há 18 anos. Porque plantamos árvores nativas e não árvores ornamentais, como nos condomínios caretas. O Flamboyant é lindo, mas não é nativo, não tem atrativos para fauna brasileira, não beneficiando ela. Plantando goiaba, uvaia, jabuticaba, plantas nativas, essas tem atrativos para passarinhos, que trazem sementes de outras plantas para perto, aumentando também a flora no local e trazendo um resgate cultural da colonização, com plantas e frutas brasileiras, que muitos brasileiros nem conhecem.

É um loteamento diferente, com um interface comum, pois a lei exige. O loteamento aqui obriga a coletar água da chuva, tratar seu próprio esgoto. Por exemplo, tenho na minha casa um tanque aberto, gerando um ecossistema vivo, com algas, plantas aquáticas, peixes, sapos, tartarugas; depois filtrado para lavar roupa, tomar banho, dar descarga. O único lugar que tem água da fonte é na cozinha, o resto é água coletada da chuva.

EQUIPE TULHA: Obrigada hiroshi. Você quer concluir com alguma fala?

HIROSHI: Concluo com um poema de Khalil Gibran, que era como Harry Potter no meu tempo de adolescente, e eu memorizei até hoje, diz assim:

“E perguntaram para o mestre ‘o que é o amor?’

O mestre respondeu: ide aos campos e observai a natureza, que é o grande livro de Deus, onde o prazer da abelha é sugar o néctar da flor e o prazer da flor é ceder o néctar a abelha.

Para a abelha, a flor é a fonte da vida e para a flor a abelha é a mensageira do amor, e ambas abelha e flor fazem do dar e receber uma necessidade.”

ENTREVISTA COM O ARQUITETO JOAQUIM CAETANO DE LIMA

Realizada em 27/09/2017 pelo então mestrando em Urbanismo pela PUC Campinas, Arquiteto Daniel Henrique Ribeiro.

Daniel é Mestre em urbanismo (2018) e graduado em arquitetura e urbanismo pela PUC- Campinas (2015). Trabalhou com o Caetano desde 2011, participando principalmente de concursos de Arquitetura, sendo 2 de estudantes tendo o Caetano como orientador e 4 profissionais, com destaque a Menção Honrosa no concurso da Cidade da Ciências, promovido pelo UIA e a Biblioteca de Alexandria em 2016.

Daniel: Para começar nossa conversa, gostaria que fizesse uma apresentação. Falar um pouco sobre a sua formação, sobre a atuação profissional.

Caetano: Eu comecei lá... logo, formando no colegial a minha intenção era ser artista plástico. Então eu tava com vontade de mexer com escultura e eu pouco tinha contato com a arquitetura, e quando eu fui entrar na faculdade, eu tive a felicidade de encontrar uma pessoa, que é até uma prima minha, muito culta, e ela me apresentou a arquitetura... quando ela me apresentou a arquitetura eu abracei. Então, eu acho que isso é a coisa mais importante. Aí eu entrei na faculdade, fiz o curso e fiquei trabalhando, mas assim, de verdade, muito, todos os dias da semana eu trabalhava com arquitetura, em um escritório. E assim fui me preparando, até que eu sai do escritório e entrei na área acadêmica também, e fui prosseguindo na arquitetura, mas sempre buscando a questão da expressão humana, que é a coisa mais importante que eu acho que existe pra nós seres humanos.

Daniel: Dentre a sua jornada na arquitetura você reuniu alguns prêmios e participou de alguns concursos. Você poderia falar um pouco sobre eles?

Caetano: Sim. O primeiro prêmio depois que a IAB promoveu a primeira premiação de arquitetura, isso foi em 89, que foi o concurso da igreja Cerqueira Cesar, porque até então, com a ditadura, não existia concurso, não existia nada, a arquitetura era uma coisa pouco conversada e muito perseguida, então não existia muito trabalho de arquitetura. Aí eu ganhei esse prêmio, aonde começou. E depois dele, prêmios nacionais eu ganhei de 10 a 12 prêmios e internacional são 4. Então, a minha vida foi baseada, por muitos anos, em cima de concurso mesmo. Porque eu sentia eu a única maneira de eu poder me expressar era através dele, porque o mercado não atende, o mercado não fala de arquitetura, e a minha questão era falar de arquitetura, era meu grande interesse. Então eu precisei partir para alguma coisa independente de mercado, foi onde eu consegui sobreviver através de concurso e na área acadêmica.

Daniel: Hoje você é professor da PUC Campinas.

Caetano: Hoje sou professor da PUC Campinas. Já estou me aposentando pela PUC. Então veja quantos anos de academia - devo me aposentar como professor. Então tem mais de 35 anos aí de carreira acadêmica.

Daniel: Dada a sua vasta experiência com projeto,

a lida com desenho, tanto desenho urbano quanto desenho de edifícios, como você poderia dizer qual seria a importância do projeto tanto para a população que vai usar este edifício – esta peça desenhada, e quanto à população que vai ver este projeto, que vai vivenciar isso no dia a dia da cidade?

Caetano: É o seguinte, isso aí é das coisas mais importantes pra gente pensar, para poder começar a entender a arquitetura. Vou aqui citar alguns pontos importantes: O primeiro é a utopia da vida. Há mais ou menos uns 8 meses atrás a ONU e a UIA, que é a União Internacional de Arquitetos, tiraram um documento mundial solicitando ou pedindo, anunciando que a utopia da vida era dos arquitetos, então o que todo mundo, aqueles que tem alguma forma de poder, principalmente poder público, contar com os arquitetos, porque é deles a utopia da vida. E a gente sendo um arquiteto a gente sonha, então primeiro a utopia, depois como arquiteto sonhando... e o sonho é a força da sociedade. Uma sociedade que não sonha é como o indivíduo que não sonha, é um psicótico. Então nós estamos em uma sociedade que pouco sonha, então nós estamos em uma sociedade que é psicótica, não é? Ela não está inteira... Então é necessário o sonho. E como o arquiteto, ele promove o espaço e é um artista, a arte é a promotora do sonho. Não existe sonho sem arte ou a arte é o sonho. É uma coisa única, o sonho e arte. Toda manifestação do indivíduo como expressão, não técnica, mas a expressão do indivíduo é arte, é geradora de sonho. Outro ponto importante é que a gente não consegue compreender as coisas sem um sentido. Eu vou explicar, por exemplo: eu vejo um indivíduo, você põe isso aqui na frente (um copo com água), o cara nunca viu isso na vida, ele vai pegar (leva a boca)... ah, é um copo... – o arquiteto ele pega dentro do universo das pessoas e consegue identificar as

coisas e faz essa coisa com sentido. Na hora que o indivíduo ele recebe isso, ele entende o sentido, ele começa a viver esse sonho e essa utopia. Então esse é um grande ponto, que é o sentido. E a outra grande coisa que é importante para nós arquitetos, enquanto artistas, é que a gente consegue, ou necessita, registrar o pensamento. Então se a gente vai para a Europa hoje, você vai olhar lá desde a idade antiga até agora, você identifica coisas que pessoas fizeram em determinado tempo. E através destas coisas, com uma análise, quando você consegue perceber qual era a forma de se pensar naquele determinado momento. Nós tivemos uma experiência aí juntos, do Egito, [referência ao concurso da Cidade da Ciência] você olha uma pirâmide há 12 mil anos antes do primeiro cara falar sobre a teoria dos triângulos, de Pitágoras, como é que ele sabia do triângulo? Se não tivesse aquilo nós não teríamos este registro. Tá certo que nós não sabíamos como eles pensavam ainda e a gente não tá imaginando que poderia ser ... então é uma outra matriz de pensamento. Então existiu uma outra matriz que tá lá registrada... 14 mil anos hoje. Há 14 mil anos tá lá no registro. Então a gente consegue perceber a extensão da capacidade humana através destes registros. Então a grande importância da obra de arte é o registro do pensamento, como na poesia, a literatura, a pintura... a gente vai registrando o nosso percurso de uma civilização. Então você tem que tomar um cuidado, teria que ter uma atenção muito grande para a gente poder avançar da melhor forma que vai depender das nossas criações. Como será o futuro da nossa sociedade depende da forma como nós estamos criando hoje.

Daniel: Uma importância do projeto, segundo Caetano de Lima, seria o registro histórico do pensamento atual. Então a pergunta que eu faço

para o Caetano agora é o seguinte: na sua visão qual que é o registro que nós estamos construindo hoje? Qual que é a produção arquitetônica hoje e como isso poderá refletir daqui a 100 anos, quando a gente for fazer uma retrospectiva dessa produção atual?

Caetano: É, a gente precisa ter aí uma consciência de que o que o homem faz acaba sempre criando um rastro, um registro tem daquilo, então a gente tem que tomar muito cuidado com aquilo que faz. Neste cuidado com aquilo que faz, levanto uma outra questão, que a gente tem que tá em mente, principalmente os arquitetos, qual será o patrimônio histórico futuro. Não é fazer as obras do jeito que as coisas correm resolvendo o problema de imediato. A gente não está tendo hoje, a nossa civilização, ela não está muito preocupada com aquilo que ela vai deixar para depois. Então essa coisa do patrimônio histórico é de uma importância gigantesca, porque no patrimônio histórico nós selecionamos coisas que representem muito bem o pensamento de uma determinada época. Em se tratando das intervenções, a lógica é essa: a gente precisa registrar aquela época e deixar muito claro que é aquela época.

Daniel: Agora uma visão crítica sobre o que está sendo produzido hoje.

Caetano: Bom, hoje nós estamos numa cidade, principalmente no Brasil, mas no mundo inteiro, mas principalmente nos países de terceiro mundo, tá com a ausência do sonho. Se não existe o sonho não existe proposta nova. Então a arquitetura contemporânea, não a arquitetura do mercado, os expoentes da arquitetura que possam representar de fato esta sociedade são poucos. E quando aparece um exemplo existe aí um encanto muito grande com a obra, mas a gente não tem essa preocupação. É uma sociedade que ela vive somente o presente, ela não tem uma noção, uma perspectiva de futuro. Tudo é muito imediato. Nós vivemos isso. A comunicação é imediata demais. Os contatos são imediatos e a gente quer resposta imediata, e com a resposta imediata você não consegue abraçar



muito mais questões do que nós estamos precisando no imediato ... o que vai avançar neste futuro? ... então nós temos aí uma carência muito grande, nós não temos um incentivo, um reconhecimento da expressão humana. Isso eu é a coisa mais complicada. Como que a gente pode ser uma sociedade se a gente não se preocupa com o que a gente faz ou o que a gente pensa? Não tem uma preocupação com o nosso pensamento. Eu acho que isso tudo tem que mudar e cai no sonho novamente.

Daniel: Agora falar um pouco sobre desenho, que é a única ferramenta que nós arquitetos temos como instrumento de ação na sociedade, então todas as vezes que nós formos nos posicionar perante qualquer assunto, acho que o desenho é a nossa forma de manifestação mais clara e legítima. Então queria que você comentasse um pouco sobre o desenho, sobre o poder que o desenho tem na sociedade.

Caetano: Eu vejo o seguinte: desenho, o que significa a palavra desenho? Desenho ele vem de um radical que ele vai gerar o design e que lá na sua raiz é a mesma que criou a palavra desejo. Então o que é o desenho? É uma forma de você construir o desejo. O desejo



é um sentimento que a gente tem, que você pode equacionar e ordenar esse sentimento, ele vira um desejo, aí você para edificar este desejo ou construir este desejo, tornar este desejo real, que vem pro desenho. Então a palavra desenho hoje está sendo usada de uma forma muito diferente do que se usava há 30 anos. Desenho há 30 anos era o desenho do grafite, um desenho com o rastro de uma pena; hoje não, você fala o desenho do computador, o desenho do software, qual é o desejo que este software tem? O que ele é capaz de edificar? Então a palavra desenho é essa. Observa-se assim o desenho ele acaba tendo uma importância total sobre as coisas, porque não existe nada que possa ser edificado que não obedeça um desejo ou algo que possa ser edificado que não obedeça uma ordem, um sentido. O desenho ele tem essa característica e para o arquiteto, aí que ganha maior importância, o desenho ele vai fazer uma ponte entre o sonho da sociedade e aquilo que a sociedade pode executar. Quem faz a ponte é o desenho. Então se nós tivermos uma ponte larga, nós teremos resultados diferentes. O que tá acontecendo hoje é que o desenho, no caso da arquitetura, embora já tenha melhorado, mais ainda nós estamos atravessando de pinguela,

principalmente nos países de terceiro mundo. Alguns países aí no mundo não, eles já estão avançados, perceberam a transformação do desenho. Aqui para nós terceiro mundo a gente não consegue reconhecer bem isso, embora algumas empresas reconhecem isso. Se a gente lembrar um pouco lá atrás, quando os bancos começaram a aparecer, o primeiro banco, o banco que mais cresceu aqui no Brasil foi o Itaú, era o único que investia em desenho, quem fazia era o Rui Otake, que começou com as obras do Rui Otake. Então todo mundo queria ir ao banco do Itaú, queria ter a conta no Itaú, o desenho neste caso fez uma transformação inclusive no empreendimento. Então o desenho é sempre o desejo em jogo, aquilo que a sociedade constrói enquanto pensamento e consegue transformar o pensamento em uma realidade, sendo a realidade não é só a edificação, a realidade é a coisa fazer sentido para o maior número de pessoas, aí nós temos uma verdade sobre aquele edifício, aquela forma de pensar, mas aí é um pacto social, e o arquiteto é um que é capaz de fazer este pacto social na questão dos espaços que a gente pode viver.

Daniel: A nossa última pergunta e acredito acho uma das mais importantes. Como um projeto pode influenciar ou como ele influencia a vida das pessoas?

Caetano: Então veja bem: a gente vai vivendo e sem perceber que a gente é um corpo físico, tridimensional, ele existe; e se existe o corpo físico, existe essa dimensão, existe o tempo. Este corpo ele precisa estar vivendo dentro de um espaço, ele vai fazer parte de um espaço, e parte de um conjunto de outros corpos que vão formar uma coisa maior. A gente precisa de um espaço para poder viver e poder existir, logicamente a qualidade como é colocado este espaço tem uma influência na formação do pensamento. Se você coloca, por exemplo, crianças... enfia ela em qualquer lugar, lugar ruim, num lixão e tenta conversar com ela. Agora pega esta criança e trata ela direitinho, põe num espaço adequado e vai conversar com ela; você vai ver ali uma diferença brutal, na maneira como ela pode pensar e aprofundar dentro dela mesma.

Então nós somos dependentes da qualidade do espaço, então, só para citar uma coisa muito interessante, eu lembro na minha infância meus avós que moravam numa casa que era na calçada e a janela ficava de frente para a calçada. Era uma casa alta, mas a janela na calçada, então, meus avós ficavam todos os dias 4 horas da tarde, já iam para a janela, um numa janela e outro na outra janela e ficavam conversando com todo mundo que passava. Conseqüentemente meu avô foi prefeito duas vezes da cidade. Então ele ficava lá conversando. Qual a memória que eu tenho desta janela? Maravilhosa, eles ficavam com o cotovelo na janela. Agora mais tarde eu fui morar em um apartamento no centro da cidade, toda caixilharia de alumínio, não dá para ficar na beira dela e olhar a paisagem da cidade, porque você vai ficar com o cotovelo em cima, corta, te machuca; então qual a lembrança que eu tenho do alumínio e qual a lembrança que eu tenho da madeira? Qual a lembrança que eu tenho da janela do apartamento e qual a lembrança da janela da casa de meus avós? Aquela da casa de meus avós me dá muito mais ânimo na vida do que o alumínio, que me machucava se eu ficasse na janela, então eu tinha uma janela a qual eu não podia nem acessar. Passava e olhava que existia um horizonte na janela e acabou, os meus avós olhavam muito mais do que o horizonte, porque aquela janela permitiu. A minha janela não permitiu. Aí você vai a formação da casa na beira da calçada, de frente com as pessoas, as pessoas passando a um metro e meio, dois metros de distância, é uma condição espacial. Eu lá no prédio eu não tive isso. No meu bairro eu não conhecia ninguém no meu bairro, lógico, eu não fiquei na janela conversando com ninguém, eu não tinha a possibilidade. Interrompido de conversar. Então você tem aí, você vê como o espaço muda a forma de se pensar. Acho que é por aí.

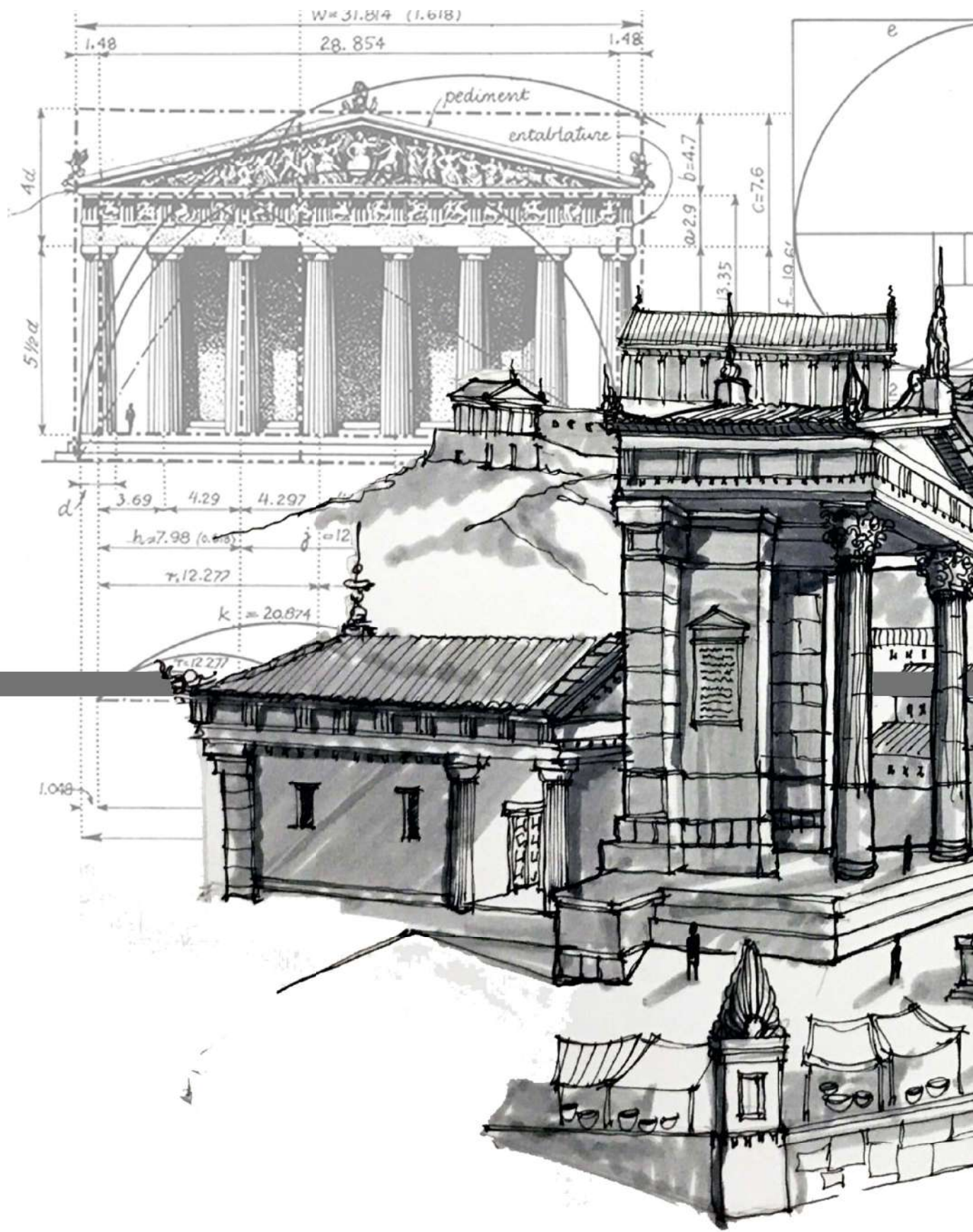
Daniel: então o projeto tem o poder de causar essa união...

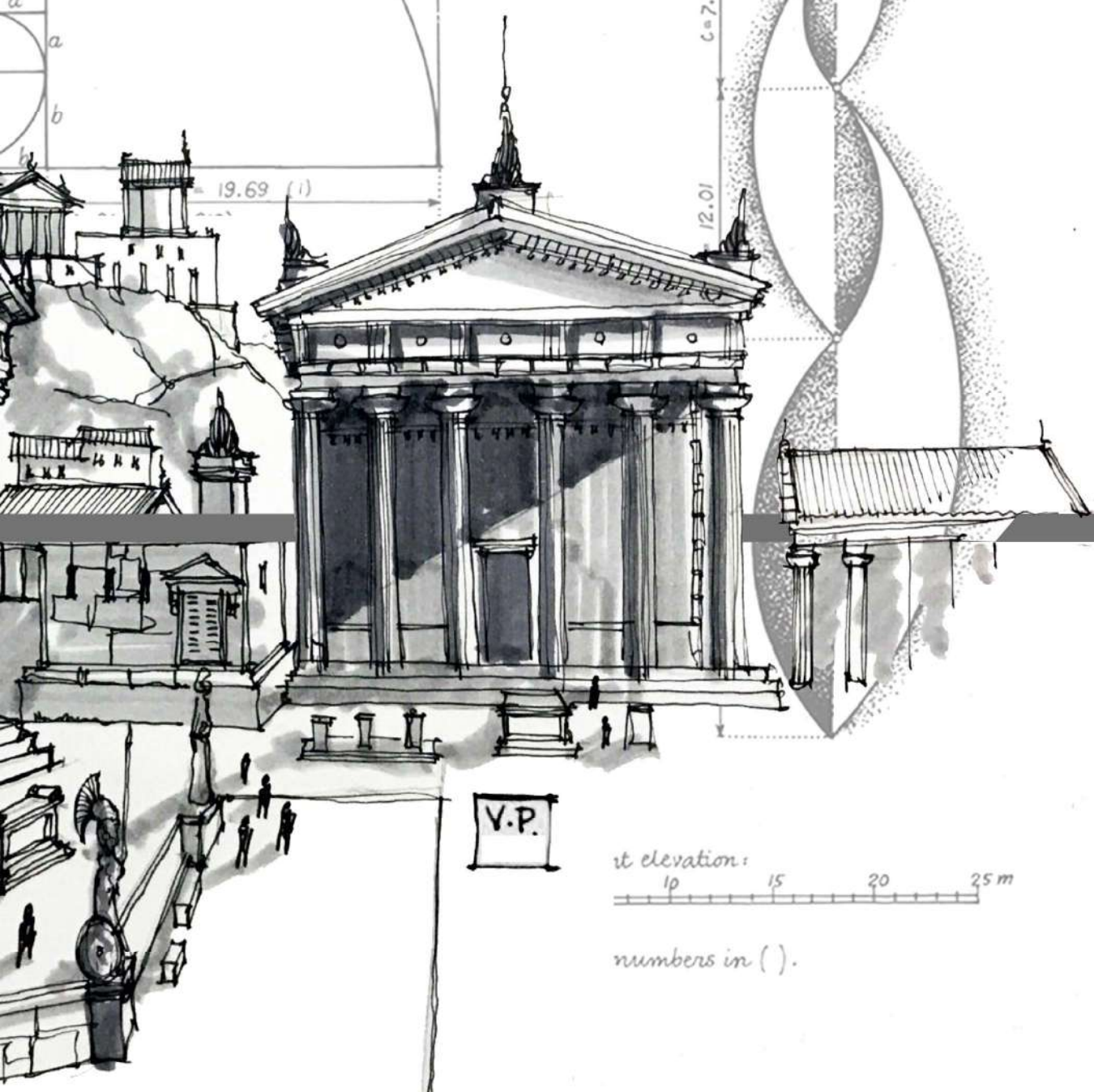
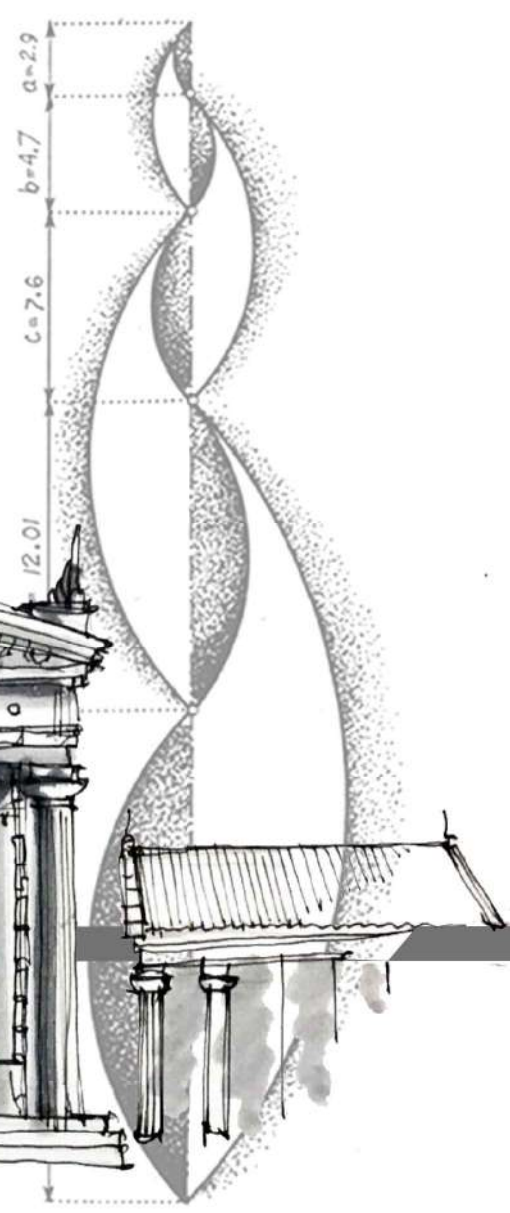
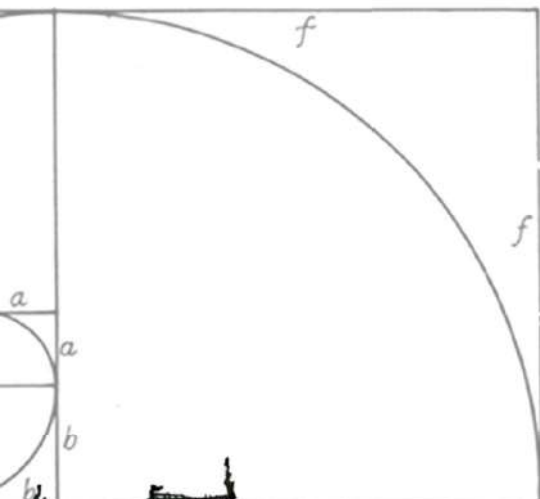
Caetano: transformação...

Daniel: transformação de pensamento, sensação de pertencimento, de um lugar, de uma comunidade...

Caetano: exato, conforme você age com o projeto ele vai trazer uma resposta, sempre traz uma resposta, nunca vai ficar isento da resposta, a resposta vai existir, mas qual a resposta? Esta é a nossa responsabilidade.

O PET Arquitetura e Urbanismo da PUC Campinas se solidariza aos amigos, familiares e entes queridos do professor Joaquim Caetano de Lima. Somos muito gratos pela partilha dessa jornada de aprendizado e companheirismo e o teremos sempre em nossas melhores lembranças.





V.P.

at elevation:
 10 15 20 25 m

numbers in ().

